

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

***A Emigração Clandestina do Sotavento
do Algarve para Marrocos durante o
Estado Novo***

Maria do Livramento Peres Calição Dias

MESTRADO

PORTUGAL ISLÂMICO E O MEDITERRÂNEO

Ano de 2012

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

***A Emigração Clandestina do Sotavento
do Algarve para Marrocos durante o
Estado Novo***

Maria do Livramento Peres Calição Dias

MESTRADO

PORTUGAL ISLÂMICO E O MEDITERRÂNEO

Dissertação orientada por Aurízia Anica, Professora Coordenadora da
UALG

Ano de 2012

Síntese

Com este trabalho pretendo dar mais um contributo para um melhor conhecimento da sociedade algarvia, durante o período do Estado Novo, através de um dos aspectos que melhor a caracterizam: a emigração clandestina. Claro que é um tema que se afigura complexo e por vezes contraditório, sem que haja elementos precisos de ordem estatística. Talvez este obstáculo tivesse constituído também um incentivo à realização deste trabalho com o qual se pretende contribuir para o estudo desta questão social que se tem revelado um fenómeno cíclico e constante na nossa História.

A migração associada ao contrabando existe na zona fronteiriça desde os tempos mais longínquos, originando um elo de articulação de indivíduos e comunidades como factor da sua sobrevivência. O mesmo fenómeno está presente na zona do Sotavento do Algarve, na época contemporânea, por razões determinantes de natureza social e económica. Esta realidade presente na memória das gentes desta região levou-me a analisar um conjunto de processos-crime de 1933 até 1974, período do Estado Novo, das Comarcas de Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão e Faro, cujos arguidos desempenham vários papéis sociais: uns são «emigrantes clandestinos» que saíram para vários países do Mediterrâneo, com predominância para Espanha, para Marrocos e para Gibraltar, por falta de condições de trabalho, empregando-se aí em actividades laborais que já praticavam na sua zona ou região onde viviam, isto é, em trabalhos agrícolas, na pesca e em vários ofícios, ligados à construção civil e à indústria de conservas e similares; outros são «angariadores» que praticavam o crime de aliciamento à emigração clandestina e outros ainda eram «engajadores», que aliciavam e transportavam emigrantes clandestinamente. A análise deste fenómeno exige uma contextualização política, económica e social, a identificação da origem e

destino da emigração clandestina, e a interligação com outros aspectos da mesma índole, como o contrabando e a fronteira.

As migrações continuam a ser um dos factores chave do processo de mudança e evolução social, razão porque a sua abordagem nos conduz a fascinantes percursos de pesquisa social e antropológica.

Palavras-chave: Emigração clandestina; Sotavento do Algarve; angariadores; engajadores; Marrocos; Espanha; Gibraltar; Estado Novo.

Resume

With this study paper it is my intention to contribute for a better knowledge of the algarvian society during the period of the « Estado Novo», exploring one of the aspects that characterize it best: the clandestine emigration. One should always bear in mind that this is a complex and contradictory theme, for which precise statistical data is needed. This obstacle has contributed for the depths of the study of this social issue which has been cycling and constant throughout history.

Migration associated to smuggling exits along the borders of countries since remote time in history, and has originated a link among individuals and communities which has allowed them to survive through rough periods in history. This link has expanded to the «Sotavento Algarvio» areas for reasons of social and economical nature, which led me to analyze several criminal procedure files from 1933 to 1974, during the « Estado Novo» period, from the judicial districts of Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão and Faro. In these procedures the accused had different social roles, some were «illegal emigrants» who went to Spain, Morocco and Gibraltar, because they lacked working and subsistence conditions in their country and found a job in those countries similar to the one they had where they used to live, that is to say, jobs related to agriculture, fishing and blue collar jobs in construction, canned goods

industry and similar. Others were « recruiters» who dedicated to the crime of alluring clandestine emigration, and others were called « engajadores» and they allured and transported emigrants illegally. This analysis is completed with the political, economical and social contextualization with the identification of the origin and destination of this illegal emigration, and with the relation of other aspects such as smuggling and borders.

The migrations are still a major key factor for the changing process and social evolution, and are thus a theme that conducts to fascinating paths of social and anthropological research.

Keywords: the clandestine emigration; Sotavento do Algarve; recruiters; engajadores; Marocco; Spain; Gibraltar; Estado Novo.

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Índice de Gráficos..... | 4 |
| Índice de Quadros..... | 5 |
| Introdução..... | 6 |
| 1. Enquadramento..... | 14 |
| 1.1. História e Teoria..... | 14 |
| 1.2. Política, Economia e Sociedade..... | 28 |
| 1.2.1. A emigração: uma constante na História de Portugal..... | 31 |
| 1.2.2. A Emigração na Época Contemporânea..... | 37 |
| 1.2.3. A Emigração no Estado Novo..... | 44 |
| 1.2.4. Emigração e Contrabando no Algarve no período do Estado Novo..... | 58 |
| 2. Caracterização dos Actores Sociais..... | 68 |
| 2.1. Dinâmica emigratória..... | 69 |
| 2.2. Estrutura etária e de género..... | 88 |
| 2.3. Estrutura socioprofissional..... | 94 |
| 2.3.1. Sectores de actividade económica..... | 95 |
| 2.3.2. Estado Civil..... | 106 |
| 2.3.3. Habilitações literárias..... | 110 |
| 2.4. Papéis sociais na emigração clandestina..... | 112 |
| 3. Circunstâncias e Motivações da Emigração..... | 129 |
| Conclusão..... | 140 |
| Fontes..... | 146 |
| Bibliografia..... | 147 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|-----|
| Gráfico nº 1: Género de indivíduos na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 71 |
| Gráfico nº 2: Número total de indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 72 |
| Gráfico nº 3: Países de destino dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 79 |
| Gráfico nº 4: Naturalidades dos envolvidos na emigração clandestina e seus destinos 1933 e 1974..... | 87 |
| Gráfico nº 5: Estrutura das idades dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 89 |
| Gráfico nº 6: Estrutura de idades dos envolvidos segundo o sexo na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 90 |
| Gráfico nº 7: Idade dos envolvidos na emigração clandestina segundo o tipo de crime entre 1933 e 1974 | 93 |
| Gráfico nº 8: Os sectores de actividade económica onde se inserem os envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 95 |
| Gráfico nº 9: Movimentação dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina de acordo com os sectores económicos a que pertencem, entre 1933 e 1974..... | 98 |
| Gráfico nº 10: Locais de destino segundo as actividades económicas dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 99 |
| Gráfico nº 11: Países de destino segundo as actividades económicas dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 101 |
| Gráfico nº 12: Países de destino e profissões dos envolvidos na emigração clandestina no período entre 1933 e 1974 | 105 |
| Gráfico nº 13: Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 107 |
| Gráfico nº 14: Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina, segundo as idades, entre 1933 e 1974 | 108 |
| Gráfico nº 15: Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina, segundo as idades e o sexo, entre 1933 e 1974 | 109 |
| Gráfico nº 16: Habilitações dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 110 |
| Gráfico nº 17: Habilitações por sexo dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 111 |
| Gráfico nº 18: Tipo de crime relacionado com a emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 121 |
| Gráfico nº 19: Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina, segundo o tipo de crime, entre 1933 e 1974 | 123 |
| Gráfico nº 20: As habilitações dos indivíduos do sexo feminino, segundo o tipo de crime cometido, entre 1933 e 1974 | 125 |
| Gráfico nº 21: As habilitações dos indivíduos do sexo masculino, segundo o tipo de crime cometido, entre 1933 e 1974 | 126 |
| Gráfico nº 22: O serviço militar dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 127 |
| Gráfico nº 23: Motivos da emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 134 |

Índice de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro nº 1: Meios de transporte utilizados pelos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 73 |
| Quadro nº 2: Número total por anos dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 78 |
| Quadro nº 3: Países de destino da emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 79 |
| Quadro nº 4: Destino dos implicados na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 80 |
| Quadro nº 5: Localidades de proveniência dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974 | 86 |
| Quadro nº 6: Idade dos envolvidos na emigração clandestina, segundo o tipo de crime e sexo, entre 1933 e 1974 | 92 |
| Quadro nº 7: Profissões dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 100 |
| Quadro nº 8: Número total de indivíduos implicados nos processos relativos à emigração clandestina entre 1933 e 1974..... | 122 |
| Quadro nº 9: As habilitações dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e | 124 |

Introdução

Como afirma Miriam Halpern Pereira,¹ desde sempre a emigração clandestina, ou pelo menos a não registada, foi extremamente importante. A confirmá-lo estão numerosos testemunhos referentes a épocas distintas, que atestam a extensão e actualidade deste fenómeno. Primeiro para o Brasil e para outros países do continente norte-americano e mais tarde para a Europa, este movimento tem-se desenrolado ao longo das décadas, sempre apoiado por inúmeras redes de engajadores que minimizam as dificuldades impostas pela emigração legal e, devido à sua diversificada rede, bloqueiam em grande medida a aplicação da legislação, tanto nos aspectos estritamente repressivos, como nos seus propósitos de protecção ao emigrante.

Apesar da reconhecida importância do fenómeno emigratório português, não abundam os estudos sobre a sua incidência, em particular no que respeita à região do extremo sul do país.

Trata-se, pois, de um tema que exige aprofundamento e abordagens segundo diversas perspectivas. Com este trabalho desejo dar um contributo para um melhor conhecimento do fenómeno emigratório na sociedade algarvia durante o período do Estado Novo, através do estudo de um dos aspectos menos conhecidos que melhor o caracterizam: o fenómeno da emigração clandestina. Envolvi-me neste empreendimento com entusiasmo, mas também

¹ Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração 1850 – 1930*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1981, p. 22.

com muita dificuldade em encontrar um suporte bibliográfico compatível com o meu desafio.

Claro que é um tema que se afigura complexo e por vezes contraditório, sem que haja elementos precisos de ordem estatística, como nos é dito por J. C. de Almeida «sendo necessário e mais imprescindível obter uma visão tão adequada quanto possível da realidade social da nossa emigração, para além das formas jurídicas que a recobrem e apesar do carácter fragmentário dos dados de que se dispõe»². O mesmo autor refere que existe uma falha nos Boletins e Anuários Estatísticos e Demográficos do INE relativa à legislação, uma vez que esta existe, mas não funciona devidamente, devendo ser feita tendo por base os casos ditos de emigrantes «normais», porque nada se sabe «realmente» acerca dos emigrantes clandestinos³. Claro que os emigrantes legalizados não contemplam o conjunto dos emigrantes clandestinos, visto que aqueles preenchem condições inibitórias para estes. Talvez este obstáculo tivesse constituído também um incentivo, pretendendo-se assim contribuir para o estudo desta questão social que é um fenómeno cíclico e constante na nossa história.

A problemática da migração e do retorno constitui uma área de investigação de grande estímulo, com possibilidade de diferentes metodologias atendendo à diversidade de formas e às suas ligações com várias disciplinas.

² Ferreira de Almeida J. C., «Dados sobre Emigração Portuguesa em 1962-65: alguns comentários», Separata de *Análise Social*, Vol. IV, nº 13, 1º Trimestre, Lisboa, 1966, p. 117.

³ *idem*, p. 121.

Embora, segundo Renato Costa⁴, haja dificuldade em reunir dados estatísticos que permitam medir o verdadeiro caudal de emigração e as suas várias dimensões, a maior parte dos estudos sobre esta problemática têm dado mais ênfase aos seus contornos em períodos mais recentes da História do século XX. O fenómeno migratório associado ao contrabando existe na zona fronteiriça desde os tempos mais longínquos, originando histórias que ultrapassam o mero conceito de fronteira, evidenciando um elo de articulação de indivíduos e comunidades como factor da sua sobrevivência. O mesmo fenómeno está presente na região do sotavento algarvio, no período do Estado Novo, por razões determinantes de natureza social e económica, o que me levou a analisar um conjunto de processos-crime, cujos arguidos são indivíduos envolvidos na emigração clandestina para Marrocos, para Espanha e mesmo para Gibraltar e outros lugares com fluxos menos significativos. Muitos dos que partiram, fizeram-no por falta de condições de trabalho, empregando-se aí nas actividades que já praticavam na sua zona ou região onde viviam, isto é, em trabalhos agrícolas, na pesca e em vários ofícios, desde o pedreiro, o carpinteiro, o serralheiro, entre outros, ligados à construção civil e à indústria de conservas e similares. Levanta-se, portanto, a questão da especificidade da emigração portuguesa junto à fronteira ou perto do mar. Estes eram uns dos actores sociais desta problemática. Tínhamos também, os «angariadores» que

⁴ Renato Costa, *A Emigração de Algarvios para Gibraltar e Sudoeste da Andaluzia 1834-1910*, Estar, Lisboa, 2002, p. 17.

praticavam o crime de aliciamento à emigração clandestina e outros ainda, os «engajadores» que aliciavam e transportavam emigrantes clandestinamente.

Os indivíduos envolvidos na emigração clandestina documentados nos processos-crime representavam uma fracção mínima do total que se dedicava a essa actividade. Com efeito, por falta de experiência e conhecimento da estrutura policial e política alguns eram capturados, quer quando partiam, quer quando regressavam. Todavia, o número dos que tinham êxito na circulação ilegal além fronteira é incalculável, a avaliar pelos testemunhos dos arguidos dos processos analisados.

Este trabalho de investigação está estruturado em três capítulos: no primeiro procura-se fazer o enquadramento da temática abordada na perspectiva histórica e teórica, onde focalizo a minha atenção na história do Algarve Oriental, com as suas assimetrias geográficas que não obstam a que os algarvios se revelem pessoas de convicções próprias e atitudes firmes quando se deparam com problemas de índole económica e social. Neste ponto, procuro apresentar o contributo dado por vários estudiosos sobre a problemática da fronteira, do contrabando e da emigração clandestina. Ainda neste capítulo e no que concerne ao segundo ponto, abordo os aspectos políticos, económicos e sociais, onde faço a contextualização da situação dos emigrantes portugueses, desde o início da Expansão Portuguesa até ao período do Estado Novo. Neste, considero o complexo e prolongado tempo de transição da ditadura militar para um regime pragmático sob a tutela arbitral do

salazarismo. É um período complexo em que se liga um conjunto de processos de génese, crises, adaptações e desagregação. Defrontando-se o impacto da Grande Depressão, as ameaças da Guerra Civil Espanhola, o choque da II Guerra Mundial e do pós-guerra, com a crise económica, social e política interna, conjugada com a generalização das guerras coloniais. A juntar a tudo isto, temos um Estado que se rege pela autarcia económica e um bilateralismo nas relações externas que roça o isolacionismo, provocando um maior atraso económico que condicionou a sociedade portuguesa desta época, até ao fim da II Guerra Mundial. Partindo do sentido geral da emigração, isto é, de como se tem caracterizado através dos tempos, no âmbito temporal que limitei nesta reflexão, refiro os motivos que a justificam e os lugares de destino, falando do emigrante português e, por fim, no emigrante algarvio.

No segundo capítulo, faço a caracterização dos actores sociais, em quatro aspectos: o primeiro, trata dos fluxos e intensidade dos movimentos migratórios dos envolvidos na emigração clandestina do Sotavento do Algarve para vários lugares de destino; o segundo, da estrutura etária e de género dos mesmos; o terceiro, do papel socioprofissional dos envolvidos nesta problemática; e por fim o quarto, que é sobre os papéis sociais, ou seja, a função desempenhada por cada envolvido na emigração clandestina, o seu estado civil e habilitações.

No terceiro capítulo, analiso as circunstâncias e motivações que levaram os indivíduos presentes nos processos-crime, com origem em três comarcas do

Centro e Sotavento do Algarve, a envolverem-se no fenómeno da emigração clandestina, no período do Estado Novo.

Por fim, farei um balanço dos resultados obtidos numa pequena sùmula de todo o trabalho apresentado.

O primeiro capítulo assenta num trabalho relacionado com recolha bibliográfica, desenvolvido em Portugal, Espanha e França, em Universidades, em Bibliotecas e em Livrarias. Os outros têm por base a análise dos processos-crime. Ainda entrevistei informalmente indivíduos conhecedores vivenciais do contrabando e emigração clandestina da época atrás focalizada.

Este trabalho elege como fontes primárias o conjunto de processos-crime que se encontram no Arquivo Distrital de Faro, respeitantes às comarcas de Vila Real de Santo António, Olhão e Faro e no Arquivo Judicial da Comarca de Tavira, no período atrás indicado, onde levei muitas horas a seleccionar os pretendidos, num conjunto de milhares de processos. Depois analisei-os, recorrendo à construção de uma base de dados, a partir da instalação no meu computador do programa do *SPSS Statistics 17.0*, facultado pela Universidade do Algarve, tendo frequentado uma acção de formação sobre o mesmo, na dita universidade. Com o cruzamento dos variadíssimos dados colocados nessa base de dados, desde a idade, passando pelo sexo dos indivíduos envolvidos, o país de destino, as motivações, a naturalidade, entre muitos outros, consegui fazer os estudos quantitativos e interpretativos com mais precisão, que apresento ao longo da caracterização dos actores sociais e circunstâncias e motivações da emigração.

Espero que esta reflexão possa interessar àqueles para quem os intercâmbios populacionais constituem um desafio no quadro do desenvolvimento de uma sociedade plural.

As migrações continuam a ser um dos factores chave do processo de mudança e evolução social, razão porque a sua abordagem nos conduz a fascinantes percursos de pesquisa histórica e antropológica.

As sociedades humanas não são estáticas, estão normalmente sujeitas a crises, desastres, guerras e convulsões que provocam migrações, fugas e a busca de um local de refúgio. Qualquer que seja o caso, a sociedade é sempre diferente no que respeita à estabilidade e mobilidade. Em certos casos, relações sociais e económicas sedentárias geraram situações em que as pessoas não tinham dúvidas quanto à possibilidade de permanecerem desde o nascimento até à morte sob o mesmo tecto, noutros casos surgiram fluxos migratórios que produziram um padrão estável de migrações sazonais relacionadas com as colheitas agrícolas, com a periodicidade das pescas ou de outros recursos dos quais dependia a subsistência das populações.

Com a apresentação deste trabalho, desejo incentivar outros estudos processuais desta questão que nalguns casos assumiu a forma de um verdadeiro êxodo.

A política de emigração portuguesa, segundo Miriam Halpern Pereira «foi quase sempre ambígua e aparentemente contraditória. A persistente tradição repressiva da corrente emigratória foi acompanhada duma tolerância

real de que a emigração clandestina é um índice»⁵. Embora esta historiadora assim o considere, o facto é que os crimes correspondentes à emigração clandestina foram punidos segundo legislação que foi sendo adequada às diversas políticas de emigração adoptadas pelo Estado Novo até à descriminalização decretada já no período de Marcelo Caetano.

Claro que este trabalho não pretende ser detentor de uma verdade absoluta, pois «o conhecimento é sempre falível e a verdade é sempre apaixonada e provisória»⁶. Pegando em alguns dados criminais associados à emigração clandestina com valor histórico, não se devendo menosprezar o quadro mais amplo que integra também as saídas consideradas oficiais, penso que a interpretação destes dados permitirá, juntamente com outras variáveis, aprofundar as razões determinantes de natureza social, económica e cultural que caracterizam o fenómeno emigratório. Do mesmo modo, espero que este estudo possa ajudar a compreender uma realidade que tem sido considerada uma constante da cultura portuguesa, mas que no Algarve assumiu características que lhe conferem uma especificidade única.

⁵ Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração 1850 – 1930*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1981, p. 8.

⁶ Renato Costa, *op. cit.*, p. 19.

1. Enquadramento

1.1. História e Teoria

“ É da miséria que nos vem a nossa melhor riqueza: do pátrio nostálgico e atavicamente aventureiro que deixa as praias inóspitas da terra que não lhe deu pão em tormentosa demanda de destinos melhores, mas incertos, é que vem o ouro...”

Fernando Emídio da Silva, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1917, p. 107⁷

A emigração tem sido ao longo dos séculos um fenómeno que afecta a sociedade portuguesa, permitindo verificar que os ritmos de evolução e de regressão da população estão em parte ligados à mesma e que embora tenha uma fraca expressão quantitativa em todo o país e especificamente no Algarve durante o século XIX, ela é bem notória entre os anos de 1933 a 1974, e mais intensa entre 1955 e 1974. Esta emigração engloba um número indeterminado de indivíduos, que por diversas causas se ausentam do espaço nacional, partindo à procura de um estatuto social diferente. O fenómeno da emigração além de persistente assume diversas formas, o que tem dificultado o seu conhecimento. O próprio INE (Instituto Nacional de Estatística) reconhece a

⁷ Joel Serrão, «Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo», *Análise Social*, Vol. XXI (87-89), 1985-3º-4º-5º, 995-1004, pp. 1000-1001.

dificuldade em apresentar um estudo representativo dos emigrantes legalizados, não legalizados e clandestinos⁸.

O Algarve por força das suas circunstâncias geomorfológicas, cedo se organizou como território e assumiu a sua individualidade: sempre foi considerado mais como um «apêndice» do que parte integrante do território português⁹, e isso é veiculado nos documentos portugueses desde o tempo da reconquista, em 1189, quando a região estava longe de ser a mais meridional de Portugal. Tanto assim que o rei D. Sancho I juntou ao título de rei de Portugal, o de rei de Silves e dos Algarves e também o fez D. Afonso III, após a conquista definitiva do Algarve, considerando-se rei de Portugal e dos Algarves. Por outro lado, verifica-se que este povo algarvio mantém traços de continuidade, formas próprias de complementaridade e contactos com áreas e populações diferentes.

Embora o Algarve seja uma província com uma certa diversidade ao nível do clima, do relevo, dos solos e no povoamento (temos a serra, o barrocal e o litoral)¹⁰ não deixa de ser uma unidade territorial coerente, diferenciada no espaço português por esta diversidade, o que origina culturas promíscuas, de

⁸ Ferreira de Almeida J. C., «Dados sobre Emigração Portuguesa em 1962-65: alguns comentários», Separata de *Análise Social*, Vol. IV, nº13, 1º Trimestre, Lisboa, 1966, p. 121.

⁹ Os nossos reis usaram o título de “Rei de Portugal e dos Algarves” até ao fim da monarquia. Orlando Ribeiro sublinha que “ não só entre os corógrafos o Algarve figura sempre como reino e não como província, justaposto a Portugal, como se conservarão por muito tempo expressões como “ rua de Portugal”, em Loulé, demolida na sua maior parte pelo terramoto de 1580. Orlando Ribeiro, «Portugal e o Algarve: Singularidade de um Nome de Província», *Boletim de Filologia*, Lisboa, 1953, tomo XIV, fascículos 1-2, p. 335 in Renato Costa, *op. cit.*, p. 43.

¹⁰ O geógrafo francês Charles Bonnet distinguiu no Algarve três zonas, seguindo os acidentes naturais do terreno: a beira-mar (litoral), o barrocal e a serra. Charles Bonnet, *Memória sobre o Reino do Algarve: Descrição Geográfica e Geológica*, Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1990, com introdução de José Carlos V. Mesquita.

um intenso povoamento rural e suas formas de dispersão, pela divisão da propriedade, pela dinâmica dos portos, pelas heranças do domínio muçulmano, nas técnicas de cultivo, nos utensílios e na construção. Todavia, nunca esteve isolado, manteve sempre uma rede de contactos e relações económicas com as diferentes regiões que o compõem e com a região espanhola da Andaluzia, com Gibraltar e Marrocos, como Romero Magalhães realçou no seu estudo sobre a economia do Algarve no século XVI¹¹. Esta dinâmica económica no golfo de Gibraltar onde se integravam a Andaluzia, Marrocos e o Algarve persistiu como alternativa a outras dinâmicas geográfico-económicas que viriam a desenvolver-se.

No Algarve, o equilíbrio do espaço e a sua organização sempre foram feitos a partir de aglomerados costeiros associados ao comércio marítimo dependente da pesca e da agricultura. Desde a época muçulmana que a economia algarvia estava dependente das trocas neste âmbito. Oliveira Marques dá conta da importância deste relacionamento comercial com o Islão peninsular e africano em documentos dos finais do século XIII¹².

¹¹ Joaquim Romero Magalhães afirma que « um dos traços característicos do Algarve, factor que lhe marca individualidade adentro do conjunto da terra portuguesa, é a actividade marítima e a solidariedade geográfico-económica dos Algarves luso-hispano-marroquinos que formam o golfo de Gibraltar». Joaquim Romero Magalhães, *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970, p. 233.

¹² «A primeira referência concreta que possuímos sobre importação cerealífera em Portugal encontra-se num documento dos fins do século XIII. Conquistara-se o Algarve havia três décadas; a interrupção momentânea do tráfico com o Islão peninsular e africano paralisara os fornecimentos de pão à província, sempre escassa nele. O rei fora obrigado a emprestar trigo dos seus celeiros para o abastecimento de algumas praças fortes; em 1282, assistimos a uma tentativa de normalizar a situação, permitindo de novo o intercâmbio com a mourama». António H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal: A Questão Cerealífera Durante a Idade Média*, Cosmos, Lisboa, 1968, p.156.

É a partir do litoral que o Algarve se desenvolve, pois era pelos seus pequenos portos que se escoavam os produtos vindos do barrocal e mesmo da serra, tais como os frutos secos, o mel e a cortiça.

No Estado Novo a dimensão da propriedade no Algarve era diversificada, encontrando-se o maior número de grandes propriedades nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Tavira, encontrando-se as propriedades mais pequenas nas zonas litorais¹³. Algumas destas terras eram exploradas directamente pelos proprietários, enquanto outras eram entregues a foreiros ou rendeiros que tinham o direito de as trabalhar em troca de uma renda anual fixa. Muitas vezes trabalhavam nelas de sol a sol e retiravam da mesma apenas o que lhes permitia segurá-las. A pobreza era muita, principalmente nos maus anos agrícolas.

A actividade comercial dos portos e o maior desenvolvimento urbano reflectem o crescimento de outras actividades na orla costeira, tais como a pesca feita de vários tipos de capturas, também em armações, que originaram a criação das indústrias de conserva de peixe e outras associadas e até o reavivar das companhias de apoio às pescas do Algarve, existentes no século XVIII. Tudo isto veio intensificar o comércio externo, melhorar a vida da população local e favorecer a rede de contactos com a Andaluzia, Gibraltar e Marrocos, estabelecendo condições económicas e sociais das zonas de destino e de origem permissíveis a engrossar o fluxo migratório de algarvios

¹³ Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976, Vol.1, pp. 143-147.

para estas paragens. Enquanto a maioria dos portugueses no século XIX emigra para o Brasil, os algarvios apresentam uma tendência divergente ao emigrarem para Espanha. Isto acontece num quadro de dependências/relacionamentos em termos económicos e sociais. Joel Serrão deixou-nos essa indicação de que existia uma forte tradição de emigração no Algarve para Espanha, Gibraltar e para o Norte de África¹⁴. Com efeito, no século XX, esta tendência persiste no seio dos emigrantes clandestinos presentes nos processos-crime analisados neste trabalho.

Vários são os estudiosos que se têm debruçado sobre a problemática da fronteira, do contrabando e da emigração clandestina, destacando-se o contributo dado por historiadores, geógrafos e outros investigadores das ciências sociais que, no entanto, ainda deixaram lacunas por colmatar no conhecimento e explicação destes fenómenos.

No campo da História de Portugal, os estudos têm abrangido todas as épocas, desde a Idade Média até à época Contemporânea. Baquero Moreno debruçou-se sobre a conflitualidade na fronteira luso-espanhola no fim dos tempos medievais, partindo dos seus estudos sociopolíticos sobre coutos homiziados para explicar a prevalência de questões entre os habitantes de uma e outra banda da raia, tendo apresentado o seu estudo num seminário

¹⁴ Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa – Sondagens Históricas*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982, p. 121.

realizado, no Porto, subordinado ao tema «Memórias de Fronteiras: o contrabando e outras histórias».¹⁵

Ribeiro da Silva, focando «*A Apreensão de Mercadorias Proibidas na Alfândega do Porto em Finais de Setecentos*», analisou os bens contrabandeados e «descaminhados», articulando-os com a intensa actividade marítima desta cidade e inserindo-os na conjuntura histórica.¹⁶

Luís de Oliveira Ramos chamou à atenção dos presentes, no seminário onde participou juntamente com os investigadores anteriormente citados, para dois aspectos paradigmáticos e distantes no tempo: o caso do contrabando internacional na época do Marquês de Pombal e de D. Maria I, no final do século XVIII, que leva à tomada de medidas estaduais de controlo de mercadorias e ao aparecimento da interventiva superintendência do contrabando. Focou também o «tolerado» contrabando burguês nos fins do salazarismo, assunto considerado pouco estudado pelos historiadores, mas que tem uma certa relevância sociológica. Considerou ainda, que há a necessidade de estudar as fronteiras marítimas e terrestres, as fronteiras não só externas como internas e, bem assim, a doutrina produzida a seu respeito, o seu eco na literatura e o papel que à geografia cabe.¹⁷

Aurélio de Oliveira, no mesmo evento, dissertou sobre «*As fronteiras Internas – uma realidade a equacionar*», as quais duraram desde a lonjura dos

¹⁵ Luís A. de Oliveira Ramos, «Introdução», *O Contrabando e outras Histórias*, de Luís A. de Oliveira Ramos *et al.*, CENPA/FLUP, Porto, 2001, p. 5.

¹⁶ *idem, ibidem.*

¹⁷ *idem, ibidem.*

tempos, sob a forma feudo-senhoriais, para atingirem o século XX, sob a forma de taxas municipais pagas à entrada de vilas e cidades. Utilizando a abordagem diacrónica, esclareceu a complexa questão da manutenção de fronteiras internas ao longo de várias centúrias, sublinhando os consequentes entraves à circulação de pessoas e mercadorias, bem como os encargos e tributos daí decorrentes.¹⁸

Para Joaquim de Castro, a fronteira foi um «não-espaço», vivido no limiar do organismo que Portugal era. Na representação mental do império, o Terreiro do Paço ocupava o lugar do sagrado, da luz, das manifestações de patriotismo, ao passo que os seus limites eram o lugar do profano, do obscuro, no mundo do desconhecido, do não pátrio, é um lugar onde a confiança, a força nos abandona, iniciando-se a desconfiança e desprezo.¹⁹

Maria da Conceição Meireles Pereira, autora de um trabalho sobre a «questão ibérica» com o nome «*O Contrabando Luso-espanhol – o discurso das teorias*», considerou que só com o uso de vários projectos de construção de uma liga económica peninsular, quer em Portugal quer em Espanha, será a solução ideal para a eliminação do contrabando entre os dois países.²⁰

No campo da geografia, uma reflexão relevante deve-se a Carminda Cavaco, para quem a noção de fronteira está normalmente ligada à de contrabando e não é apenas o limite simbólico do território duma comunidade,

¹⁸ *idem, ibidem.*

¹⁹ Joaquim de Castro, *Emigração & Contrabando*, Centro Desportivo e Cultural de S. Paio, Melgaço, 2003, p. 160.

²⁰ Maria da Conceição Meireles Pereira, «O Contrabando Luso-Espanhol no Século XIX – O Discurso dos Teóricos», *O Contrabando e outras Histórias*, Luís A. de Oliveira Ramos *et al*, CENPA/FLUP, Porto, 2001, pp. 25-26.

é também um espaço de encontros, de influências, de relações, de trocas, de cumplicidades, de cooperações e solidariedades. Para esta investigadora, a fronteira é também o lugar de passagem de fluxos comerciais clandestinos e de migrações humanas em busca de destinos mais distantes e mais prometedores: comércio ilegal volumoso e especializado e emigração para a Europa, apoiados por passadores locais conhecedores destes movimentos.²¹

F. Guichard fez uma reflexão metodológica sobre os conceitos de fronteira, sobre a sua diversidade, ambivalência, multiplicidade e recorrência, admitindo que a construção e constituição de espaços radicavam em sucessivas definições, identidades ou fronteiras.²²

João Francisco Marques, ao debruçar-se sobre uma “*Perspectiva Histórica dos Contextos Espaço-Sociais do Contrabando no Romance Contemporâneo Português*” considerou que os romances publicados na época do Estado Novo evidenciam numa abordagem histórica a prática do contrabando como elo privilegiado de articulação de indivíduos e comunidades e como factor de sobrevivência.²³

Segundo Carlos C. Almeida na comunicação apresentada por ocasião do colóquio sobre os “*Trabalhadores Estrangeiros na Europa Ocidental*”, o fenómeno migratório admite várias perspectivas de aproximação: demógrafos, sociólogos, geógrafos e economistas tendem a recortar este objecto de

²¹ Carminda Cavaco, «Fronteira Portugal-Espanha e Individualidade Territorial», *Finisterra*, XXXII, 63, 1997, pp. 159-166.

²² F. Guichard, «Pôr a Fronteira Aqui, no Meio», *O Contrabando e outras Histórias*, Luís A. de Oliveira Ramo *et al*, CENPA/FLUP, Porto, 2001, pp. 9-16.

²³ Luís A. de Oliveira Ramos, *op. cit.*, p. 6.

conhecimento segundo os seus pontos de vista, perdendo o sentido da globalidade do fenómeno e para isso será necessária uma análise integrada das migrações. Emigrar, tentar a aventura da partida, da expatriação, é entrar em ruptura com um dado meio geográfico e sociocultural. É também compreender e aceitar que existem outros espaços, além do espaço local e quotidiano, dando importância primordial aos factores económicos no desencadeamento e manutenção das correntes migratórias.²⁴

As migrações maciças de mão-de-obra introduzem mudanças na paisagem das regiões de partida, assim como na relação funcional existente entre estas regiões e os pólos industriais do país de origem dos trabalhadores migrantes. Estas mudanças são visíveis, primeiro na paisagem humana das regiões afectadas pelos movimentos migratórios: despovoam-se as aldeias e os campos especialmente. As migrações dos povos são uma das características mais universais da história da humanidade e sem elas não seria possível compreender as culturas diversificadas de muitas das sociedades humanas espalhadas pela terra e muito menos compreender o que há de singular e único na cultura em sentido global. É muito complicada e longa a jornada empreendida por esses homens antigos, desde o paleolítico, para pensarmos em nos deter em pormenores. O homem foi ocupando sempre

²⁴ Carlos C. Almeida, «Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação», comunicação apresentada por ocasião do colóquio sobre os Trabalhadores Estrangeiros na Europa Ocidental, organizado pela Commission Nationale pour les Études Interethniques, Paris-Sorbonne, 5-7 de Junho de 1974, *Análise Social*, segunda série, número 42-43, Vol. XI, 1975-2º e 3º, p. 203.

terras novas, todas as vezes que as podia alcançar com os recursos de que dispunha.

As diferenças somáticas constatadas entre os diferentes seres humanos facultam-nos o conhecimento do processo civilizacional, o qual foi muito longo, atravessando todos os continentes. As mesmas atestam a capacidade de adaptação do ser humano ao meio envolvente.

Segundo Silva Rego, a emigração é dos mais complexos fenómenos da vida humana. Sendo livre nas suas aspirações e nos seus movimentos, podendo contentar-se com o menos, mas sendo capaz também de sonhar com mais, o homem talha o seu destino e a sua passagem por este planeta. A ambição, por legítima que seja, gera quase sempre certo descontentamento ou desnivelamento entre o homem e a ambiência em que vive.²⁵ Considera-se aqui a emigração provocada apenas por motivos económicos, porque outras razões existem a empurrar o homem para fora do seu habitat natural. A colonização, por exemplo, entronca remotamente nesta sede de expansão e de derramamento do homem pelo universo, em ânsia de comunicação, de fixação, de domínio.

A emigração não é um fenómeno imposto pelas condições actuais porque sempre existiu ao longo da história humana. A razão principal da emigração reside no incessante e obstinado convite que a diferença e o progresso oferecem a todos. As comunicações estabelecidas entre os

²⁵ A. da Silva Rego, «Rumos da Emigração Portuguesa», Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, Vol. IV, nº 2, 1966, pp. 393-404, p. 3.

habitantes do globo nivelam os anseios, democratizam as ambições, colocam o conforto e até o luxo ao hipotético alcance de quem quer. Existe assim uma certa diferença entre a emigração de antes e a de hoje: antes emigrava-se para acudir à penúria, à fome, à necessidade, que atiravam os emigrantes para além-fronteiras; hoje não é a penúria, mas a pobreza, não a fome, mas a necessidade. A emigração não visa já a conservação da vida, mas sim a sua melhoria e sublimação.

Ainda segundo Silva Rego, “é curioso que a luta anónima, em meio indiferente e desconhecido, solicita e atrai estes espíritos aventureiros mais do que no próprio, em que passaram a adolescência. Receiam as testemunhas de infância, os risos e as críticas fáceis e irrelevantes de amigos e conhecidos. Pelo contrário, onde ninguém os conhece, onde passam anónimos por aldeias, vilas e cidades, arrastam todas as dificuldades, sujeitam-se a todos os trabalhos, por mais humilhantes e árduos que sejam. Anima-os uma estrela, a sua estrela. E, nas horas mais torturantes, mais espinhosas e agudas, sonham com o triunfo e a vitória”.²⁶

Desde há muito que Joel Serrão realçou que o fenómeno migratório português é, sem dúvida, um dos traços marcantes do comportamento da população do país, influenciando de modo decisivo, desde sempre, a evolução não só da própria população como das estruturas socioeconómicas. Portugal

²⁶ *idem*, pp. 397- 398.

constitui um “pequeno laboratório experimental”, pois ao longo da sua história foi permanentemente abalado por amplos movimentos populacionais.²⁷

O Homem, enquanto animal depredador, foi nómada, depois, quando as condições lho permitiam, tornou-se sedentário. No entanto, sempre que um homem pensa que em outro lugar a vida lhe poderá correr melhor, começam a surgir as condições para que emigre em busca de melhores condições de vida. Assim, surgiram movimentos migratórios que acompanharam a evolução humana.

Contudo, como notou Maria Helena Santos, «este fenómeno não é homogéneo, nem linear, apresenta fases críticas, tem incidências específicas e é reflexo de outros condicionalismos sociais»²⁸.

Os fluxos migratórios na Península Ibérica intensificaram-se com a chegada dos fenícios. Esta mudança prende-se com o aumento das trocas comerciais, sociais, culturais e até biológicas. Um estudo recente demonstra que as migrações que ocorreram ao longo dos séculos na península deixaram marcas na composição genética dos portugueses: a herança genética preponderante é a ibérica (69,6%), seguindo-se a herança genética judaica sefardita (19,8%) e por último a berbere (10,6%), sendo a região sul de Portugal aquela em que a herança berbere atinge o maior valor (16,15)²⁹.

²⁷ Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa - sondagem histórica*, 3ª Edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977, p. 83.

²⁸ Maria Helena Carvalho dos Santos, *Emigração uma constante da vida portuguesa*, Cadernos F.O.J., Lugo-Damaia, 1978, p. 3.

²⁹ Mark A. Jobling *et al*, «The Genetic Legacy of religious Diversity and Intolerance: Paternal Lineages of Christians, Jews, and Muslims in the Iberian Peninsula», *American Journal of Human Genetics*, vol.

O contrabando e a emigração ilegal podem surgir como fenómenos de difícil distinção porque implicam, por vezes, os mesmos actores sociais no transporte ilegal de pessoas e mercadorias que violam as normas relativas às fronteiras. A transgressão faz-se em termos económicos e políticos, mas sobretudo em termos sociais e psíquicos, adquirindo os transgressores uma nova forma de estar, um novo estatuto e um novo papel social, ou seja uma nova personalidade entre a necessidade de sobreviver e a de formar-se como pessoa num ambiente repressivo.

As correntes emigratórias contemporâneas distinguem-se das anteriores, não só pelo seu volume, mas sobretudo pelas características. No entanto, a análise da emigração do passado não deixa de ser um instrumento importante para se compreender o presente.

Ao longo dos séculos todas as migrações têm uma característica comum: a procura de melhores condições de vida. Mesmo as de carácter político-religioso, tais como as que se verificaram nos séculos XVII e XVIII, que levaram europeus (ingleses, alemães e belgas), vítimas de perseguições, a fixarem-se principalmente no continente norte-americano. Estes, para além de alcançarem a sua liberdade de consciência vão encontrar também uma certa estabilidade económica.

Em todas as épocas estes movimentos têm sido encorajados. No ano de 1762, Catarina II, da Rússia, permitiu a todos os estrangeiros estabelecerem-se

83, nº 6, 2008, pp. 725-736, cit. por Rui Ramos (coord.) *História de Portugal*, 4ª edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2010, p. XI.

onde quisessem. O governo reembolsava-os das despesas da viagem, garantia-lhes liberdade religiosa, exceções fiscais durante trinta anos e ajudas económicas. Também na Prússia, Frederico Guilherme e Frederico II, facilitaram a emigração. Pelas mesmas razões emigraram para Inglaterra alemães, morávios, escoceses e irlandeses.

Da Europa saíram populações para além do Atlântico. Na sequência das descobertas portuguesas, milhares de europeus viajaram e fixaram-se em África, Oriente e no continente americano entre os séculos XVI e XVIII. No mesmo período, fixaram-se franceses no Canadá.

Na emigração da época moderna, devemos considerar uma grande parte que é obrigada: são os escravos - milhares de escravos são transportados de África para o continente americano, durante três séculos: XVI, XVII e XVIII. Este fluxo maciço deu-se por necessidade de se obter mão-de-obra que permitisse a cultura de grandes regiões onde ela era muito escassa ou difícil. Não devemos esquecer os judeus, de Portugal e de Espanha que no século XVI, tiveram que emigrar para não serem mortos e a que já em pleno século XX, se empreendeu na Rússia, levando habitantes de uma região para outra, para desenvolverem zonas do país onde era difícil a fixação voluntária e espontânea.

Os movimentos migratórios revelam-se decisivos, tanto como factor de progresso como de estabilidade das sociedades em geral, e particularmente daqueles que em maior número necessitam de sobreviver. Para os emigrantes

as condições de vida são duras e, no século XX, principalmente para os operários que se dirigem à cidade e ficam em aglomerados - bairros onde o crescimento demográfico é mais rápido e as condições de vida são agravadas. Uma compreensão deste fenómeno pressupõe o conhecimento de certas características da sociedade portuguesa no passado. Um breve relance sobre a História de Portugal mostra que a emigração portuguesa não é um fenómeno recente: ela constitui uma das constantes da estrutura socioeconómica deste país.

Tanto o contrabando como a emigração são o resultado de uma economia de escassos recursos, que conduz parte da população a ser obrigada a recorrer à pluriactividade económica, no sentido de subsistir.

1.2. Política, Economia e Sociedade

A emigração é uma constante da população portuguesa, desde 1425, aquando da colonização da Madeira. A emigração é uma troca, tal como o contrabando e implica trocas materiais ou simbólicas. Aquilo que hoje somos, é o resultado dessas trocas, quer estas sejam de pessoas, quer de bens materiais ou sociais.

Como Orlando Ribeiro notou «Portugal à beira do Atlântico, é o primeiro território ocidental disposto de través na faixa mediterrânea»³⁰. De forma

³⁰ Orlando Ribeiro, «Portugal Mediterrâneo», *Portugal Mediterrâneo. O Algarve no contexto português*, Universidade do Algarve - Núcleo de Estudos da Emigração, Faro, 1983.

rectangular, harmoniosa e simples, fixa-se na memória de quem o localiza num mapa. Tem uma posição intermédia, portanto, quase nada mais perto do Trópico que do Círculo Polar. Uma fronteira extensa engasta-o fortemente na terra ibérica, mas um litoral de 800 quilómetros abre para o Atlântico a mais vasta fachada da Península.³¹

Continuando a parafrasear O. Ribeiro, é forçoso reconhecer que vista de perto, a terra portuguesa aparece variada e desigual. Com a maior nitidez, desenha-se logo um contraste entre as serranias e planaltos do Norte, cortados de vales estreitos e fundos, e as vastas e monótonas planuras do Sul, donde apenas emergem, distantes e separados, cimos e cristas. Montanha e planície resumem o aspecto das duas metades de Portugal. Portanto com duas vocações humanas: de um lado, terras abertas, caminhos fáceis, vastas áreas permeáveis a influências estranhas, por onde alastram os tons uniformes das mesmas civilizações; do outro obstáculo que impõem ou permitem o isolamento, fundos vales que separam, montes que limitam, planaltos defendidos por ladeiras ínvias, terras pobres, primitivas, arcaizantes.

O clima reforça este contraste. Atravessa o território português a extrema dos ventos dominantes de oeste, que se carregaram de humidade sobre o oceano, e da faixa de ar seco e límpido das latitudes subtropicais. Este limite desce de Inverno, e sucede que os ventos atlânticos varrem e regam toda a terra portuguesa; e sobe de Verão, cobrindo o País inteiro de uma

³¹ *idem, ibidem.*

atmosfera de imperturbável serenidade. Apenas as brisas marítimas enchem de névoas o litoral sem que caia uma gota de água.

«À beira do Atlântico, com os cordões de relevo oblíquos ao litoral e não, como em Espanha, interpostos entre uma nesga costeira e as terras altas interiores, Portugal recebe a aragem oceânica, húmida e morna de Inverno e fresca de Verão, que dá ao seu clima um tom moderado e a amenidade tão gabada. O reverso está na instabilidade, na extrema, desconcertante e imprevisível variação própria dos climas oceânicos, que traz em sobressalto permanente quem vive para a terra e pesa, como um destino incerto na economia agrária portuguesa. Por isso se ouve a cada passo dizer que os tempos estão mudados – e não seria difícil mostrar que sempre assim estiveram»³².

Todos estes aspectos geomorfológicos e climáticos ajudam à dinâmica da colonização e posterior emigração associada ao resultado de um conflito de interesses, tal como observou Orlando Ribeiro:

«A emigração tem sido a válvula de segurança: hoje com o desenvolvimento industrial, a colonização interna em regiões adrede irrigadas ou limpas de seções, o melhoramento dos rendimentos agrícolas, a divisão das antigas de exploração agrária, cada país procura arrumar a sua casa de modo que todos caibam nela. Todavia (...) o homem do Mediterrâneo está muito abaixo das terras europeias confinantes. O que se faça para aumentar, com os recursos locais, a riqueza natural, mal compensará o acréscimo do nível de vida destas populações pobres e

³² *idem, ibidem.*

parcas. Assim, parece que só a emigração poderá resolver o problema do superpovoamento, de que algures se vão sentindo indícios.»³³

1.2.1. A emigração: uma constante na História de Portugal

A emigração para fora do continente europeu ter-se-á iniciado com a conquista de Ceuta em 1415, revestindo novas formas a partir de 1420-25, após a fixação dos primeiros colonos, com carácter permanente, nas terras recém-descobertas do arquipélago da Madeira. A partir de então este movimento intensificou-se, de acordo com as necessidades decorrentes da colonização das outras ilhas – Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – e das que lhe foram impostas pela manutenção e defesa das praças e fortalezas dispersas pela costa africana e Índias Orientais.

O mesmo veio a suceder depois da descoberta do Brasil e, sobretudo, a partir do século XVI, com a transferência do eixo da política colonial do Índico para o Atlântico e as tentativas de ocupação daquelas terras. Para tal serviram-se os portugueses de um sistema de capitánias, através das quais procuraram valorizar as áreas do litoral, que eram também apoio para a exploração das terras do interior. Esta tentativa desenvolveu-se a partir de colonos oriundos do continente e das ilhas, especialmente da Madeira, e acabou por provocar, como já acontecera anteriormente quando da saída da população para Oriente, um forte desequilíbrio demográfico, como se pode verificar através da análise

³³ Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª edição, Sá da Costa, Lisboa, 1998, p. 27.

dos valores disponíveis sobre essas partidas. No período entre 1500 e 1580 V. Magalhães Godinho considerou as saídas bastante significativas se atendermos à população então residente³⁴. Para atenuar a falta de braços já então sentida, foi necessário recorrer aos escravos, aos cafres e aos índios para o serviço ordinário, à semelhança do que vinha sucedendo desde os finais do século XV. Isto veio a acontecer entre 1580 e 1640 e mesmo durante o século XVIII.

Durante o período de união dinástica com Espanha o movimento terá prosseguido, obrigando a que no decurso do século XVII fossem publicadas «quatro sucessivas medidas legislativas emanadas do poder central e destinadas a restringir uma tendência emigratória ou colonizadora, que gradualmente assumia o carácter de fenómeno puramente emigratório». Isto aconteceu ainda antes da intensa fase de exploração das minas de ouro e pedras preciosas (1736-1766), quando o despovoamento do Reino parecia já evidente e se procurava impedir a emigração para o Brasil através de medidas legislativas, ao que parece de fraca aceitação popular. É o que se depreende de uma transcrição da lei: «... não tendo sido bastantes as providências que até ao presente tenho dado nos decretos de 25 de Novembro de 1709 e de 19 de Fevereiro de 1711, para se proibir que deste reino passe para as capitánias do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da província do Minho, que, sendo a mais povoada, se acha

³⁴ Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª edição, Arcádia, Lisboa, 1975, p. 57.

hoje em estado, que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos povos...».³⁵ Os dados sobre essas saídas, referentes aos dois primeiros terços do século XVIII, testemunham já o maior interesse pela emigração brasileira, como consequência do sucesso apresentado pelos mineiros após o seu regresso a Portugal.

Não foram poucos os acidentes que entretanto modificaram o ritmo e a evolução destas partidas. Assim, os acontecimentos políticos das primeiras décadas do século XIX ligados às Invasões Francesas, à transferência da corte para o Brasil e a todo o processo da independência deste país, terão feito diminuir o número de saídas anuais, valor que volta a aumentar substancialmente nos últimos anos desse século.

O exemplo mais notável de colonização foi, sem dúvida, o Brasil: para isso contribuiu o facto de toda a família real portuguesa, a sua Corte e a administração do Reino aí se terem estabelecido, para evitar que o monarca fosse feito refém pelos exércitos de Napoleão, como tinha acontecido noutros países europeus. Afinal, esta situação perdurou após a queda do império napoleónico; o Brasil passou de colónia a reino, unido ao de Portugal (1815); tornou-se independente em 1822, por intermédio do príncipe herdeiro português, proclamado D. Pedro I do Brasil.

Território gigantesco, de abundantes recursos naturais, o Brasil foi durante o período da colonização portuguesa, poderoso pólo de atracção para

³⁵ Jorge Carvalho Arroiteia, *A Emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, 1ª edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1983, p. 17.

os portugueses do continente europeu e das ilhas atlânticas. Após a independência, nem por isso cessou esse movimento populacional, em números muito consideráveis, perdurando até à nossa época.

No século XVI a emigração centrou-se na Índia, começando-se então a desenhar em Portugal os primeiros sintomas de despovoamento e a manifestar-se uma tal carência de mão-de-obra que se tornou necessário trazer cafres e índios para trabalhar em Portugal, o que nos é relatado pelo padre Severino de Faria³⁶. Contudo, Portugal, pelo facto de se encontrar dependente de Castela entre 1580 e 1640, viu-se envolvido num conflito armado com a Holanda e a Inglaterra, como se fosse seu, no decorrer do qual as várias colónias ou posições ou interesses no Oriente foram atacadas e tomadas, limitando o domínio português na Índia, no início do século XVII. Esta situação conduziu a um aumento do interesse pelo Brasil, que até essa altura era considerado um território com pouca importância económica, face ao grande comércio das especiarias. Desta forma, a corrente da emigração deslocou-se da Índia para o Brasil, onde se vai criar uma indústria extractiva: a do açúcar, e anos mais tarde, finais do século XVII, aparece a exploração do ouro e de diamantes, que vai atrair e aumentar o número de emigrantes para esta colónia portuguesa.

Com um império tão vasto que se estendia desde o Brasil à África e se prolongava pela Oceânia, muitos portugueses saíram da Europa para outros

³⁶ Manoel Severim de Faria, *Notícias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria*, 2ª edição, Lisboa occidental, off de António Isidoro da Fonseca, 1740, pp. 7-9.

territórios sob dominação da coroa portuguesa. Quando se dá a independência do Brasil, onde se mantém a mesma família real, a mesma língua e as mesmas estruturas administrativas e comerciais, o fluxo de portugueses para aquele país continuou, dando-se também a ida para outros destinos americanos. Não é de estranhar que grande parte desses emigrantes fosse proveniente das ilhas atlânticas (Madeira, Açores e Cabo Verde), pontos de paragem quase obrigatórios nas rotas mercantes da Europa para as Américas.

Em paralelo com estes fluxos migratórios, continuaram movimentos de pessoas para as colónias de África, Índia e Macau, já que o restante do Império inicial se fora progressivamente esboroando, em particular durante o curto período (1580-1640) da dominação espanhola sobre Portugal.

Desde o início e até meados do século XVII, a emigração portuguesa compunha-se, quase exclusivamente por colonos, que deixavam o seu país no quadro de uma determinada política de colonização promovida pelo Estado. Na segunda metade deste mesmo século surgiu uma nova corrente de emigração, independente da orientação do Estado. Isto explica o forte aumento da emigração no seu conjunto a partir de meados do século XVII, que tomou tais proporções, que a partir de 1667, isto é, antes da descoberta das minas de ouro, se conhecem quatro leis sucessivas do governo central reprimindo este movimento demográfico; até meados do século XVIII, seriam promulgadas mais nove leis, como reacção contra o aumento da emigração consequente à descoberta das minas de ouro.

Os primeiros emigrantes provinham do centro e do sul de Portugal, o que já na altura provocava um despovoamento sobretudo no sul, cujos efeitos se prolongam até aos nossos dias. Mais tarde, durante um grande período de tempo, a maior parte dos emigrantes vieram do norte e noroeste. É de admitir que em relação aos emigrantes deste período, não se tratasse da camada mais pobre da população, pois, por um lado, esta mal podia custear a dispendiosa viagem para a colónia e, por outro a emigração estava mais orientada para as cidades brasileiras, uma vez que o trabalho rural era alimentado por escravos africanos. Esta emigração compunha-se, sobretudo, de nobres e intelectuais que ingressaram nos serviços públicos e nas profissões liberais, assim como de pequenos proprietários rurais, que compravam no Brasil pequenas porções de terreno para explorar. Com esta mudança, a emigração portuguesa sofre alterações quer quantitativas, quer qualitativas.

Portugal não esteve em condições de acompanhar a revolução industrial dando continuidade ao antigo sistema produtivo apesar dos esforços modernizadores empreendidos no reinado de D. José I. O desenvolvimento de uma Europa industrial alargou de tal maneira o fosso entre Portugal e os outros países europeus, que as condições de vida no nosso país se contam entre as mais baixas da época, criando uma situação favorável à emigração.

1.2.2. A Emigração na Época Contemporânea

No século XIX, a emigração deu-se por razões económicas, sociais e político-culturais, como noutras épocas da História. Seja pelo desencantamento com os rumos da trajectória política dos países europeus, seja pela exclusão arbitrária imposta por regimes intransigentes, seja pela assunção consciente de princípios políticos e ideológicos contrapostos aos dominantes, seja pelo sonho utópico da construção de um modelo ideal de sociedade política, muitos foram os que se expatriaram, engrossando as ondas de migrantes dos novos tempos.

³⁷A primeira grande vaga da emigração europeia dá-se entre os anos de 1815 e 1850. Predominam nesse período, os emigrantes procedentes da Grã-Bretanha, entre os quais se contam ingleses, escoceses, gauleses e irlandeses. Os alemães e franceses também emigraram em grande número, mas coube aos povos latinos a maior avalanche dos emigrantes no último terço do século XIX: os espanhóis, portugueses e sobretudo italianos. O fracasso da industrialização na Espanha foi um dos motivos que estimulou fortemente a emigração. Sem opção de emprego no sector urbano industrial, a grande maioria da população submetia-se aos ciclos agrícolas que, muitas vezes, se transformavam em epidemias de fome e peste. Para aliviar a tensão social e diminuir a própria responsabilidade do Estado, os governos espanhóis tomaram medidas disciplinando o fluxo migratório para regiões seleccionadas, como o Brasil e a dita América espanhola.

³⁷ José Jobson de Andrade Arruda, «A Expansão Europeia Oitocentista: Emigração e Colonização», *População e Sociedade*, nº 14/15, Parte 1, Edições Afrontamento, Porto, 2007, pp. 13-40.

Entre os latinos, os portugueses ocupam o segundo lugar na ordem das emigrações. No século XIX houve um crescimento demográfico que embora modesto influenciou a saída de cidadãos portugueses para outros destinos. O facto deveu-se a Portugal não ter acompanhado a revolução industrial e a estrutura produtiva tornou-se incapaz de absorver os contingentes de assalariados potenciais libertados das actividades ligadas ao antigo sistema produtivo, resultando um grande número de desempregados quer na indústria quer no campo. Sem os meios básicos de subsistência, emigravam indivíduos ou famílias inteiras. Motivações políticas somavam-se às económicas insuflando o êxodo. Os números relativos à emigração portuguesa somente se tornam confiáveis a partir de 1855, segundo José J. A. Arruda³⁸. Este investigador considera que a emigração portuguesa arranca a partir de 1865, atingindo o seu clímax entre 1901 e 1911, quando as saídas registadas oficialmente somaram 385928 emigrantes que somados às estimativas daqueles saídos clandestinamente elevam-se a 439046 indivíduos.

A abolição da escravatura no Brasil, em 1888, provoca uma grande escassez de mão-de-obra, principalmente no que se refere ao trabalho agrícola e assim, aumenta o interesse do Brasil pela imigração e a correspondente motivação dos emigrantes portugueses por esse destino.

³⁸ *idem*, p. 33.

Desde essa altura, a conjuntura nacional ligada à internacional vai determinar, não só o fenómeno da emigração portuguesa como também toda a vida económica e social em Portugal.

Nenhum emigrante português, sob as novas condições, podia ter esperança de vir a ser um pequeno comerciante ou industrial no Brasil, assim como outro qualquer europeu, normalmente não indo além de substituir os escravos no trabalho agrícola. Na primeira análise parlamentar sobre emigração de 1873, pode ler-se que os imigrantes portugueses «comem, dormem e trabalham como escravos (...) durante o dia, lavram a terra, e à noite, trabalham em fábricas de tijolos no forno ou tirando-os de lá»³⁹.

No século XIX a política de limitação da circulação dos homens entre os países, que caracteriza a época mercantilista, é substituída nos países europeus industrializados por uma atitude mais liberal em relação à emigração. Esta evolução não é claramente partilhada por Portugal. Enquanto noutros países, como a Grã-Bretanha e a Alemanha, se estimula a emigração para obviar a um excessivo aumento da reserva de mão-de-obra e lutar contra o pauperismo que acompanhou a desagregação das antigas estruturas agrárias e ainda a industrialização, em Portugal a antiga tradição repressiva de contenção da corrente emigratória continua persistente, num período em que a sua justificação demográfica desaparecera. A manutenção desta política fortemente limitativa da emigração, até à década de 70, deve-se à forte

³⁹ Maria Helena Carvalho dos Santos, *op. cit.*, p. 113.

influência da burguesia agrária e da classe senhorial na estrutura económica e política portuguesa. Uma vasta massa de campesinato empobrecido é obrigada a trabalhar concomitante ou intermitentemente para outrem, era o tipo de mão-de-obra que convinha ao tipo de exploração agrícola dominante. A emigração que vinha essencialmente desta camada de população agrícola, ameaçava reduzir este tipo de mão-de-obra.

Durante o primeiro quartel do século XX, a emigração foi muito superior ao crescimento demográfico. Todavia, estabeleceram-se os primeiros movimentos pontuais de emigração de trabalhadores portugueses para França, criando o início de uma tradição que veio, muito mais tarde, a afirmar-se como de extrema importância.

A Primeira Guerra Mundial, na qual as tropas portuguesas sofreram pesadas baixas, assim como uma catastrófica epidemia que se verificou na mesma época, provocaram uma diminuição da emigração. A queda da emigração, a partir de 1930, reflecte os efeitos da crise económica mundial que se começaram a fazer sentir no Brasil e que tiveram como consequência a imposição de restrições à imigração, enquanto em Portugal eram postas limitações à emigração. A Segunda Guerra Mundial dificultou os transportes no Atlântico, por questões de insegurança próprias do conflito. Surgem, portanto, sintomas de nova quebra da emigração portuguesa para o Brasil; contudo, após o segundo conflito mundial assiste-se a um novo surto de emigrantes com o mesmo destino que se mantém vivo até à década de 60.

Na primeira metade do século XX, não se modificou radicalmente o panorama das saídas de portugueses: os grandes países receptores continuam até meados deste século a ser o Brasil e os Estados Unidos da América. Estes fluxos não vão ser regulares. Duas razões estão na base das reduções dos movimentos: as duas guerras mundiais e a crise na economia americana que se verificou a partir de 1929.

Num país como Portugal, que não pode oferecer à sua população um mínimo de condições de vida, há quem procure uma oportunidade de sobrevivência no estrangeiro. Quando o Estado se opõe à escassez de mão-de-obra resultante da emigração não com um melhoramento da situação económica, mas com restrições legais à emigração, esta toma a forma de emigração clandestina – aconteceu no passado, tal como no presente. Como não havia um controlo rigoroso e sistemático, era fácil emigrar ilegalmente, mesmo para paragens tão longínquas como o Ultramar.

No Brasil, seguiu-se ao colonialismo, a sujeição à influência dos países industrializados, particularmente dos E.U.A, que lhe trouxe um inegável aumento do seu desenvolvimento económico, especialmente nos sectores ligados à indústria. Embora se continuasse a sentir a necessidade de mão-de-obra estrangeira, o Brasil já não estava interessado em trabalhadores não qualificados, como era o caso dos portugueses, mas sim num número limitado de técnicos e de trabalhadores especializados.

Após a Segunda Guerra Mundial, verifica-se o desenvolvimento dos países industrializados, dando origem a uma crescente necessidade de força de trabalho, especialmente nos sectores com escassez de mão-de-obra nacional ou nos quais esta mão-de-obra, já não estava disposta a executar determinadas tarefas.

A grande novidade no panorama emigratório português foi a substituição do principal destino, até então o Brasil, pelo espaço europeu: começando este movimento para a França nos anos 50, o caudal emigratório engrossou desmesuradamente nas décadas seguintes.

A partir de 1953 começa-se a dar um rápido aumento da emigração para os Estados Unidos e poucos anos depois, a partir de 1957, para a França, uma vez que Portugal funcionava como reservatório de mão-de-obra para os países mais industrializados.

A emigração dá-se de forma também ilegal ou clandestina quando as autoridades dos países procurados colocam obstáculos à entrada de estrangeiros que aí procuram trabalho. Então estes procuram infringir as leis e entrar, mesmo sem os documentos legais exigidos. Já em 1890, Oliveira Martins advertia para o quantitativo da emigração clandestina, uma vez que considerava que a mesma ultrapassaria em breve o da emigração legal.⁴⁰ Os países novos, prósperos ou em grande desenvolvimento são sempre canais abertos à emigração. Foi o que aconteceu com a França, que recebeu muitos

⁴⁰ J. P. Oliveira Martins, *Política e História*, Guimarães & C.^a, Lisboa, 1957, p. 278.

clandestinos, como resultado de uma política permissiva, que facilitava a atribuição de estada e de trabalho a estrangeiros uma vez instalados e com garantia de emprego. No entanto, esses países podiam procurar controlar as entradas, admitindo apenas os indivíduos que iam contribuir para o desenvolvimento ou iam colmatar carências desse país.

Não existem estatísticas que nos possam revelar a quantidade de emigrantes clandestinos que deixaram Portugal entre 1933 e 1970. Mas sabe-se que, quando os que queriam emigrar tinham dificuldades em obter os documentos necessários, eles tentavam o «salto», quer sem documentos, quer com documentos falsos ou falsificados para o continente, noutros casos metiam-se em barcos e navegavam até Gibraltar ou até à costa africana, que não ficava assim tão longe.

Pelos anos 50 era difícil emigrar. Os documentos exigidos eram de várias ordens e muitos só podiam ser feitos a quilómetros de distância da terra de origem dos interessados. Este condicionalismo facilitou o aparecimento de redes clandestinas que resolveram o problema da saída do país a milhares de portugueses.

Podemos esperar que a análise do fenómeno demográfico que é a emigração revele em grande parte a realidade portuguesa desta época que estamos a tratar, nos seus vários aspectos sociais, políticos e económicos.

As condições em que se vivia em Portugal, depois de 1950, comparadas com a situação das classes trabalhadoras nos países da Europa são, sem

dúvida, a causa da grande emigração portuguesa que procura trabalho e regalias sociais. Temos que considerar que causas e consequências estão estreitamente ligadas, já que são um processo dinâmico, e as consequências motivam os indivíduos para uma situação de emigrante. Sabemos que grande parte dos emigrantes portugueses, devido à sua condição de pessoas incultas e mesmo analfabetas, sem possuírem habilitações qualificadas para exercerem uma profissão digna, eram empurrados para ocuparem os trabalhos menos aliciantes, não tendo representação sindical, com pouca capacidade reivindicativa e tendo pouca protecção consular.

A emigração ao ser abordada sob o prisma político, aparece-nos focada dentro das contradições de um sistema, de um regime que tudo deixava de fazer para evitar a emigração e ao mesmo tempo tudo fazia para a reprimir: as prisões e os processos judiciais para os clandestinos e as dificuldades de “papéis” para os que seguem a via da legalidade. Mas desde o litoral até à zona da raia, milhares de portugueses tiveram a coragem de fazer a sua opção. Não foi certamente a aventura que os levou a sair de Portugal, mas sim a necessidade.

1.2.3. A Emigração no Estado Novo

Os estudos realizados sobre a emigração no Estado Novo têm revelado a relação entre este fenómeno e as políticas económicas e sociais

desenvolvidas ao longo do período da vigência deste regime. Maria Baganha⁴¹ demonstrou como as políticas de emigração do Estado Novo influenciaram o fluxo emigratório português, em particular o que se destinava a França. Neste país verificou-se que os italianos constituíram o fluxo mais numeroso de emigrantes entre 1950 e 1959, após o que surgem os espanhóis no primeiro plano, tornando-se os portugueses predominantes entre 1966 e 1972. A questão que a autora coloca é sobre os factores que poderão explicar o facto do fluxo de portugueses não se tornar predominante entre os imigrantes em França logo no pós-guerra. Baganha explica o crescente peso da imigração portuguesa em França, em especial a partir de 1947, como o resultado da abertura de canais de informação e de suporte, bem como de uma política governamental de sancionamento do fenómeno. A mesma autora distingue três períodos nas políticas de emigração do Estado Novo. O primeiro período, que se situa entre 1933 e 1946, caracteriza-se pelo dispositivo de controlo da emigração baseado na emissão de um passaporte especial só aplicável aos que preenchessem os critérios definidos pelo Decreto-lei nº 16782 de 27 de Abril de 1929 e pelo Decreto-lei nº 33918 de 5 de Setembro de 1944, ou seja a prova de literacia exigida aos maiores de 14 e menores de 45 anos e a exigência de um passaporte especial para a emigração de trabalhadores industriais ou rurais. O segundo período, compreendido entre 1947 e 1960, caracteriza-se pela criação da Junta de Emigração, pelo Decreto-lei nº 36558

⁴¹ Maria I. B. Baganha, «From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime», *e-JPH*, Vol. 1, number 1, Summer, 2003.

de 28 de Outubro de 1947, cujo objectivo era a implementação de um sistema de quotas que definia um número máximo de partidas por região e ocupação, consideradas as necessidades de mão-de-obra e a estrutura da população activa. Este período corresponde a uma alteração das opções económicas do estado que privilegiam a industrialização e a modernização do sistema produtivo, consubstanciadas na implementação do I Plano de Fomento. O terceiro período, compreendido entre 1960 e 1974, caracteriza-se pela elevação da taxa de crescimento e internacionalização da economia portuguesa e pelo estabelecimento de acordos bilaterais entre o Estado Português, a Espanha, os Países Baixos, a França, a Bélgica, a República Federal da Alemanha e o Luxemburgo, com vista a um maior controle da emigração e a maximizar o retorno económico da emigração nestes países, bem como o apoio social às famílias dos emigrados. O Decreto-lei 46939 de 5 de Abril de 1966 agravou as penas aos que aliciassem ou ajudassem ou transportassem os emigrantes clandestinos, sendo mantidas as penas aplicáveis aos emigrantes clandestinos. Mesmo assim, a emigração clandestina continuou a avolumar-se, tendo sido atingindo um máximo de saídas em 1970⁴². O fluxo migratório português era constituído por homens jovens com poucas ou nenhuma competência literária, que geralmente encaravam a saída de Portugal como uma situação temporária, cujo corolário

⁴² *idem*, p.11.

era a remessa de importantes quantias que tinham um peso crescente relativamente ao Produto Interno Bruto.

Victor Pereira⁴³ foi um pouco mais longe ao demonstrar que a aparente incapacidade do estado salazarista para refrear a emigração correspondeu a uma opção consciente desse mesmo estado, o qual não se mostrou disposto a corresponder àqueles que lhe exigiam maior eficácia repressiva da emigração clandestina, optando por uma «política de baixa intensidade» nessa repressão para não ser acusado de cumplicidade pelos grupos hostis à emigração.

Os estudos mais recentes têm tornado evidente que o conceito de emigração clandestina e respectivas políticas foram sendo reelaboradas pelo Estado Novo que não deixou de a ponderar como instrumento de poder na gestão das transformações económicas e sociais num período de transição da sociedade rural para a sociedade moderna, condicionadas por uma guerra colonial que exigia crescentes recursos financeiros e humanos.

Nem a criação da Junta de Emigração com funções acrescidas relativamente ao que considerou «a saída do país de indivíduos de nacionalidade portuguesa, originária ou adquirida, para se estabelecerem definitiva ou temporariamente no estrangeiro, salvo nos casos exceptuados por lei»⁴⁴ reduziu o fluxo emigratório. O Estado pretendia acompanhar o emigrante desde que este decidisse sair do país até ao período da sua permanência no

⁴³ Victor Pereira, «El Poder de la impotência. Policías y migración clandestina entre Portugal y Francia (1957-1974)», *Política y Sociedad*, 2005, Vol. 42, Nº 3, pp. 103-120.

⁴⁴ Decreto-lei 44 427 de 29 de Junho de 1962, citado por Vanda Santos, *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa, ACIME, 2004, p. 30.

estrangeiro. Contudo, como foi referido, para emigrar era exigida a posse de um passaporte especial, sendo que quem emigrasse com um passaporte ordinário ficava sujeito à pena aplicável à emigração ilegal. Deste modo, a política emigratória do Estado Novo, neste período, visava não anular mas controlar o fluxo emigratório e, simultaneamente, actuar no sentido de garantir a protecção e os direitos sociais dos emigrantes no estrangeiro, o que justificou a celebração dos acordos atrás mencionados com alguns países europeus. Ao mesmo tempo que o estado procurava regularizar a situação dos emigrantes clandestinos ou ilegais, penalizava aqueles que pretendiam escapar ao serviço militar, bem como os angariadores, os engajadores e os transportadores. Esta atitude ambígua do governo de Oliveira Salazar sobre o fenómeno emigratório relaciona-se, por um lado, com as vantagens da recepção das remessas de divisas que os emigrantes enviavam para o país de origem, o que ajudava a equilibrar a balança comercial portuguesa⁴⁵ e, por outro lado, com a necessidade de fazer uma colonização mais efectiva em Angola, Guiné e Moçambique, onde os movimentos de libertação tinham começado a pôr em causa a dominação portuguesa. Além destes aspectos, as investigações mais recentes têm salientado, a curto prazo, a importância da emigração como factor de atenuação da conflitualidade social face às dificuldades de inserção no mercado de trabalho dos jovens adultos desocupados.

⁴⁵ Ver a relação entre a emigração e as transferências privadas de dinheiro, entradas no País em M. L. Marinho Antunes, «Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários», *Análise Social*, nº 30-31, 1970, pp. 299-385.

Com Marcelo Caetano, o Decreto-lei nº49400 de 19 de Novembro de 1969 descriminaliza a emigração clandestina, a qual passa a ser considerada como «simples contravenção», punível com multa de 500\$00 a 20000\$00, mantendo-se uma pena mais pesada para os emigrantes que pretendessem subtrair-se ao serviço militar. Na mesma linha de orientação são reduzidas as penas para os aliciadores, os intermediários e os auxiliares, com excepção daqueles que cometessem o acto com fins lucrativos.

O Secretariado Nacional de Emigração substitui a Junta de Emigração, em 1970, para dar continuidade à anterior política para a emigração, mas procurando aprofundar o tratamento inter-ministerial e inter-governamental das questões relativas a este fenómeno, apoiando o associativismo em prol dos emigrantes e tentando canalizar o fluxo emigratório para as províncias ultramarinas, não descurando o combate à emigração clandestina⁴⁶.

A dificuldade de conhecer a real dimensão da emigração portuguesa na época contemporânea tem sido contornada por meio da comparação entre o número de portugueses emigrantes que chegaram aos países de destino e o número de portugueses que saiu oficialmente de Portugal. Todavia, estes estudos têm privilegiado os fluxos migratórios mais significativos, deixando na sombra o conhecimento dos fluxos migratórios efectivos para os países menos procurados. Assim, por exemplo, Miriam Halpern Pereira⁴⁷ deu a conhecer a

⁴⁶ Decreto-lei nº 402/70 de 22 de Agosto e decretos-lei nº 15/72 e nº 16/72, ambos de 12 de Janeiro, citados por Vanda Santos, *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa, ACIME, 2004, p. 36.

⁴⁷ Miriam Halpern Pereira, *Diversidade e Assimetria: Portugal nos séculos XIX e XX*, ICS, Lisboa, 2001, pp. 167-170.

relação entre a persistente emigração de portugueses e outros europeus para o Brasil e as políticas de imigração neste estado, entre 1810 e 1929. Esta investigadora revelou a diversidade daqueles que participavam nas redes de emigração em Portugal, desde os párocos e regedores, passando pelos funcionários dos governos civis até à imprensa que publicitava o engajamento dos emigrantes. A polícia marítima facilitava também os embarques ilegais e os capitães dos navios abriam crédito aos emigrantes que não podiam pagar o transporte. Uma vez chegados ao porto de destino entravam em acção os engajadores locais de mão-de-obra. O fluxo emigratório para o Brasil veio a enfraquecer quando este estado tomou medidas restritivas que culminaram com a proibição da emigração e do envio de remessas para os países de origem, no contexto da crise económica que se declarou a partir de 1929.

A queda dos números relativos à emigração ocorrida a partir de 1930 relaciona-se com a crise de 1929 e os seus efeitos restritivos nas políticas de imigração⁴⁸, em particular no que respeita à emigração transatlântica. A depressão económica que eclodiu em 1929 fez contrair a actividade económica e alastrar o desemprego. Até este período a política económica da Ditadura tinha-se orientado pelo objecto da estabilização financeira e monetária, caracterizando-se pelo forte intervencionismo estatal imposto pelo grau do atraso económico do país e pela conjuntura internacional. A crise de

⁴⁸ Maria I. B. Baganha, «Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração», *Análise Social*, Vol. XXVI (112 – 113), 1991 (3º e 4º), pp. 736 – 737.

superprodução e a depressão que se seguiu conduziram à contracção da imigração e à redução das remessas dos emigrantes, bem como à suspensão das transferências das receitas das aplicações de capital. Estes aspectos explicam o aumento do desemprego e a contracção do consumo, do investimento e das importações. Salazar respondeu a esta situação com a desvalorização monetária para incentivar as exportações, com o aumento das despesas do estado em obras públicas para absorver a mão-de-obra e com o incentivo à actividade económica em alguns sectores, como por exemplo, nos cimentos. Para além destas medidas, foi diminuída a taxa de juro para dinamizar o investimento e foi adoptada uma política aduaneira mais proteccionista para desincentivar as importações. No plano social, esta política foi acompanhada pela construção de bairros sociais em Lisboa e pela criação de subsídios de desemprego para os trabalhadores da indústria e dos serviços. O fluxo emigratório decaiu a partir de 1931, recomeçando a aumentar a partir de 1936 para decair durante a Segunda Guerra Mundial.

No pós-guerra, o fluxo emigratório português retomou o movimento ascendente, privilegiando ainda como destino o continente americano, até 1962. De facto, o I Plano de Fomento (1953 – 1958) procurou responder à necessidade de aumentar o nível técnico e a modernização do equipamento, bem como o de absorver a mão-de-obra disponível e elevar o nível de vida da população. Contudo, ao esquecer a modernização do sector agrícola e ao optar por fontes de financiamento predominantemente nacionais e por uma política

de baixos salários e baixos preços dos produtos alimentares este plano teve resultados limitados. O II Plano de Fomento (1959-1964), numa linha de continuidade em relação ao primeiro, representa uma relativa abertura à internacionalização da economia portuguesa, na qual se enquadra a adesão de Portugal à EFTA, ao BIRD e ao FMI (1960). O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) promove a aceleração do ritmo de crescimento do produto nacional, a manutenção da estabilidade financeira e monetária e o equilíbrio do mercado de trabalho. Embora a taxa de crescimento média anual do Produto Interno Bruto tivesse subido dos 4,7%, na vigência do I Plano, para os 6,3%, alcançados na vigência do Plano Intercalar, o facto é que a emigração não deixa de se intensificar no mesmo período. Esta circunstância tem levado alguns investigadores a interrogarem-se sobre a vantagem que o Estado Novo poderá ter tido ao permitir o aumento do fluxo emigratório, incluindo o ilegal, apesar de uma legislação e um discurso político que pretendia contrariá-lo.

O III Plano de Fomento (1968-1973) reforçou o papel da iniciativa privada e do capital estrangeiro, promovendo o alargamento substancial dos mercados de exportação, especialmente os associados à indústria. O crescimento económico verificado nesta etapa do Estado Novo acontece a um ritmo relativamente constante e estável, graças ao maior controlo sobre a

produção de alimentos, à nova estrutura sectorial e à maior acessibilidade económica a fontes de oferta conseguida graças à melhoria dos transportes⁴⁹.

Em suma, poder-se-á dizer que ao nível da política económica o Estado Novo começou por ter uma taxa de crescimento moderada, entre 1928 e 1941, devido à grande depressão, com a queda do produto *per capita* e ainda à Guerra Civil de Espanha. Após a Segunda Guerra Mundial dá-se um crescimento elevado com a integração da economia portuguesa numa economia mundial em expansão e em particular no processo de integração europeia. Este processo é acompanhado pelo decréscimo da população devido ao aumento da emigração, cujas remessas provocam efeitos positivos nas contas externas e na expansão da economia interna. Uma economia de pequena dimensão, tendo por base uma política de aceitação da especialização a nível internacional, respondeu favoravelmente ao crescimento económico. O intervencionismo estatal na economia, que se impôs através de políticas económicas estruturais, do planeamento e do condicionalismo industrial, potenciou o ritmo de crescimento na última década do Estado Novo, beneficiando igualmente da política repressiva da emigração de baixa intensidade.

A maioria da emigração não-oficial compunha-se de emigrantes ilegais *stricto sensu*, isto é, daqueles que atravessavam a fronteira sem autorização.

Embora a emigração ilegal, na sua grande parte, se tenha dirigido para França,

⁴⁹ Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política Económica, Industrialização e Crescimento», *Nova História de Portugal*, Vol. XII, coordenação de Fernando Rosas, Editorial Presença, Lisboa, 1992, pp. 306-351.

as correntes para outros países não devem deixar de ser tomadas em consideração, continuando a merecer estudos que as poderão dar a conhecer nas suas múltiplas dimensões. Era sintomático da situação económica em Portugal que, segundo notícias da imprensa diária (Diário de Lisboa, 1/4/1969), colónias de emigrantes portugueses de origem rural se tivessem estabelecido em Espanha.⁵⁰

Independentemente da precisão que se tenha no cálculo da emigração ilegal, uma coisa parece certa: esta só por si, devido à amplitude do movimento populacional por ela desencadeado, representa um factor significativo na economia portuguesa e, mais do que isso, constitui uma manifestação de resistência popular às condições de vida e à ordem institucional vigentes⁵¹.

As circunstâncias em que o emigrante ilegal deixava Portugal são por demais conhecidas: submetido a pressões, a maior parte das vezes com chantagem por parte dos passadores, sujeito a ser perseguido e alvejado na fronteira, especialmente quando esta é terrestre; frequentemente aprisionado no país de destino, fica de tal modo dependente, que tem que aceitar os serviços mais duros; como ilegal, é objecto de maior discriminação por parte das autoridades do que outros emigrantes. Mas não é aqui que reside a explicação para a emigração ilegal; como os estudos mais recentes têm mostrado, a emigração constitui-se como um movimento de resistência às condições de vida que a pátria não pode proporcionar e permite a prazo o

⁵⁰ Eduardo Sousa Ferreira, *Origens e Formas da Emigração*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976, p.70.

⁵¹ Esta ideia foi desenvolvida por Victor Pereira em «Emigração e Desenvolvimento da Previdência Social em Portugal», *Análise Social*, Vol. XLIV, (192), 2009, pp. 471-510.

desenvolvimento de condições para a democratização do sistema político português.

A partir dos anos 60 cresce a emigração de tipo familiar, o que permite a estabilidade, uma vez que o emigrante ao instalar-se no estrangeiro com a sua família não tem motivos fortes para regressar a Portugal, dado que, em geral, as crianças se vão ligando com o tempo ao país para onde emigraram ou onde nasceram e onde aprendem a língua e se adaptam facilmente ao estilo de vida local.

No final da mesma década, observa-se uma diminuição da percentagem de analfabetos na emigração. Podia-se estabelecer a hipótese de que esta diminuição se deve, em parte à incorporação dos soldados desmobilizados na emigração, pois estes, depois de terem servido durante alguns anos na guerra colonial, dificilmente se integrariam no mercado de trabalho em Portugal, tendo por isso tendência para emigrar. A emigração dos anos 60-70 do século XX já não abrange apenas a população rural, pequenos artífices e os sem profissão, como era o caso da emigração até então, ela inclui também os trabalhadores especializados da indústria. No entanto, a maioria dos emigrantes não tinha empregos satisfatórios, pois dispunha de uma formação profissional medíocre, o que se compreende dado o seu fraco nível de instrução.

A pressão da guerra colonial levou o Estado Novo a não se limitar ao fomento da emigração individual mas a tomar a iniciativa, organizando uma emigração colectiva, orientada pelo próprio estado. As colónias podiam

absorver o excedente populacional, utilizando-o para a produção de matérias-primas, tais como o café, necessárias ao consumo nacional, mas com custo inferior à oferta internacional. Ao mesmo tempo, uma população com maior poder de compra nas colónias poderia consumir produtos portugueses com pouca saída para o mercado estrangeiro. Havia, portanto, que incrementar uma emigração controlada no âmbito de uma política de colonização, com o objectivo de consolidar a soberania nos territórios coloniais, quando se começava a esboçar, no plano internacional, um movimento anticolonialista, que ameaçava estender-se às colónias portuguesas como veio a acontecer.

A guerra colonial em África alterou os investimentos públicos e privados em Portugal, retardando a melhoria das infra-estruturas da economia portuguesa. Dá-se o êxodo da população do sector agrícola para outros sectores da actividade económica, que se acentua devido ao reforço da mobilização militar após a eclosão da guerra colonial em 1961 e, sobretudo, à emigração para o estrangeiro, em especial para os países industrializados da Europa Ocidental, onde os salários eram muito mais altos que os auferidos em Portugal. Para Helena Carvalho dos Santos, a hipótese de que baixos salários e uma fraca taxa de crescimento dos mesmos constituem um factor de emigração, está de acordo com uma análise regional do nível dos salários e a sua evolução em cada distrito⁵². Talvez por isso é que atrás de uma mão-de-obra pouco qualificada emigrassem também trabalhadores qualificados e que

⁵² Maria Helena Carvalho dos Santos, *op. cit.*, 1978, p. 155.

eram necessários ao país em vias de crescimento. A liberalização do movimento de mão-de-obra na Europa origina uma concentração cada vez mais forte nos países industrializados e uma crescente perda de potencial nos países europeus em vias de desenvolvimento, como Portugal. Por isso alguns autores consideraram que a emigração tomou tais proporções, a partir de meados dos anos sessenta, que acabou por ser um factor restritivo de um maior crescimento da economia nacional.

No princípio da década de 70, as relações económicas de Portugal tinham-se europeizado e a mudança na estrutura económica era visível no peso do comércio externo no PIB que atingiu os 41%, sendo dois terços das exportações produzidas pela indústria, a qual ocupava 33% da população activa nacional. A integração europeia de Portugal crescia ao ritmo não só do aumento da circulação de mercadorias mas também da rapidez da circulação de pessoas que se fazia tanto do sul para o norte da Europa, pela via da emigração, como na direcção inversa, do norte para o sul, pela via do turismo que beneficiou da abertura do aeroporto de Faro (1965). Um em cada cinco trabalhadores portugueses estava empregado nos países da CEE, contribuindo as suas remessas, conjuntamente com os rendimentos do turismo, para o equilíbrio da balança portuguesa de pagamentos, e tornando secundário o comércio colonial como fonte de divisas⁵³. A população portuguesa decaiu em número de habitantes, urbanizou-se, feminizou-se e tornou-se mais produtiva.

⁵³ Rui Ramos, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, pp. 685-691.

A primavera marcelista trouxe a renovação da elite política, o aumento da escolaridade obrigatória e o alargamento da segurança social. Marcelo Caetano ainda ensaiou a autonomização controlada de Angola e Moçambique⁵⁴ mas não conseguiu evitar o descontentamento dos militares, em particular dos oficiais que viam as suas expectativas profissionais goradas, nem a revolta dos jovens estudantes na eminência de serem recrutados para uma guerra que não desejavam e a que só escapariam pela deserção, entre outros grupos que começam a manifestar abertamente a sua discordância com as opções políticas de Marcelo Caetano.

1.2.4. Emigração e Contrabando no Algarve no período do Estado Novo

Durante as primeiras décadas do Estado Novo, a economia da região algarvia alicerçou-se no sector primário, tal como no resto do país, sendo os seus elementos mais dinâmicos os primores hortofrutícolas de regadio e de sequeiro, a pesca, as indústrias de conserva de peixe e outras associadas e a da cortiça. É assinalável o dinamismo da indústria conserveira, concentrada nos pólos de Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António. Entre 1929 e 1931 as conservas de sardinha algarvias registaram uma subida de 17%, tendência que se acentuou entre 1934 e 1938, período em que o seu crescimento se situou à volta dos 44%. Em 1929 a produção de conservas de peixe no Algarve representava 30% do total do país, enquanto em 1938 subiu para 38,4%. A

⁵⁴ Lei Orgânica do Ultramar de 22 de Junho de 1972.

Segunda Guerra Mundial representou uma oportunidade de negócio para as empresas de conserva de peixe algarvias que, como a empresa Júdice Fialho, Lda., exportaram grandes quantidades para a Europa. O número de fábricas de conserva em Vila Real de Santo António cresceu de 12 em 1933 para 19 em 1944, ao passo que a produção saltou de 1255 toneladas em 1940 para 2499 em 1945.⁵⁵ Contudo, a diminuição do volume da pesca do atum que se acentuou drasticamente a partir de 1965, pôs em causa a sustentabilidade da indústria conserveira no Algarve, que pese embora esta dificuldade procurou diversificar as matérias-primas que transformava.

Nas últimas décadas do Estado Novo, a pesca do polvo e a produção de mariscos em viveiros cresceram significativamente, assim como a construção de barcos de recreio e das indústrias relacionadas com o turismo. No litoral surgem novas hortas, novos pomares de citrinos, uvas de mesa, macieiras, pereiras e pessegueiros e extensões do cultivo de primores e das culturas em estufas, aumentando também a produção de carne, de leite e de aves.

O campo serrano destacava-se pela precocidade das grandes arroteias, pela existência de achadas, pela protecção do montado de sobreiro e a sua densificação nas terras altas e nas vertentes expostas ao ar marítimo, pela existência da plantação de arvoredos, como figueiras e amendoeiras, havendo plantações de sequeiro e de regadio, com condições de escoamento favorecidas pelos portos marítimos de Portimão, Faro - Olhão e Vila Real de

⁵⁵ Joaquim M.V. Rodrigues, «Produção capitalista e organização do trabalho», *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, coordenação de Maria da Graça Marques, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 393- 412.

Santo António⁵⁶. Embora houvesse áreas de elevada produtividade, a mesma era dificultada pela falta de processos de comercialização, de vias e meios de transporte em condições. O litoral do Sotavento apresentava características que lhe permitiam o desenvolvimento da extracção salineira, da pesca, de certas conservas e do turismo. A capacidade de emprego das actividades produtivas nas suas fases de expansão atraiu ao Algarve litoral gente das outras zonas (Barrocal e Serra) e mesmo gente de fora, mas a concorrência de outros centros atraiu com mais intensidade contingentes de emigrantes sazonais e permanentes para trabalhos diversos, originando a falta de braços para alguns trabalhos ainda existentes e não mecanizados.

Desde 1835 até 1939 existem documentos que comprovam que as autoridades locais cediam à pressão dos que pretendiam emigrar, concedendo-lhes passaportes ou guias para emigração temporária para Espanha. No período compreendido entre 1 de Janeiro e 13 de Março de 1923 foram registados nos termos de abonação do concelho de Tavira previstos no Regulamento Geral dos Serviços de Emigração, publicado a 19 de Junho de 1919, 184 emigrantes sazonais, sendo 81 destinados a trabalhos agrícolas a realizar em diversas localidades do Sul de Andaluzia, entre Ayamonte e Gibraltar, e 103 destinados a trabalhos relacionados com a pesca a desenvolver entre Aiamonte e Cádiz. No ano de 1939 ainda há referência na correspondência da Câmara Municipal de Tavira ao número de

⁵⁶ Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*, G. P. R. A. Faro, 1976, Vol. 2, pp. 459-469.

desempregados do concelho que se encontravam em Espanha a trabalhar, julgando-se que o regime especial de autorizações temporárias para emigração sazonal tenha sido abolido.⁵⁷

A população rural e piscatória, a braços com a escassez dos seus recursos económicos, era obrigada a alargar as fontes de rendimento. Uma delas, nas áreas de fronteira, foi o contrabando que se inseria numa economia de subsistência de carácter familiar, de cooperação entre as populações raianas, de modo a aportarem rendimentos acrescidos aos poucos recursos económicos, por vezes obedecendo a regras sociais e hierarquias estabelecidas, com a cumplicidade dos guardas-fiscais e das famílias mais poderosas, inscrevendo-se numa determinada ordem social e divisão do trabalho. O contrabando assentava em redes sociais e económicas informais, em detrimento do estado regulador.⁵⁸

No século XIX o contrabando fazia-se pelas fronteiras fluvial e marítima. Como Aurízia Anica relevou⁵⁹, o transporte de mercadorias fazia-se em muares até ao rio Guadiana, sendo o momento de atravessar o rio o mais crítico das operações que envolviam geralmente contrabandistas apoiados em forças de retaguarda que preparavam com frequência emboscadas aos guardas alfandegários portugueses. O Azinhal era o ponto privilegiado de passagem

⁵⁷ Arnaldo Anica, «Obstruções e facilidades das autoridades portuguesas nas saídas sazonais dos trabalhadores algarvios para as terras raianas andaluzas, entre 1850 e 1940», comunicação apresentada nas XIII Jornadas de História da cidade de Ayamonte – Espanha, em 19/11/2008, cujo acesso ao texto original agradeço ao autor.

⁵⁸ Joaquim de Castro, *Emigração e Contrabando*, C. D. e C. de São Paio, Melgaço, 2003, p.69.

⁵⁹ Aurízia Anica, *A Transformação da Violência no Século XIX. O Caso da Comarca de Tavira*, Edições Colibri, Lisboa, 2001, pp. 103-115.

ilegal de peles, tabaco, cavalos, pólvora, fio, sabão, trigo, redes e açúcar. Por via marítima, chegavam ilegalmente à costa algarvia provenientes de Gibraltar e Huelva, grandes quantidades de tabaco, mas também manteiga, papel, trigo, bacalhau, chá, lona, sapatos, cartas de jogar, fazendas de algodão e lã, genebra e outras bebidas, ferros de engomar e lençóis. Esta panóplia de mercadorias tanto podia ser objecto de contrabando em larga escala, envolvendo embarcações estrangeiras, apoiados em receptores nacionais, o que acontecia frequentemente do que diz respeito ao tabaco, como podia apenas envolver embarcações nacionais que pescavam e mercadejavam do sotavento algarvio ao estreito de Gibraltar.

Os envolvidos no contrabando marítimo eram principalmente homens, embora as mulheres também participassem, provenientes de diversos estratos sociais, desde os comandantes dos internacionais brigues e faluchos e suas tripulações até aos pequenos pescadores das praias algarvias. No contrabando realizado por via terrestre que atravessava o rio Guadiana os envolvidos tinham origem numa pluralidade de grupos socioprofissionais, desde os soldados até aos artesãos e comerciantes, entre os quais preponderavam os habitantes da serra, os «serrenhos».

A relutância do Estado Novo à economia de mercado e ao estado providência, até aos anos 50, terá fomentado o fenómeno do contrabando com o qual se assiste a uma evidente inserção social e cultural, sem, no entanto, existir uma inserção profissional. Num estado autoritário, onde os

comportamentos se pretendem controlados, só aparentemente é paradoxal a existência do desvio; o mesmo reside onde existe a necessidade e encontra apoio nos mais diversos níveis da sociedade.

A fronteira física e política confinava os habitantes raianos limitando o seu espaço físico, económico e psíquico. Todavia, devido às necessidades de sobrevivência, a fronteira constituiu-se como um lugar de trocas sociais, económicas e culturais, num contexto de pluriactividade, na qual assume relevância a economia familiar. O emigrante e o contrabandista portugueses eram em grande número oriundos de uma sociedade rural ou então de pescadores, procurando romper os limites legais impostos, para aumentar o campo das suas possibilidades ou até construir uma alternativa de vida.

Os concelhos da raia portuguesa conviveram com a emigração mais intensamente que as terras não limítrofes. As deslocações destas populações foram notórias, juntando-se o fenómeno do contrabando, outra actividade vinculada à fronteira, que, na sua ambivalência, ora se ergue como obstáculo, ora se oferece como oportunidade. Nas zonas de fronteira, de Norte a Sul do país, esta actividade é uma tradição que remonta a tempos longínquos que a memória não enxerga e que se vai adaptando a cada conjuntura. Café, minério, metais preciosos, gado, marisco, electrodomésticos, tabaco, tecidos e confecções, entre outros produtos, atravessavam furtivamente a fronteira na época contemporânea, pela mão de contrabandistas inseridos na família e na vizinhança, mas também em organizações relativamente complexas. Ao

contrabando de mercadorias, deve-se acrescentar uma outra passagem clandestina, a de homens e de mulheres rumo a destinos mais promissores. Ir «a salto» ou ir «de contrabando» significava em linguagem popular emigrar clandestinamente.

A questão da fronteira, do contrabando e da emigração, quer esta seja legalizada ou clandestina, surge em todo o espaço nacional, de uma forma irregular, sendo mais sensível ou mais acentuada nas zonas raianas e nos concelhos onde a pobreza impera em maior grau. Como já foi referido, foram as regiões rurais do norte e do interior do país, assim como as regiões autónomas, as que mais contribuíram para a sangria humana⁶⁰, mas um olhar mais atento é necessário para conhecer as dinâmicas migratórias das populações do litoral algarvio.

Os números que exprimem globalmente esta realidade são ainda hoje incertos e fugidios. Como se sabe, divergem necessariamente as duplas notações da origem e do destino, que têm ajudado a compreender a dimensão do fenómeno da emigração clandestina, mas que não foram ainda estudadas relativamente a destinos menos relevantes no cômputo geral. As dificuldades resultam da imprecisão das estatísticas da emigração, cujos elementos disponíveis no que toca aos movimentos migratórios revelam importantes lacunas, que poderão ser colmatadas com recurso a outro tipo de fontes, entre as quais se destacam as orais.

⁶⁰ Joaquim de Castro, *Emigração e Contrabando*, CDC de São Paio, Melgaço, 2003, p. 93.

Embora os dados sobre a distribuição dos emigrantes portugueses nos vários destinos sejam pouco fiáveis na sua globalidade, analisá-los-emos quanto aos destinos ao nível da emigração efectiva. Em relação às origens utilizaremos os números da emigração oficial, tendo por base os dados publicados pela Junta de Emigração, a partir de 1955⁶¹. Durante o Estado Novo terão emigrado mais de dois milhões de portugueses, sendo o valor exacto difícil de calcular face há existência de um fluxo migratório clandestino muito acentuado, particularmente nos anos sessenta.⁶²

A emigração dá-se a partir de todos os distritos portugueses, de formas diferentes conforme os interesses e necessidades das populações locais. Faro é um distrito de onde sai um número não muito considerável de emigrantes, que representam 3,2 % do total de emigrantes oficiais do país, sendo o seu destino preferencial, entre 1950 e 1969, a França, seguido da Argentina, da Alemanha e da Venezuela. O distrito de Faro apresenta a particularidade de ser o que mais contribuiu para a emigração oficial portuguesa para a Argentina, destino que absorveu 11,6% do número total de emigrantes oficiais originários deste distrito, os quais representam 29,6% do número total de emigrantes oficiais portugueses que, durante o período acima referido, se dirigiram para a América do Sul. Partiram do Algarve oficialmente para o Brasil, entre 1955 e 1974, 859 emigrantes. Neste mesmo período partiram 1397 emigrantes para os

⁶¹ M. L. Marinho Antunes, «Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários», *Análise Social* nº 30-31, 1970, p. 322.

⁶² Maria I. Baganha, «Emigração», *Dicionário de História do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Vol. I, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 294-297.

EUA, para a Venezuela deslocaram-se 1871 indivíduos, para o Canadá saíram 2236. Para a Alemanha partiram 7216 emigrantes legais entre 1964 e 1974, tendo este valor sido ultrapassado pelas saídas para França que ascenderam a 16955, no período de 1955 a 1974. O quinquénio em que os emigrantes legais do distrito de Faro saíram em maior número foi o de 1965-1969.⁶³

Na emigração clandestina o factor de proximidade geográfica foi muito relevante pelo menos até à década de 60. A vizinhança da região da Andaluzia e o conhecimento da costa até Marrocos, associados à sua capacidade de atracção de mão-de-obra, fizeram com que estas zonas tivessem sido um referente para os potenciais emigrantes algarvios, que desde há muito tempo frequentavam estas regiões em busca de trabalho mais ou menos permanente.

A Andaluzia atraía os algarvios principalmente para os trabalhos agrícolas e piscatórios, como atrás foi referido, ao passo que Marrocos aliciava pela procura de trabalhadores para os sectores piscatório, conserveiro e da construção civil. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até à independência, Marrocos foi uma colónia francesa em franco desenvolvimento: construíam-se estradas e habitações, melhoravam-se os portos, desenvolvia-se o comércio e criavam-se pequenas indústrias ligadas à pesca e seus derivados. Muitos franceses foram tentar a sua sorte, assim como portugueses e emigrantes de outros países, que viram ali a resolução do seu problema económico e familiar. Após esse período em que a França tentou a todo custo recuperar o controlo

⁶³ Jorge Carvalho Arroiteia, *op. cit.*, pp. 28-79.

sobre o seu império colonial afectado pela guerra, entramos noutra fase, o do reconhecimento da independência de Marrocos como reino a partir de 1957. A economia deste país sofreu inicialmente com a descolonização, continuando a basear-se na agricultura, nos serviços, na indústria transformadora e na exploração mineira. Quanto a Gibraltar, um território britânico «ultramarino» localizado no extremo sul da Península Ibérica, correspondendo a uma pequena península, com uma estreita fronteira a norte, constituindo um promontório militar/estratégico na entrada do mar Mediterrâneo, poder-se-á dizer que, embora não possuindo recursos agrícolas e minerais, o seu porto, as docas e as bases militares da NATO eram os locais onde os seus habitantes encontravam trabalho, nas reparações navais e no abastecimento aos navios, provocando o desenvolvimento das indústrias alimentares e de bebidas, do comércio e dos serviços de reexportação.

Uma vez aqui chegados, colocam-se as seguintes questões: terá a emigração clandestina continuado enraizada no modo de vida dos algarvios durante o Estado Novo? Qual era o perfil do emigrante clandestino? Qual era a sua proveniência: litoral ou interior algarvio? Que actividades profissionais desempenhavam os emigrantes? E que motivações tinham os algarvios para emigrar?

Estas são algumas das questões a que procurarei responder nos capítulos seguintes.

2. Caracterização dos Actores Sociais

Para além do trabalho de recolha e análise bibliográfica desenvolvido em bibliotecas e livrarias em Portugal, Espanha e França, esta investigação implicou procurar entre milhares e milhares de processos, com datação entre 1933 e 1974, os que correspondessem à emigração clandestina, nas Comarcas de Vila Real de Santo António, Olhão e Faro. Os processos seleccionados foram consultados no Arquivo Distrital de Faro e no Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de Tavira, onde se encontravam em depósito. Depois foi preciso analisar os milhares de processos-crime seleccionados e entrevistar informalmente indivíduos conhecedores vivenciais da emigração clandestina na época em estudo.

Para a análise dos dados obtidos nos processos judiciais, necessitei de instalar no meu computador um programa informático (SPSS), facultado pela Universidade do Algarve. O capítulo que se segue resulta da análise das variáveis idade, sexo dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina, bem como o país de destino, as motivações e a naturalidade, entre outras. As muitas horas que levei a analisar os processos-crime serão úteis se a riqueza destas fontes puder aclarar melhor quem eram os emigrantes clandestinos no Algarve Central e Oriental durante o Estado Novo, como e por que razões emigravam e que realidades encontravam no destino.

2.1. Dinâmica emigratória

Os algarvios emigravam para uma multiplicidade de destinos, tanto no século XX como em períodos anteriores a este século, como refere Renato Costa, que entre 1834 e 1910, contou 124 destinos diferentes⁶⁴, mas parece evidente que, houve entre os clandestinos, pelo menos durante um certo período, uma preferência por destinos como Espanha, Gibraltar e Norte de África. Esta preferência explica-se por um conjunto de factores, como já vimos, entre os quais não são despidiendos a proximidade geográfica e o conhecimento das relações comerciais destes destinos.

Os algarvios presentes nas fontes, sobre as quais este trabalho se debruça, correspondem a uma ínfima parte dos que partiram e dos que aliciaram a partir, clandestinamente, uma vez que os próprios ao serem questionados nos autos, referem sempre ou quase sempre a existência de outros emigrantes, que partiram com eles ou antes deles e muitas vezes em grande número, utilizando os mesmos meios de transporte, como se comprova no seguinte exemplo:

«Auto de Perguntas: “Aos 6 dias do mês de Setembro de 1934 em Vila Real de Santo António e Secção Internacional da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se achava o chefe do Posto..., comigo ..., agente da mesma polícia, servindo de escrivão, compareceu ..., filho de... de 39 anos, marítimo, solteiro, natural de Olhão e residente na mesma localidade. Á matéria dos autos, disse que é mestre de uma canoa matriculada no porto de Olhão e que

⁶⁴ Renato Costa, *op. cit.*, p. 71.

tem o nome de “ Vai com fome”. Que em fins de Junho ou princípios de Julho, ele, arguido, foi procurado em sua casa por um indivíduo de nome ..., por alcunha “ o Comprido”, o qual lhe pediu que chegasse ao café de..., também conhecido por..., pois este pretendia falar-lhe. Que lhe disse no café que tinha 12 homens para levar na lancha, oferecendo-se ele arguido para os transportar até ao caíque, cujo proprietário é um tal...»⁶⁵.

Neste caso temos doze emigrantes ilegais que foram transportados na lancha de um mestre pescador de Olhão até ao caíque que os levaria ao seu destino. Vejamos ainda outro exemplo:

«Aos vinte dias do mês de Agosto de mil novecentos e quarenta e cinco, nesta V R. Santo António e Posto da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado onde se encontrava presente o respectivo chefe ... agente da mesma polícia servindo de escrivão, compareceu a nacional..., casada, doméstica de 26 anos natural do lugar de Moncarapacho, concelho de Olhão e residente no Livramento, concelho de Tavira.

Perguntada acerca da participação que antecede, respondeu que tendo o seu marido em Marrocos há três anos e como não tivesse auxílio de pessoa alguma de família e ainda por ter dois filhos a sustentar, pelo que no país vivia em precárias circunstâncias, tinha o ardente desejo de ir para Marrocos com o objectivo de se juntar ao seu marido. Em fins de Julho do ano corrente, um individuo seu conhecido de nome João ... que também emigrou, sabendo que a respondente pretendia ir para Marrocos disse-lhe que no dia seis do corrente ia sair clandestinamente, para ali, um barco no qual ela podia ir mediante o pagamento de quinhentos escudos. E assim, pelas vinte e três horas do dia anterior ao da saída do barco, embarcou numa canoa, no sítio denominado

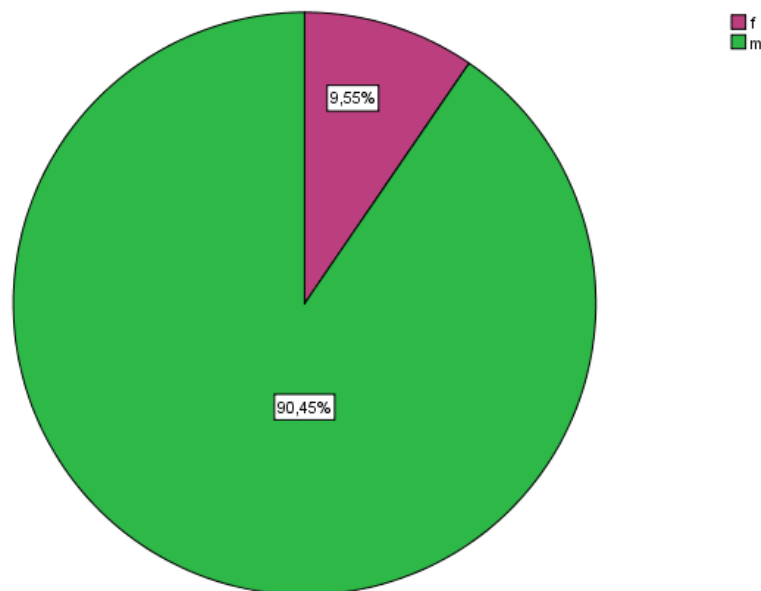
⁶⁵ ADF, Processo de Polícia Correccional nº 573 de 1934, da Comarca de Olhão.

Quatro Águas, freguesia de Santa Maria e concelho de Tavira, conjuntamente com João ... e muitos outros indivíduos residentes em Tavira...»⁶⁶

Este processo revela igualmente um grupo de emigrantes ilegais, no qual se encontrava pelo menos uma mulher, que se dirigiam a Marrocos, tendo saído do porto de Tavira numa canoa. Tanto no exemplo anterior como neste a viagem realizar-se-ia na época estival. A quantificação dos dados obtidos nos processos é um elemento importante de estudo, revelando as tendências e incidências da emigração clandestina dos algarvios, no período do Estado Novo, bem como as opções das forças repressivas deste fenómeno.

Em primeiro lugar, a emigração clandestina surge como um fenómeno predominantemente masculino.

Gráfico nº1
Género de indivíduos implicados na emigração clandestina entre 1933 e 1974



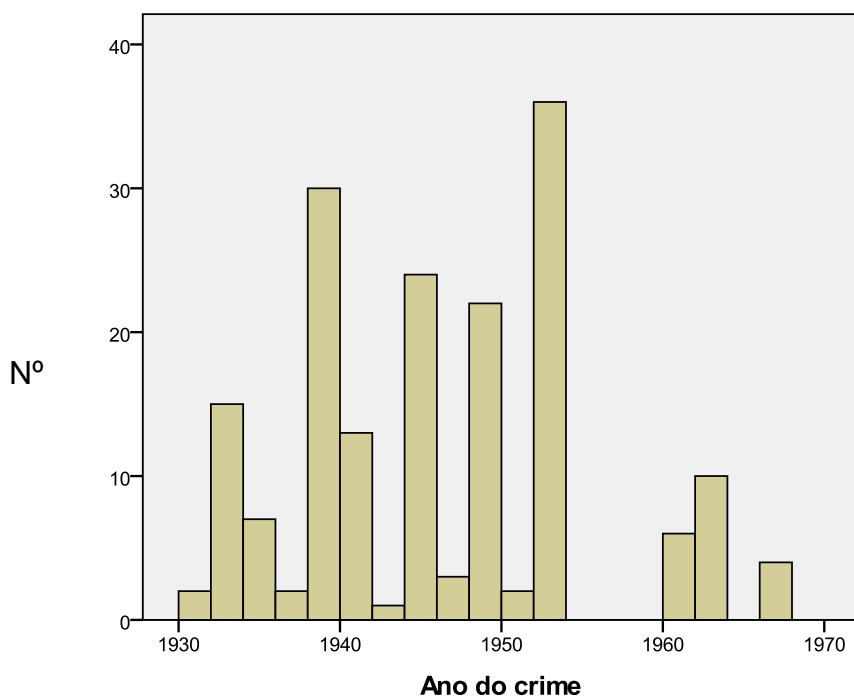
⁶⁶ AJCT, Processo de Polícia Correccional nº 1560 de 1965, da Comarca de Tavira.

Ao analisarmos o género dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina, poderei salientar que no universo dos envolvidos nesta problemática, cerca de 90,45% são homens, sendo os restantes 9,55% mulheres, como se pode observar no gráfico nº1.

O fenómeno migratório e a sua repressão não são homogéneos nem lineares, apresentando fases críticas, incidências específicas que são o reflexo de um conjunto de condicionalismos. Para a emigração clandestina, no seu geral, as condições são duras e os riscos elevados. Mesmo assim, sempre que um país ou uma região oferecem perspectivas de melhores condições de vida, atraem indivíduos em grupo ou isoladamente que geralmente se deslocam por via marítima em grupos organizados e transportados por agentes deste negócio.

Gráfico nº 2

Número total dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974



O gráfico nº2 e o quadro 2 relevam que até 1932 a emigração clandestina é incipiente pelos efeitos da crise económica mundial que se começa a sentir a partir de 1930, tendo como consequência a imposição de restrições à imigração feita por vários países quer da Europa quer da América, incluindo o Brasil, enquanto em Portugal, eram postas limitações à emigração. Entre 1938 e 1953 verifica-se um aumento significativo do fluxo migratório clandestino, com a utilização do barco, apesar da Segunda Guerra Mundial que dificultava a circulação marítima, mesmo no Mediterrâneo, por questões de insegurança própria de um conflito daquela dimensão. Depois de 1953, até 1974, baixa a intensidade do movimento migratório de índole clandestina para os países do triângulo *luso-hispano-marroquino* e Gibraltar e respectiva repressão..

Quadro nº 1

Meios de transporte utilizados pelos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974

| Meios de transporte | Frequência | Percentagem |
|---------------------|------------|-------------|
| Não declarado | 15 | 8,43 |
| Barco | 163 | 91,57 |
| Total | 178 | 100,00 |

O meio de transporte utilizado pela quase totalidade dos envolvidos na emigração clandestina nas zonas Centro e Sotavento do Algarve era o barco, desde o caíque à vela, até às embarcações a motor de menor deslocamento. Para o demonstrar, vejamos dois processos relativos a factos ocorridos entre

1933-1935. No primeiro processo, que se apresenta seguidamente, a Guarda Fiscal descreve as condições em que ocorriam a perseguição e a captura dos passageiros clandestinos a bordo de canoas em trânsito para o local de destino:

«Ao senhor chefe do Posto da polícia Internacional Portuguesa
V.R.S.A⁶⁷.

Sou a participar-lhe que hoje pelas 15 horas, a 4 milhas, defronte Monte Gordo, eu, o 2º cabo nº79/1382 – José dos Santos Fernandes e os soldados nº 251/ 2527 – Augusto José, 273/2529 – José Simão e 132/ 2610 – Custódio Sabino Martins – todos da secção do meu comando – apreendemos uma canoa e detivemos 3 tripulantes e 14 passageiros da mesma, por delito de emigração clandestina, que era evidente e os próprios detidos confessaram.

E, fazendo-lhe entrega da canoa e dos indivíduos referidos, cumpre-me relatar, a propósito da ocorrência o seguinte:

A canoa foi vista por nós, 3 horas antes de a apreendermos, a sul do quadro da armação da Abóbora, navegando de poente para nascente. E os seus tripulantes, dando notícia de que nos dirigíamos ao seu encontro – a bordo de outra canoa – fizeram rumo a sueste e empregaram todos os esforços para nos fugir, não obstante termos feito 50 tiros de carabina e estarmos cerca de 3 horas a persegui-los.

Quando nos aproximámos verificámos que eram lançados objectos para fora do barco, não os identificando. Ao encostarmos, os indivíduos estavam escondidos debaixo da coberta, com as escotilhas fechadas.

⁶⁷ ADF, Processo de Polícia Correccional nº 42 de 1933 da Comarca de Olhão.

Resta-me dizer que a canoa era F-248-B, registada na capitania do Porto de Faro, sob o nome “ Sempre Minha”, de ...

V.R.S.A., 21 de Julho de 1932

O comandante da secção da Guarda Fiscal de Tavira»

Um dos acusados neste processo prestou um depoimento bastante pormenorizado sobre os motivos da sua decisão de emigrar e sobre as condições da viagem que acabou por ser interceptada pelas autoridades portuguesas, ao largo de Monte Gordo:

«Auto de Declarações

Em 25 de Julho de 1933, em V.R.S.A. na secretaria de Administração do concelho, estando presente o instrutor,..., fiscal de Serviço da Emigração, comigo Ângelo Baptista Águas, agente dos mesmos serviços, servindo de escrivão a este auto, compareceu... , solteiro, filho de ... e de..., de 22 anos, de profissão pedreiro, natural de Faro e residente em Quelfes. Interrogado, disse:

Que não tendo trabalho na sua terra e constando-lhe haver em Marrocos resolveu ir a Olhão, de onde costumam sair barcos com aquele destino. Entrando numa casa comercial e manifestando vontade em seguir viagem para aquele país, apareceu-lhe um individuo que o convidou a ir no seu barco, mas como este barco estava apreendido na capitania não sabendo quando iria partir, conseguiu viagem com um tripulante desse mesmo barco, noutra embarcação através do pagamento de 200\$00. Aceitou, nas condições de só lhe pagar quando lá chegasse. No dia 20 de Julho partiu de Olhão com os arguidos neste processo, mas no dia seguinte acabaram por ser interceptados por uma lancha com indivíduos armados que os levou para terra presos. Que não tinha passaporte por ser caro e

que embora fosse solteiro, tinha mulher e um filho a cargo e há muito não tinha trabalho. Não entregou dinheiro algum ao ... pelo facto de não ter chegado a Marrocos. E mais não disse. Não assina por não o saber.»⁶⁸

O porto de Olhão e as ilhas fronteiras constituíam um lugar privilegiado para as manobras dos barcos envolvidos em actividades como o contrabando e o transporte de emigrantes clandestinos, como se pode verificar no documento que a seguir se transcreve:

«Para os fins convenientes faço apresentar a Vossa Excelência os nacionais que dizem chamar-se..., de 34 anos de idade, casado, pedreiro, natural de Alvor, ..., casado, armador, natural de Lagoa e..., de 34 anos, casado, trabalhador, natural de S. Sebastião (Loulé), os quais detive hoje, quando regressavam do estrangeiro para onde emigraram clandestinamente, em 30 de Novembro de 1934»⁶⁹

No Auto de Perguntas do processo que estamos a citar, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado – Secção Internacional escreve o seguinte:

«Em 1 de Dezembro de 1934, nesta vila de Vila Real de Santo. António e Secção Internacional da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se achava o chefe de Posto senhor..., comigo ..., agente da mesma polícia, servindo de escrivão, compareceu ..., filho de ..., de 34 anos, pedreiro, natural de Alvor, concelho de Portimão e residente na mesma localidade; à matéria dos autos disse: que nos primeiros dias do mês de Maio foi a Portimão a fim de tirar uma certidão para o filho fazer um exame. Que naquela vila encontrou uns rapazes que apenas conhecia de vista, os quais o convidaram a ir para Marrocos em sua companhia, num barco em que embarcariam na noite desse

⁶⁸ *idem.*

⁶⁹ ADF, Processo de Polícia Correccional nº 1621 de 1935 da Comarca de Olhão.

dia. Que de princípio disse não, porém como eles lhe dissessem que ele tinha era medo, resolveu acompanhá-los. Perguntando onde e como embarcou; respondeu que cerca das 22 horas do referido dia partiu ele respondente com os referidos rapazes em número de 3, de automóvel, de Portimão com destino a uma das praias próximo de Olhão, que não sabe qual fosse, e ali embarcou numa pequena lancha que os levou para o alto mar, onde passaram para um veleiro...»⁷⁰

Neste documento fica também comprovado que do Sotavento do Algarve partiam emigrantes clandestinos não só residentes nesta área, mas também residentes na área mais ocidental, o Barlavento.

⁷⁰ ADF, Processo de Polícia Correccional nº1621 de 1935 da Comarca de Olhão.

Quadro nº 2

Número total por anos dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974

| Ano do crime | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulada |
|--------------|-------|------------|-------------|--------------------|-----------------------|
| Válido | 1931 | 2 | 1,1 | 1,1 | 1,1 |
| | 1932 | 15 | 8,4 | 8,5 | 9,6 |
| | 1934 | 7 | 3,9 | 4,0 | 13,6 |
| | 1937 | 2 | 1,1 | 1,1 | 14,7 |
| | 1938 | 23 | 12,9 | 13,0 | 27,7 |
| | 1939 | 7 | 3,9 | 4,0 | 31,6 |
| | 1941 | 13 | 7,3 | 7,3 | 39,0 |
| | 1943 | 1 | ,6 | ,6 | 39,5 |
| | 1944 | 4 | 2,2 | 2,3 | 41,8 |
| | 1945 | 20 | 11,2 | 11,3 | 53,1 |
| | 1946 | 1 | ,6 | ,6 | 53,7 |
| | 1947 | 2 | 1,1 | 1,1 | 54,8 |
| | 1949 | 22 | 12,4 | 12,4 | 67,2 |
| | 1950 | 1 | ,6 | ,6 | 67,8 |
| | 1951 | 1 | ,6 | ,6 | 68,4 |
| | 1952 | 10 | 5,6 | 5,6 | 74,0 |
| | 1953 | 26 | 14,6 | 14,7 | 88,7 |
| | 1961 | 6 | 3,4 | 3,4 | 92,1 |
| | 1962 | 7 | 3,9 | 4,0 | 96,0 |
| | 1963 | 3 | 1,7 | 1,7 | 97,7 |
| | 1966 | 3 | 1,7 | 1,7 | 99,4 |
| | 1967 | 1 | ,6 | ,6 | 100,0 |
| | Total | 177 | 99,4 | 100,0 | |
| Desconhecido | | 1 | ,6 | | |
| Total | | 178 | 100,0 | | |

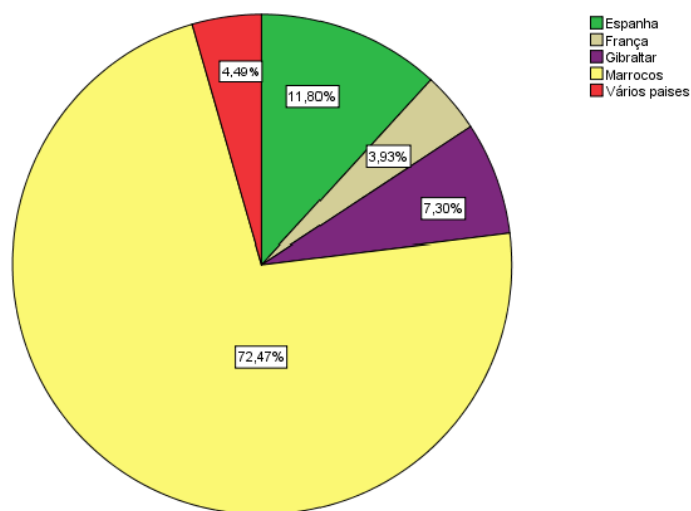
No quadro nº2, verifica-se que a repressão da emigração clandestina algarvia se atenua consideravelmente a partir de 1953, extinguindo-se completamente com a sua descriminalização no período marcelista.

Enquanto o resto do país sentia os apelos do outro lado do Atlântico nas primeiras décadas do século XX e da Europa já nos meados do mesmo século,

o Algarve parece revelar outras prioridades, tanto no que respeita à emigração como no que concerne à capacidade repressiva do estado.

Gráfico nº3

Países de destino dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974



Quadro nº 3

Países de destino da emigração clandestina entre 1933 e 1974

| País de Emigração | Nº total de registos | Percentagem |
|-------------------|----------------------|-------------|
| Espanha | 21 | 11,80 |
| França | 7 | 3,93 |
| Gibraltar | 13 | 7,30 |
| Marrocos | 129 | 72,47 |
| Vários países | 8 | 4,49 |

Perante o quadro nº3, podemos concluir que entre 1933 e 1974, o destino dos indivíduos envolvidos nos processos-crime analisados era, por ordem crescente, França, Gibraltar, Espanha e Marrocos, sendo este último

destino o que a grande maioria dos arguidos nestes processos escolhia para viver e trabalhar.

A emigração para Espanha destinava-se em maior número ao sudoeste andaluz, em especial às regiões vizinhas de Figueirita, Ilha Cristina e Huelva, como se pode verificar no quadro nº 4.

Quadro nº 4
Destino dos implicados na emigração clandestina entre 1933 e 1974

| Locais de destino | Frequência | Percentagem |
|---------------------------|------------|-------------|
| Algeraque | 5 | 2,8 |
| Casa Blanca | 3 | 1,7 |
| Outros locais de Espanha | 6 | 3,3 |
| Europa | 1 | 0,6 |
| Fez | 1 | 0,6 |
| Figueirita | 3 | 1,7 |
| França | 7 | 3,9 |
| Gibraltar | 13 | 7,2 |
| Huelva | 3 | 1,7 |
| Isla Cristina | 4 | 2,2 |
| Outros locais de Marrocos | 107 | 59,1 |
| Quenitra | 1 | 0,6 |
| Rabat | 7 | 3,9 |
| Tânger | 10 | 5,5 |
| Vários outros países | 7 | 3,9 |
| Total | 178 | 100,0 |

Como se verifica no mesmo quadro nº4, o destino dos emigrantes clandestinos algarvios entre 1933 e 1974 centrava-se em Marrocos e em várias das suas cidades, como Casa Blanca, Rabat e Tânger. A expressão «vários países» corresponde à que é usada nos processos sem discriminar, mas não representa mais do que 3,9% do total dos acusados. O que está patente é que os destinos dominantes, incluindo as cidades mencionadas, são os três já

referenciados como o triângulo polarizador: Marrocos, Gibraltar e sul de Espanha. Será que a atracção dos mesmos está associada à proximidade, à familiaridade com a vida, em particular com a comercialização de produções locais? É de realçar que a abertura comercial sempre marcou as principais actividades económicas no Algarve. O comércio, a pesca e o trabalho no porto muito movimentado de Gibraltar fez com que se mantivesse desde longa data uma ligação à Península Ibérica, e claro ao Algarve e ao Sotavento. Não só nos séculos XVIII e XIX se fazia contrabando, como durante o século XX este era uma prática aceite socialmente, quer em Espanha, quer em Gibraltar e mesmo em Marrocos:

«A Grã-Bretanha, limitada no escoamento dos seus produtos industriais, sentiu necessidade de explorar novos mercados para as suas produções têxteis. A Península era um desses possíveis mercados, mas a Espanha insistia numa política pouco favorável às importações. Gibraltar, pela sua situação geográfica, foi transformada numa praça por onde passavam as mercadorias que eram introduzidas na Andaluzia clandestinamente»⁷¹.

Os algarvios foram um dos intervenientes no transporte de produtos de contrabando provindos de Inglaterra. Em muitos casos, esse transporte chega mesmo a misturar contrabando com mercadorias de exportação registadas na alfândega⁷². A Andaluzia, também considerada como lugar de passagem de contrabandistas, irradiava uma certa prosperidade comercial, ligada a uma

⁷¹ Carlos Ibáñez de Ibero, *El Mediterráneo y la Cuestion de Gibraltar*, Editorial Española S.A., San Sebastian, 1939, cit. por Renato Costa, *op. cit.*, p. 116.

⁷² Renato Costa, *op. cit.*, p. 117.

agricultura dinâmica, mas limitada ao consumo interno. Huelva era uma área muito procurada quer por homens do campo, quer por homens do mar, como se pode comprovar no processo que passamos a citar:

«Para os fins que forem de justiça, faço apresentar a V^a Ex.^a o preso nacional, ..., de 27 anos de idade, casado, trabalhador, filho de..., natural do lugar de Faz-Fato, freguesia da Conceição, concelho de Tavira e ali residente, que, hoje, pelas 11,30 horas, foi detido neste posto quando procedia de Espanha, para onde havia emigrado clandestinamente.

No auto de Perguntas fica-se a conhecer os objectivos e os meios envolvidos na emigração clandestina com origem no sotavento algarvio:

«Aos quatro dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, nesta vila de Vila Real de Santo António e Posto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, onde se encontrava o respectivo chefe, ..., agente da mesma polícia servindo de escrivão, compareceu o nacional...de 27 anos de idade, casado, trabalhador, filho de ..., natural e residente no lugar Faz-Fato, freguesia da Conceição, concelho de Tavira.

Perguntado se alguma vez mais esteve preso, quando, onde e porquê se foi ou não condenado e em que pena, respondeu negativamente.

Perguntado se cumpriu com os deveres militares, respondeu ter sido soldado da segunda companhia de Trem Hipomóvel, em Lisboa, no ano de mil novecentos e quarenta e cinco, o que comprovou, mediante a apresentação da respectiva caderneta militar.

À matéria dos autos, respondeu: - Que, em meados de Janeiro do corrente ano, embarcou clandestinamente a bordo dum barco de pesca espanhol, no sítio do Burrinho, comarca de Tavira, na companhia de mais três

indivíduos cujos nomes desconhece, com destino a Isla Cristina – Huelva, a fim de se juntar a um irmão, residente no sítio do Poço do Caminho, próximo daquela cidade espanhola e com ele fixar residência. – Que resolveu voltar a Portugal no intuito de visitar a sua família, pelo que obteve no consulado português em Huelva, um passaporte, com o qual se apresentou nesta data, neste posto, tendo ficado detido.

Perguntado se para a sua ilegal saída do país fora aliciado por alguém ou se para tal pagou qualquer importância, respondeu: - Que, em resultado duma conversa que teve com uns indivíduos, cujos nomes desconhece, numa taberna da cidade de Tavira, resolveu com eles, procurar os barcos de pesca espanhóis que vêm pescar junto à costa, a fim de obter passagem, pelo que pagou ao barqueiro que os transportou, a quantia de vinte escudos. E mais não disse.»⁷³

Muitos dos produtos agrícolas algarvios do barrocal e mesmo da serra, como as azeitonas, as amêndoas, as alfarrobas, os figos e frutas da época, juntando-se o peixe seco, como o bonito, o atum e o peixe em salmoira eram exportados para Marrocos e Gibraltar entre 1834 e 1910, como salienta Renato Costa no seu livro⁷⁴, o que de facto permitia o conhecimento desta região por parte dos empregadores e dos emigrantes clandestinos, que na sua maioria eram marítimos, conhecedores da orla costeira que com o seu barco de pesca percorriam os portos destas paragens do Mediterrâneo Ocidental e mesmo do Atlântico, verificando as oportunidades de trabalho que lhes eram oferecidas, desde as indústrias de conserva de peixe aos barcos de pesca e aos trabalhos

⁷³ AJCT, Processo de Polícia Correccional nº 502 de 1952 da Comarca de Tavira.

⁷⁴ Renato Costa, *op. cit.*, 2002.

agrícolas. Marrocos foi o país mais cobiçado pelos nossos interlocutores, talvez por ser uma região em franco crescimento económico até 1957, enquanto protectorado francês. Marrocos como monarquia islâmica sofreu oscilações com a descolonização, mas continuou a basear a sua economia na agricultura, nos serviços e na indústria transformadora, ligada essencialmente às conservas de peixe e à exploração mineira. Todavia, outros destinos mais apelativos começaram a ser preferidos pelos clandestinos algarvios, como a França e a Alemanha.

Como se pode observar no quadro nº 5, os implicados na emigração clandestina provêm na sua maioria dos principais portos da orla costeira do Sotavento do Algarve. De Olhão são 32,6% e de Tavira são 30,9%. Os de Loulé, com 11,6% de emigrantes, fazem a sua saída por Faro, sendo oriundos desta cidade apenas 6,6% da totalidade. No seu conjunto, as quatro localidades atrás referidas representam 81,1% das naturalidades dos algarvios envolvidos na emigração clandestina, no período do Estado Novo.

O núcleo mais importante da emigração deste período foi Olhão, como já foi referenciado, talvez por se tratar de um centro piscatório especializado na pesca ao largo, podendo estar envolvido no comércio marítimo com vários portos situados no espaço *luso-hispano-marroquino* e também pelo facto dos marítimos serem um grupo socioprofissional com bastantes dificuldades económicas, levando estas condições à motivação para partir, muitas vezes

nos seus próprios barcos, à procura de melhores condições de vida. De facto, são os marítimos que ocupam 25% dos emigrantes clandestinos desta época.

Vejamos um caso particularmente significativo:

«Para os fins que forem de justiça, faço apresentar a V. Excia o preso nacional..., casado, marítimo, nascido a 13 de Março de 1912, na freguesia e concelho de Olhão, residente em Olhão, que hoje foi detido pelas 19 horas por ter emigrado clandestinamente para o Marrocos Francês. Lisboa, 19 de Setembro de 1952

Auto de Perguntas

Aos 22 dias do mês de Setembro de 1952, nesta cidade de Lisboa e Directoria da Polícia Internacional e de defesa do Estado, onde se encontra o Excelentíssimo Inspector, ..., com o..., chefe de Brigada e comigo, ..., agente servindo de escrivão, compareceu o nacional..., casado, pescador, de 40 anos, natural e residente na freguesia e concelho de Olhão. Perguntado se já esteve preso e se foi condenado e em que pena, respondeu: que já esteve preso durante 8 dias por emigração clandestina, tendo sido absolvido. Perguntado acerca dos autos respondeu que acerca de 5 meses resolveu voltar para Casablanca com a finalidade de se juntar à sua esposa Maria da Costa, de origem francesa, que ali reside com os 3 filhos menores, para que na impossibilidade de poder tirar um passaporte, por falta de dinheiro para poder seguir legalmente, o fez num barco de pesca, pertencente ao ..., natural de Olhão, que igualmente emigrou para aquele protectorado francês, tendo os dois largado daquele porto algarvio...»⁷⁵

Ainda no Sotavento, Tavira é também o segundo mais importante porto de saída dos emigrantes clandestinos algarvios, de onde partiram cerca de

⁷⁵ ADF, Processo de Polícia Correccional nº 722 de 1952 da Comarca de Olhão.

30,9%, como vimos. Daqui partiram indivíduos naturais deste concelho, mas também de outros concelhos limítrofes, como Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim e S. Brás de Alportel.

Quadro nº 5

Localidades de proveniência dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974

| Naturalidade | Nº de indivíduos | Percentagem | Percentagem por acumulação |
|----------------------|------------------|-------------|----------------------------|
| Albufeira | 2 | 1,1 | 2,8 |
| Alcácer do Sal | 1 | ,6 | 3,3 |
| Alcoutim | 2 | 1,1 | 4,4 |
| Alenquer | 1 | ,6 | 5,0 |
| Arraiolos | 1 | ,6 | 5,5 |
| Beja | 1 | ,6 | 6,1 |
| Cádiz | 1 | ,6 | 6,6 |
| Castro Marim | 1 | ,6 | 7,2 |
| Faro | 12 | 6,6 | 13,8 |
| Lagoa | 1 | ,6 | 14,4 |
| Lisboa | 6 | 3,3 | 17,7 |
| Loulé | 21 | 11,6 | 29,3 |
| Lourenço Marques | 1 | ,6 | 29,8 |
| Olhão | 59 | 32,6 | 62,4 |
| Portimão | 2 | 1,1 | 63,5 |
| São Brás de Alportel | 2 | 1,1 | 64,6 |
| Setúbal | 1 | ,6 | 65,2 |
| Silves | 1 | ,6 | 65,7 |
| Sintra | 1 | ,6 | 66,3 |
| Tavira | 56 | 30,9 | 97,2 |
| VRSA | 5 | 2,8 | 100,0 |
| Total | 178,0 | 100,0 | |

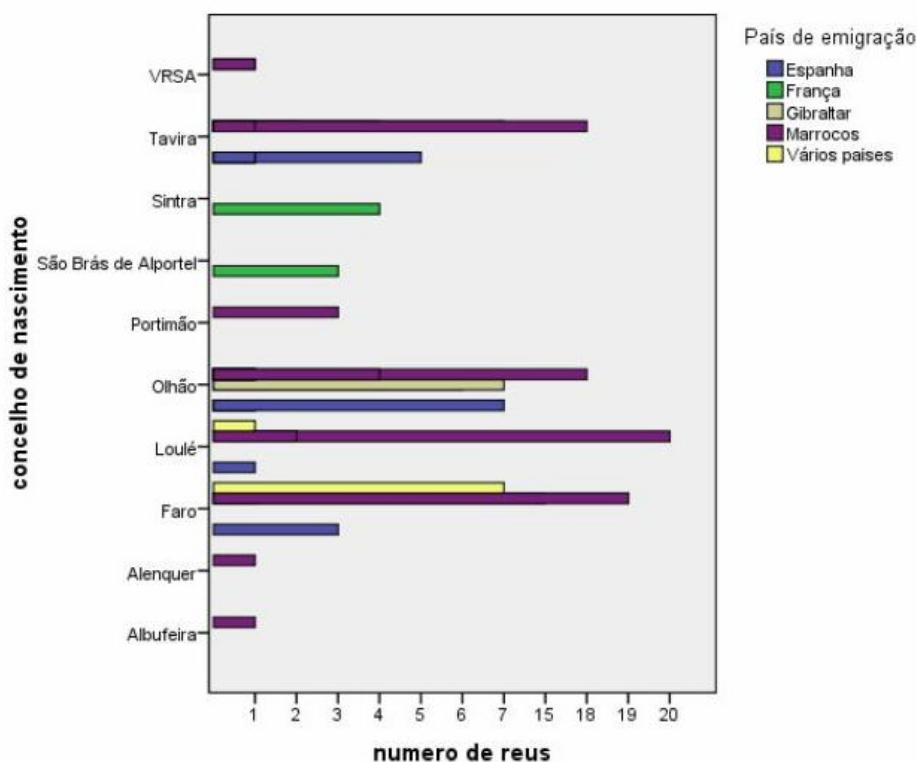
Pessoas provenientes de outras zonas do Algarve procuram emigrar, quer por Faro, quer por Olhão, quer por Tavira. Aqueles que são provenientes de outras regiões, mas residentes no Algarve, utilizam igualmente os portos de

Faro, Olhão e Tavira como porta de saída. Outros ainda, mesmo vivendo fora do Algarve têm contactos com algarvios que, por vários motivos, lhes dão a conhecer as suas estratégias de fuga.

De um modo geral, emigra-se mais a partir do litoral, que do barrocal e da serra. Isto significa que a diminuição da emigração para o interior é quase proporcional à sua distância da costa, mas permite levantar a hipótese de que neste caso a emigração clandestina seja apenas uma segunda fase de deslocação de população do interior para o litoral.

Uma outra questão que se coloca é se haverá uma relação entre a naturalidade dos emigrantes clandestinos e os seus destinos.

Gráfico nº 4
Naturalidades dos envolvidos na emigração clandestina e seus destinos
1933 e 1974



A observação do gráfico nº4 permite verificar que o destino dos envolvidos na emigração clandestina varia em função da sua naturalidade. Assim, confirmamos que os que emigravam para Marrocos eram na sua maioria indivíduos naturais dos concelhos de Loulé, de Faro, de Tavira e de Olhão.

Para Espanha, os concelhos que facultavam o maior número de saídas eram os de Olhão, Tavira e Faro, sendo que para Gibraltar iam essencialmente os emigrantes naturais de Olhão. Os indivíduos do interior algarvio, como os naturais de São Brás, e de Sintra preferiram como destino a França.

Em resumo, os dados demonstram a preferência dos emigrantes clandestinos por Marrocos, situando-se a Espanha e Gibraltar em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Emigravam principalmente os homens naturais dos centros portuários do litoral central e oriental do Algarve, mas o barrocal e a serra não deixavam de dar o seu contributo para engrossar esta sangria das gentes do extremo sul de Portugal.

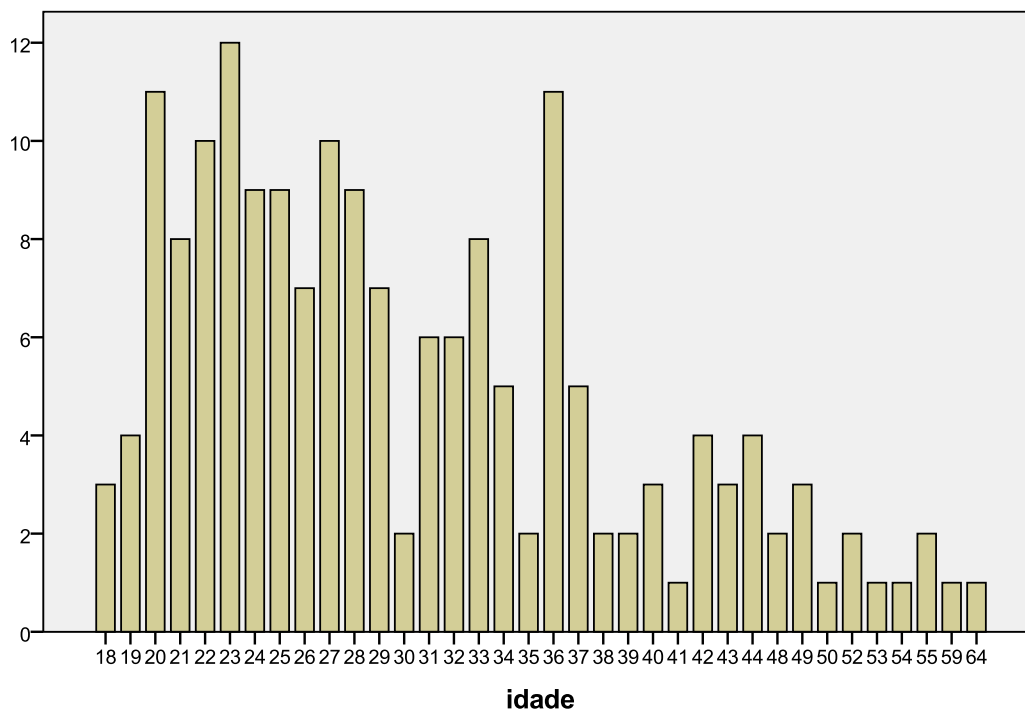
2.2. Estrutura etária e de género

No Sotavento do Algarve e no Algarve em geral, há uma característica que sobressai: emigra-se na idade adulta. A faixa etária mais activa situa-se entre os 20 e os 36 anos, no entanto emigra-se desde os 18 até aos 64 anos.

Estes números realçam a forma como a emigração estava enraizada no modo de vida do algarvio.

Gráfico nº 5

Estrutura das idades dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974

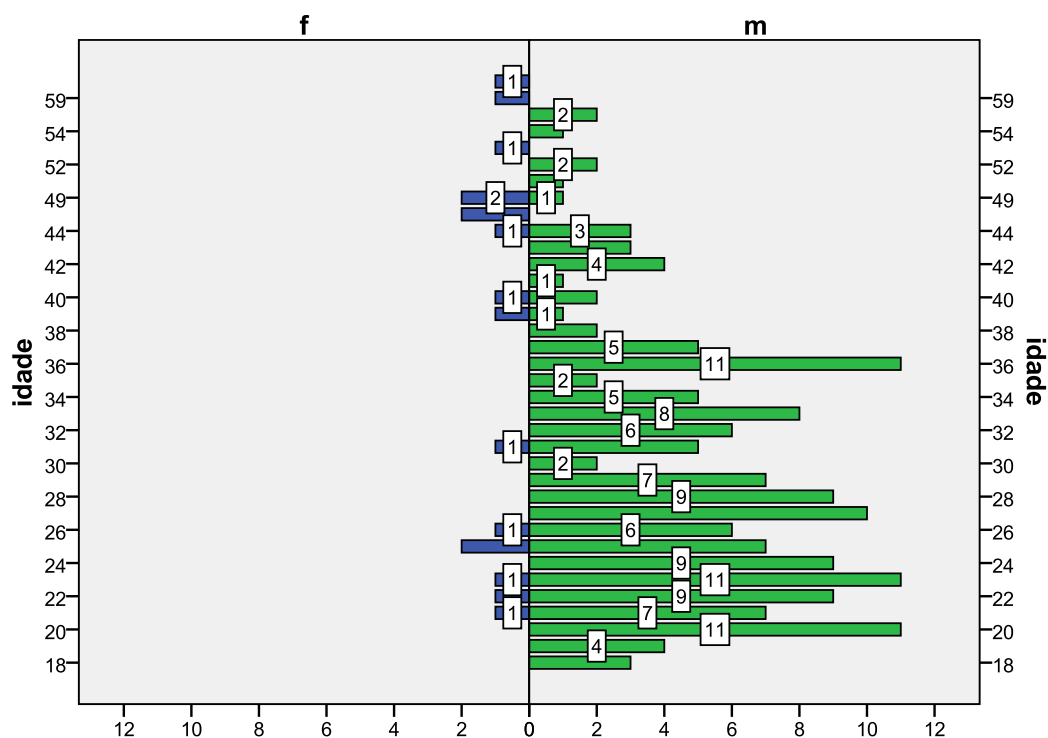


Esta orientação fazia parte da estratégia familiar de melhoria das suas condições de vida ou até de sobrevivência. Quem emigra é pobre e desprotegido, mas opta frequentemente em conjugação com outros membros da família pela negação da miséria e dos salários de fome, procurando uma alternativa à sua situação. Num país como Portugal, que não podia oferecer a muitos nem sequer um mínimo de condições de vida, a melhoria destas condições passava por encontrar uma oportunidade de sobrevivência no estrangeiro.

A emigração dos jovens adultos entre os 18 e os 28 anos é de 52%, o que demonstra que têm uma noção bem clara da realidade que os cerca, não se importando de deixar o seu local de origem à procura da realização dos seus sonhos, mesmo que para isso tivessem que se aventurar no desconhecido.

Gráfico nº 6

Estrutura de idades dos envolvidos segundo o sexo na emigração clandestina entre 1933 e 1974



O conjunto dos envolvidos na emigração clandestina é composto por pessoas dos dois sexos: 90,45% são homens e 9,55% são mulheres. Vejamos agora os três tipos de crime das acusações feitas aos envolvidos nos processos-crime: a maioria dos acusados de emigração clandestina é

composta por homens, representando as mulheres apenas 3,93%; esta proporção inverte-se quando atentamos no universo dos que se dedicam ao aliciamento à emigração clandestina, no qual a maioria é de mulheres, como se pode verificar no Quadro nº 8. Ainda no mesmo quadro, é evidente que no que respeita ao aliciamento e transporte apenas os homens estão presentes.

Das mulheres que emigram clandestinamente, só $\frac{1}{4}$ das mesmas vai para Espanha, dirigindo-se as restantes para Marrocos. Elas emigram juntamente com os maridos ou vão juntar-se a eles, sinal de reagrupamento familiar. Todas declaram ser domésticas, o que poderia ser interpretado como sinal de que iriam trabalhar em actividades domésticas. Todavia, os relatos orais que ouvimos informalmente apontam em sentido diferente.

As mulheres sempre tiveram um papel importante na economia familiar, tanto no campo como nas actividades marítimas. É conveniente não esquecer que estamos a falar de pessoas pobres e portanto de um grupo social em que todos são chamados a dar um contributo para o orçamento doméstico. Elas trabalhavam no campo a par dos homens. Quanto às actividades marítimas, elas realizavam a salga do peixe e ajudavam a remendar as redes de pesca. Havia ainda as «morraceiras» que apanhavam a morraça, tipo de erva para a alimentação do gado, nas margens e fundos baixos das rias e dos rios. Algumas mulheres que nos narraram a sua experiência de emigração clandestina para Marrocos nos anos 50, contaram que iam trabalhar na

indústria de conservas de peixe, ao passo que os seus maridos se ocupavam nas armações que forneciam a matéria-prima para essas indústrias.

Quadro nº 6

Idade dos envolvidos na emigração clandestina, segundo o tipo de crime e sexo, entre 1933 e 1974

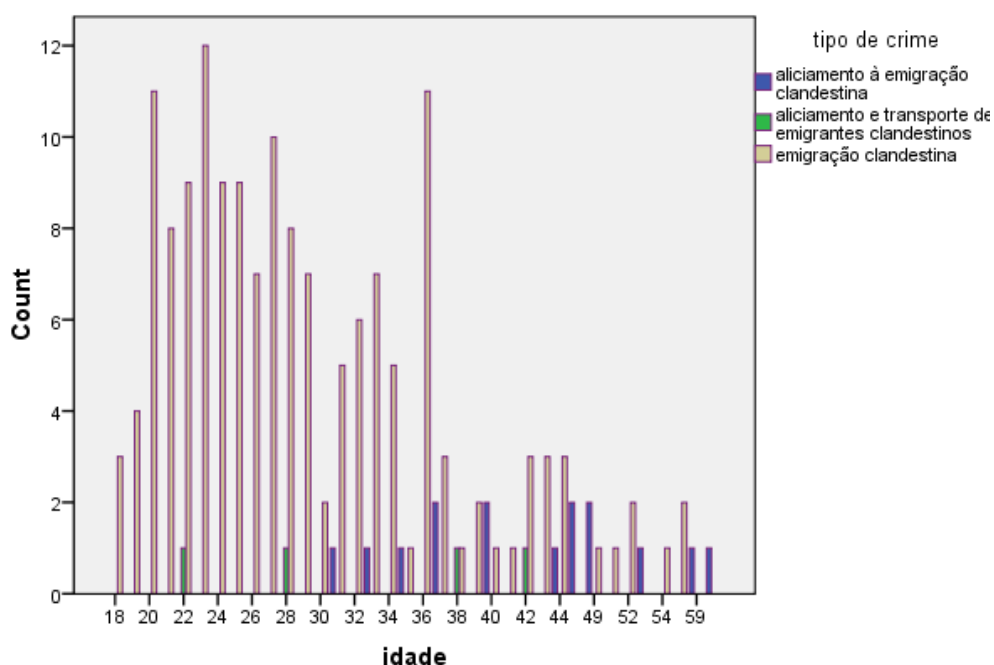
| Sexo | | | Tipo de crime | | | Total |
|------|-------|-------|-------------------------------------|---|-----------------------|-------|
| | | | aliciamento à emigração clandestina | aliciamento e transporte de emigrantes clandestinos | emigração clandestina | |
| f | idade | 21 | 0 | | 1 | 1 |
| | | 22 | 0 | | 1 | 1 |
| | | 23 | 0 | | 1 | 1 |
| | | 25 | 0 | | 2 | 2 |
| | | 26 | 0 | | 1 | 1 |
| | | 31 | 1 | | 0 | 1 |
| | | 39 | 0 | | 1 | 1 |
| | | 40 | 1 | | 0 | 1 |
| | | 44 | 1 | | 0 | 1 |
| | | 48 | 2 | | 0 | 2 |
| | | 49 | 2 | | 0 | 2 |
| | | 53 | 1 | | 0 | 1 |
| | | 59 | 1 | | 0 | 1 |
| | | 64 | 1 | | 0 | 1 |
| | | Total | | 10 | | 7 |
| m | idade | 18 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| | | 19 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| | | 20 | 0 | 0 | 11 | 11 |
| | | 21 | 0 | 0 | 7 | 7 |
| | | 22 | 0 | 1 | 8 | 9 |
| | | 23 | 0 | 0 | 11 | 11 |
| | | 24 | 0 | 0 | 9 | 9 |
| | | 25 | 0 | 0 | 7 | 7 |
| | | 26 | 0 | 0 | 6 | 6 |
| | | 27 | 0 | 0 | 10 | 10 |
| | | 28 | 0 | 1 | 8 | 9 |
| | | 29 | 0 | 0 | 7 | 7 |
| | | 30 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| | | 31 | 0 | 0 | 5 | 5 |
| | | 32 | 0 | 0 | 6 | 6 |
| | | 33 | 1 | 0 | 7 | 8 |
| | | 34 | 0 | 0 | 5 | 5 |
| | | 35 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| | | 36 | 0 | 0 | 11 | 11 |
| | | 37 | 2 | 0 | 3 | 5 |
| | | 38 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| | | 39 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | | 40 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| | | 41 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | | 42 | 0 | 1 | 3 | 4 |
| | | 43 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| | | 44 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| | | 49 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | | 50 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | | 52 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| | | 54 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | 55 | 0 | 0 | 2 | 2 | |
| | Total | | 5 | 4 | 151 | 160 |

A maioria das mulheres que emigrava clandestinamente fazia-o até aos 26 anos, só uma o fez após essa idade, com 39 anos. Das que se dedicavam ao aliciamento de emigrantes clandestinos, ou seja 5,62% do total de indivíduos que praticavam este tipo de crime, as idades iam dos 31 aos 64 anos, o que revela a maturidade e a capacidade para a resolução de problemas complexos, qualidades necessárias para tratar de todo o processo de saída ilegal dos indivíduos do nosso país.

Dos 90,45% de homens envolvidos como réus nos processos, apenas 3,93% se dedicavam ao aliciamento de emigrantes clandestinos, ou seja, eram angariadores, cuja idade oscilava entre os 33 e os 40 anos, ao passo que 2,25% eram transportadores ou engajadores, aliciando indivíduos à emigração clandestina e transportando-os depois, os quais apresentavam idades entre os 22 e 42 anos.

Gráfico nº 7

Idade dos envolvidos na emigração clandestina segundo o tipo de crime entre 1933 e 1974



O indivíduo mais velho envolvido na emigração clandestina era uma mulher com 64 anos, que se dedicava ao aliciamento, enquanto o homem mais velho ligado à mesma actividade tinha 40 anos. Os emigrantes clandestinos com mais idade tinham 55 anos, sendo evidente no gráfico nº7 o contraste entre a maior juventude dos emigrantes clandestinos e a idade mais avançada dos aliciadores.

Em suma, ao analisarmos o número de indivíduos envolvidos na emigração clandestina, por sexo, verifica-se que existe de facto uma percentagem maior de homens envolvidos nesta problemática, cerca de 90,45%, do que de mulheres, as quais representam apenas 9,55%. Além disso, verifica-se que $\frac{3}{4}$ dos homens que se envolviam nesta situação faziam-no até aos 36 anos, tendo $\frac{1}{4}$ deles menos de 23 anos, enquanto 25% das mulheres o faziam por volta dos 40 anos. A decisão relativa à emigração clandestina era mais tardia na vida das mulheres do que na vida dos homens, facto que corrobora a intenção de reagrupamento familiar atrás referido.

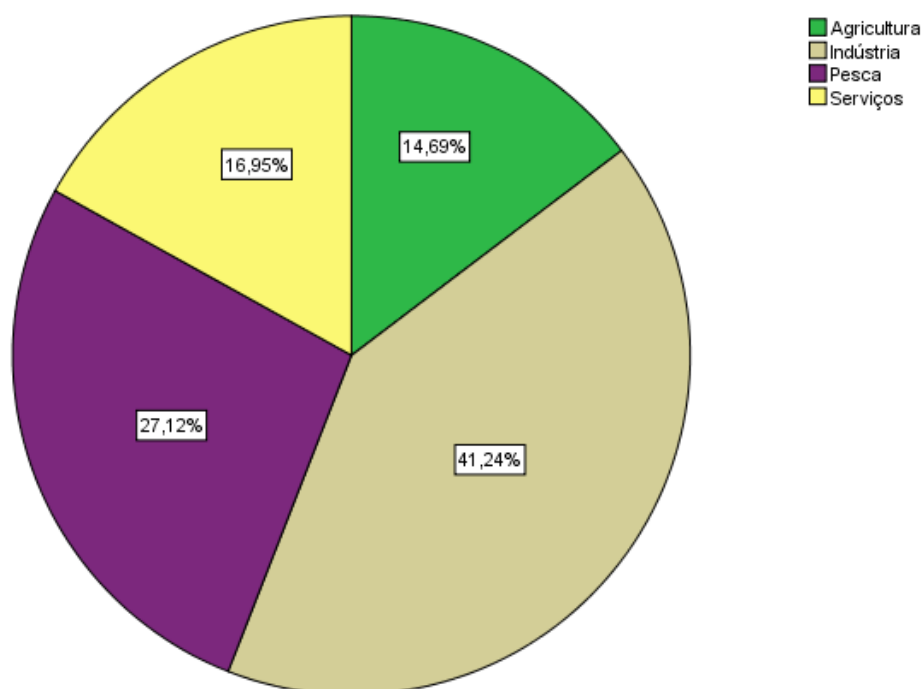
2.3. Estrutura socioprofissional

As profissões dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina são variadas. Elas emergem de todos os sectores de actividade económica. Temos: os agricultores, os alfaiates, os barbeiros, os carpinteiros, os comerciantes, os sapateiros, os pedreiros, os serralheiros, os ferreiros, os

marítimos, os ajudantes de motorista, os corticeiros, as domésticas, entre muitas outras profissões. De facto, a emigração à qual este trabalho se refere era concretizada principalmente por marítimos e trabalhadores rurais, mas era também praticada por artesãos e outros trabalhadores incluídos no sector da «indústria».

Gráfico nº 8

Os sectores de actividade económica onde se inserem os envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974



2.3.1. Sectores de actividade económica

É uma emigração alimentada pelo sector primário, incluindo os indivíduos ligados à agricultura e à pesca que somam 41,81%. Segue-se, muito de perto, o sector secundário, no qual estão incluídos os trabalhadores da

construção civil e de outras actividades artesanais e indústrias, com 41,24%.

Por fim, vem o sector terciário, onde se incluem os comerciantes, que não alcança mais do que 16,95%.

Os indivíduos envolvidos na emigração clandestina eram na sua maioria pescadores e outros «marítimos» naturais dos concelhos costeiros de Olhão, Tavira e Faro. Este grupo incluía pessoas ligadas às actividades marítimas que encontravam ocupações nas lides do mar, como os motoristas e ajudantes de motorista. Estes indivíduos eram juntamente com o mestre da embarcação os melhores remunerados. Um outro grupo muito importante, ligado à indústria da construção civil, eram os pedreiros que, pertencendo ao sector secundário e não ganhando mal, ao não conseguirem trabalho, tentavam a sua sorte além fronteira, assim como os carpinteiros que, trabalhando por conta própria, na sua maioria, vivendo muitas vezes de «biscates», acabavam por partir à procura de melhor vida. Temos ainda outro grupo, «o trabalhador», categoria bastante imprecisa, geralmente associada à vida rural. Eram assim designados por não terem uma profissão com salários certos, ocupando-se dos mais diversos trabalhos. Eram normalmente os que passavam por mais privações.

Aparecem também os comerciantes e os ajudantes de comércio, que estavam ligados ao aliciamento de emigrantes clandestinos e seu transporte para vários lugares de destino, os quais embora pudessem participar numa rede de contactos comerciais entre o Algarve e as regiões da Andaluzia, Gibraltar e Marrocos, eram vítimas dos mesmos problemas que afectavam os

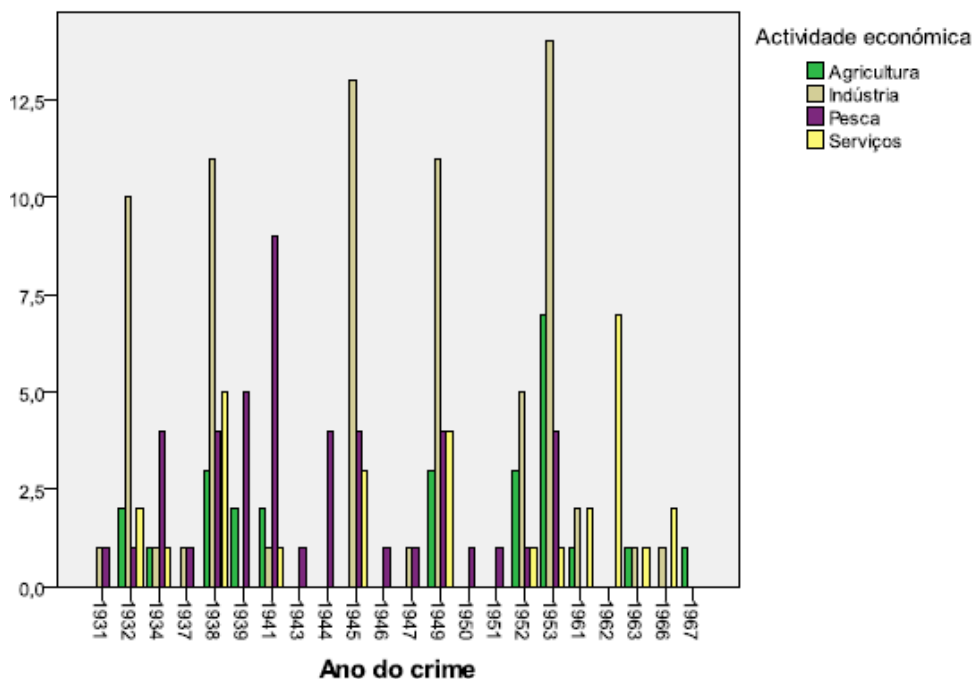
outros indivíduos provenientes dos sectores primário e secundário. As dificuldades económicas atingiam igualmente os que pertenciam ao sector dos serviços, sendo meros «empregados» que desejavam uma vida melhor. Por fim, eram os pescadores que participavam no comércio com Gibraltar e mesmo com Marrocos, muitos deles de Olhão. José de Brito Barbosa diz-nos que conheceu «vários caíques de duas velas latinas grandes que se dedicavam aos transportes para os portos de Marrocos, Argélia e Gibraltar. Eram barcos que podiam transportar cerca de 40 toneladas de carga diversa...»⁷⁶. Carminda Cavaco recorda os pescadores de Olhão, Fuzeta e Tavira⁷⁷, que partiam clandestinamente destes portos para Tânger, Rabat e Casa Blanca onde muitos se fixavam com as famílias.

⁷⁶ «Era o contrabando familiar. Eu tive de lá, por duas vezes, fatinhos de seda crua japonesa, comprada em Tanger e trazida pelo mestre Casaca, que foram belíssimos e lindos como fatos de Verão. ...Vi, algumas vezes, o cais de Olhão com grandes montes de repolhos e outros produtos hortícolas que eles levavam para Gibraltar». José Brito Barbosa, *Visto e Ouvido... Em Olhão Reflexões*, Edição Câmara Municipal de Olhão, Olhão, 1993, p. 145.

⁷⁷ Muitos emigrantes de Olhão e Fuzeta «partiam clandestinamente para Gibraltar e mais tarde para Rabat e Casablanca, onde se fixaram muitas famílias de Olhão: pela alta noite, as lanchas de pesca varadas nas ilhas de Armona e de Tavira eram carregadas de marítimos emigrantes, que nelas seguiam até aos navios situados fora das águas territoriais portuguesas, em pontos previamente fixados. Carminda Cavaco, «Migrações Internacionais de Trabalhadores do Sotavento Algarvio», *Finisterra*, Lisboa, 1971, Vol. VI, nº11, p. 51.

Gráfico nº 9

Movimentação dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina de acordo com os sectores económicos a que pertencem, entre 1933 e 1974



No gráfico nº 9, podemos verificar que os anos em que houve maior saída de emigrantes clandestinos pertencentes ao sector secundário foram 1953, 1945, seguindo-se 1949, 1938 e 1932. Estes emigrantes provinham do sector da construção civil, na generalidade, sendo o seu destino principal Marrocos. Em 1941 dá-se a maior saída de marítimos do sotavento do Algarve e o seu destino preferido foi também Marrocos, sendo as cidades escolhidas pelo maior número de emigrantes, Tanger e Rabat⁷⁸.

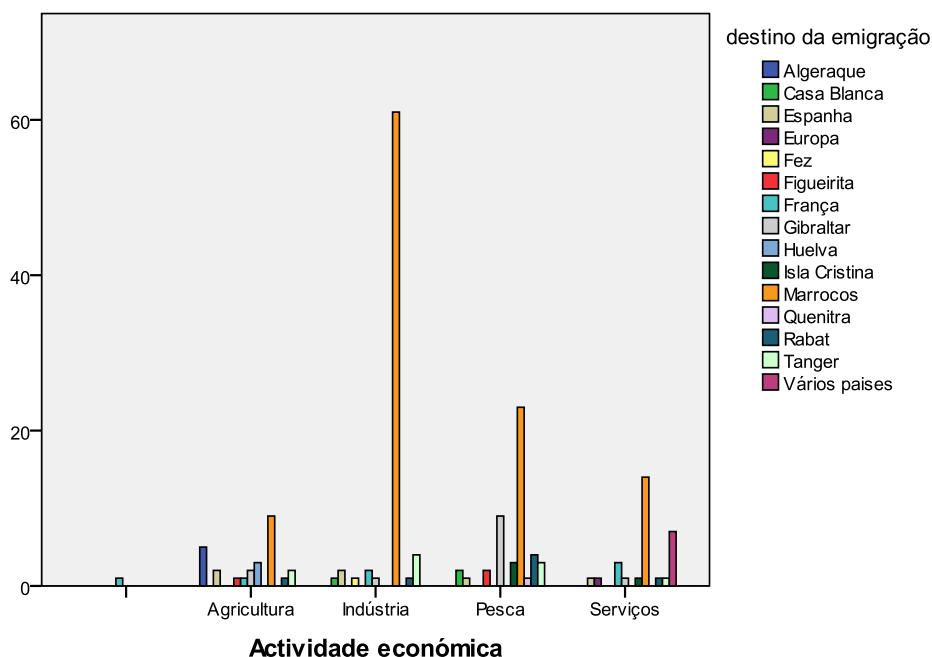
⁷⁸ Recorde-se que utilizando as fontes criminais estamos a interpretar dados que dependem, entre outros factores, da intensidade e eficácia do sistema repressivo.

Os marítimos, depois de 1953, deixaram de emigrar para estes lugares, preferindo as ex-colónias portuguesas de Angola e Moçambique, onde criaram empresas de pesca e se estabeleceram com a família.

O maior fluxo de emigração clandestina de indivíduos ligados ao sector terciário ou de serviços, segundo as nossas fontes, dá-se em 1962, sendo Marrocos escolhido como ponto de destino preferencial.

Gráfico n° 10

Destinos segundo as actividades económicas dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974⁷⁹



⁷⁹ Neste gráfico os termos utilizados para indicar os destinos são os que vêm mencionados nos processos, havendo indicações das mais genéricas, que abarcam continentes, às mais particulares que se referem a pequenos núcleos urbanos ou ilhas.

Quadro nº 7

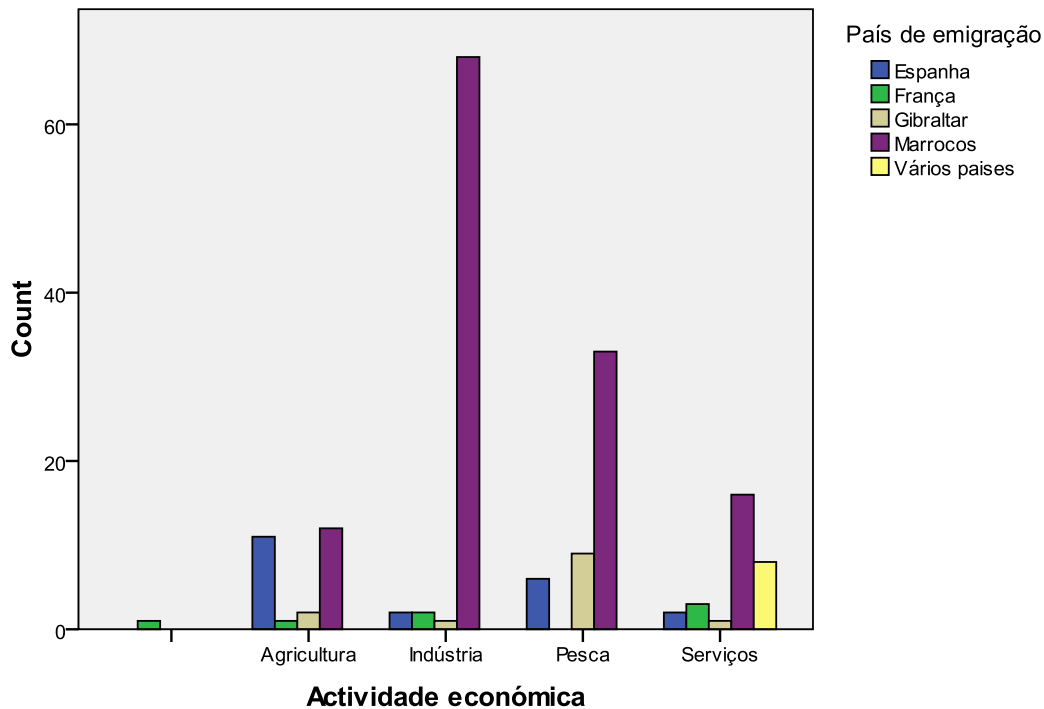
Profissões dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974

| Profissões | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulada |
|-----------------------|------------|-------------|--------------------|-----------------------|
| abegão | 2 | 1,1 | 1,1 | 2,8 |
| agente comercial | 2 | 1,1 | 1,1 | 3,9 |
| agricultor | 3 | 1,7 | 1,7 | 5,5 |
| ajud. operador cinema | 1 | ,6 | ,6 | 6,1 |
| ajud. motorista | 1 | ,6 | ,6 | 6,6 |
| alfaiate | 1 | ,6 | ,6 | 7,2 |
| armador | 1 | ,6 | ,6 | 7,7 |
| barbeiro | 5 | 2,8 | 2,8 | 10,5 |
| batechapas | 1 | ,6 | ,6 | 11,0 |
| carpinteiro | 20 | 11,0 | 11,0 | 22,1 |
| chofeur mecânico | 1 | ,6 | ,6 | 22,7 |
| comerciante | 2 | 1,1 | 1,1 | 23,8 |
| corticeiro | 2 | 1,1 | 1,1 | 24,9 |
| doméstica | 16 | 8,8 | 8,8 | 33,7 |
| empregado café | 1 | ,6 | ,6 | 34,3 |
| ferreiro | 2 | 1,1 | 1,1 | 35,4 |
| fundidor | 1 | ,6 | ,6 | 35,9 |
| jornaleiro | 1 | ,6 | ,6 | 36,5 |
| marceneiro | 1 | ,6 | ,6 | 37,0 |
| marítimo | 46 | 25,4 | 25,4 | 62,4 |
| marmoritador | 1 | ,6 | ,6 | 63,0 |
| mecânico | 1 | ,6 | ,6 | 63,5 |
| motorista | 1 | ,6 | ,6 | 64,1 |
| operário | 1 | ,6 | ,6 | 64,6 |
| operário conserveiro | 1 | ,6 | ,6 | 65,2 |
| pedreiro | 27 | 14,9 | 14,9 | 80,1 |
| pintor | 1 | ,6 | ,6 | 80,7 |
| sapateiro | 3 | 1,7 | 1,7 | 82,3 |
| sem profissão | 1 | ,6 | ,6 | 82,9 |
| serralheiro | 11 | 6,1 | 6,1 | 89,0 |
| trabalhador | 20 | 11,0 | 11,0 | 100,0 |
| Total | 178 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

No gráfico nº11 observa-se a relação entre a origem socioprofissional dos emigrantes ilegais e as escolhas no que respeita aos países de destino: Marrocos é claramente preferido pelos que se dedicam às actividades industriais e artesanais, bem como à pesca e aos serviços.

Gráfico nº 11

Países de destino segundo as actividades económicas dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974



Verifica-se também no gráfico nº 11 que os emigrantes que na região algarvia se dedicam à agricultura optam de uma forma mais equilibrada entre Marrocos e Espanha, quando se decidem pela emigração ilegal.

Na generalidade, os indivíduos envolvidos na emigração clandestina provenientes dos concelhos do centro e do sotavento do Algarve procuraram no lugar de destino uma ocupação no mesmo sector de actividade a que estavam habituados. Vejamos o exemplo seguinte, relativo a um pescador natural de Albufeira e residente em Olhão que emigrou clandestinamente em 1947:

«Para os fins que forem convenientes, faço apresentar a V. Ex.^a o nacional ..., de 26 anos, casado, marítimo, filho de..., natural da freguesia de Albufeira do mesmo concelho, e residente no sítio da Patinha – Olhão, o qual foi hoje por mim detido pelas 17.30, quando procedia de Tanger para onde havia emigrado clandestinamente. Vila Real de Santo António, 16 de Dezembro de 1949.

Auto de Perguntas

Aos 17 dias do mês de Dezembro de 1949, nesta localidade de Vila Real de Santo António e Posto de Polícia Internacional e de Defesa do Estado, encontrando-se presente o respectivo chefe, ..., comigo, ..., agente da mesma polícia servindo de escrivão, compareceu a fim de ser interrogado o nacional ..., de 26 anos, casado, marítimo, filho de..., natural da freguesia de Albufeira do mesmo concelho e residente no sítio da Patinha – Olhão.

Interrogado acerca da matéria dos autos, respondeu: que em dia que não se recorda, do mês de Agosto de 1947, embarcou a bordo de um barco à vela em que havia já uma temporada andava pescando e que era propriedade de um indivíduo de nome..., residente em Olhão, na companhia de mais 3 indivíduos que somente conhece de vista, com o fim de ir para Tanger, para ali fixar residência e arranjar trabalho.

Que uma vez ali, se empregou no Clube Náutico daquela cidade marroquina, onde se conservou cerca de 8 meses. Embarcou depois como tripulante a bordo de diversos barcos estrangeiros...»⁸⁰

Vejamos outro caso, como exemplo, mas este vivido por um trabalhador, muito provavelmente do sector primário, residente em Cacela que emigra clandestinamente a partir de Cabanas, Tavira:

⁸⁰ ADF, Processo de Polícia Correccional nº68 de 1949 da Comarca de Olhão.

«Para os fins que forem de justiça, faço apresentar a V. Ex.^a. o nacional ... “ o André Pataco”, solteiro, trabalhador, nascido a 30 de Novembro de 1905, em Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, filho de..., e residente no sítio da Manta Rota, freguesia de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, que hoje pelas 9 horas, foi por mim detido, no lugar da sua residência, por contra ele existir pedido de captura, por delito de emigração clandestina, ...Recolheu à Cadeia Comarcã, ficando à ordem desta polícia.

VRSA, 9 de Outubro de 1953

Auto de Perguntas

Aos 10 dias do mês de Outubro de 1953, nesta vila de VRSA e posto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, onde se achava o senhor chefe do posto ..., comigo, ..., servindo de escrivão e agente da mesma polícia, aqui foi presente o detido, que disse chamar-se..., no estado de solteiro, de profissão trabalhador, nascido a 24 de Abril de 1930, no sítio da Manta Rota, freguesia de Cacela, filho de..., residente à data da prisão no sitio da Manta Rota, concelho de Vila real de Santo António.

Perguntando se esteve alguma vez preso, quando e porquê, se foi ou não condenado e em que pena, e interrogado sobre a sua situação militar, disse: que nunca esteve preso, nem respondeu a nenhum juízo, e quanto à sua situação militar ficou isento de todo o serviço pela inspecção militar.

À matéria dos autos respondeu: que em dia que já não recorda, uma pessoa sua já conhecida, sabendo que no sítio da sua morada não havia trabalho, o seu co-arguido... lhe comunicara que era seu intento ausentar-se para Espanha em busca de trabalho, podendo-o acompanhar, sendo isso sua vontade, para o que já sabia dum barco que os poderia transportar ao país vizinho. Que passado alguns dias este seu co-arguido lhe transmitia que a passagem estava assegurada e que para tal se devia reunir a ... e outros. Em

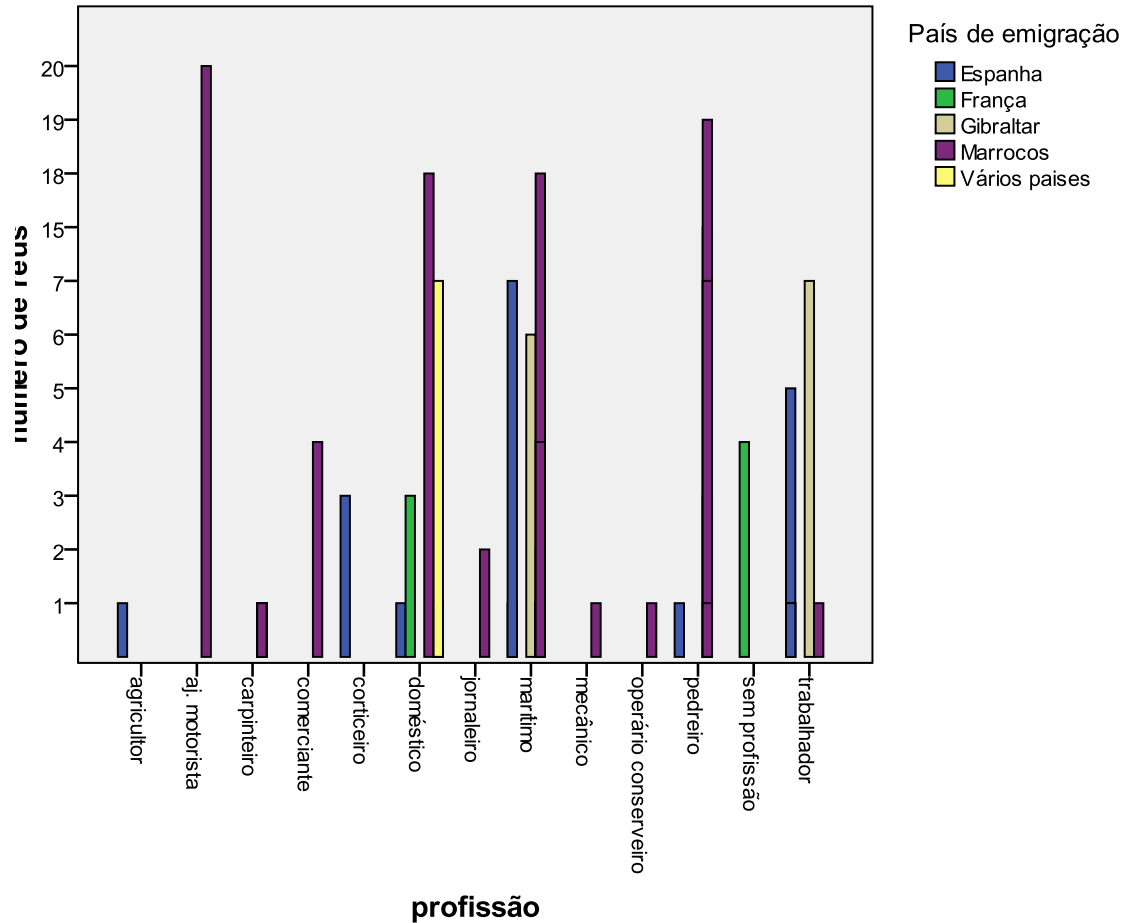
conjunto seguiram para o lugar de Cabanas em 5 de Agosto, já passado, do corrente ano. Que chegara a Espanha no dia 6, pelas 10 horas ao lugar de Torrão, onde permaneceu ocupado na apanha do figo até ao dia 20 de Setembro do ano corrente, data em que resolveu voltar a Portugal...»⁸¹

Com destino a Marrocos emigraram clandestinamente muitos indivíduos provenientes de vários sectores de actividade económica, no entanto é conveniente salientar que para este destino foram em maior número os marítimos, os pedreiros, os ajudantes de motorista e as domésticas. Espanha era preferida pelos trabalhadores e indivíduos ligados ao sector corticeiro, ao passo que Gibraltar era demandada principalmente por trabalhadores e marítimos. Para outros países da Europa emigravam clandestinamente pessoas ligadas aos serviços domésticos ou sem profissão definida.

⁸¹ AJCT, Processo de Polícia Correccional nº120 de 1953 da Comarca de Tavira.

Gráfico nº 12

Países de destino e profissões dos envolvidos na emigração clandestina no período entre 1933 e 1974



Na verdade, numa lista de 31 profissões do Quadro nº7, as mais expressivas em termos quantitativos são: os marítimos, os pedreiros, os carpinteiros, os trabalhadores e as domésticas. Estes cinco grupos abrangem 72,47% do universo dos emigrantes de que trata esta análise. Ao longo do Estado Novo, o período em que é mais representativa a saída de emigrantes clandestinos do Sotavento do Algarve e respectiva repressão é nos anos 40, período em que no Atlântico e no Mediterrâneo Ocidental era perigoso circular por questões de segurança que se prendiam com o conflito da Segunda Guerra

Mundial. Depois o fluxo voltou a aumentar em 1953, num período em que a paz regressara ao continente europeu e em que o mesmo estava em plena renovação e progresso. Este movimento talvez ocorra sem que os indivíduos em causa tenham um conhecimento abrangente da realidade mundial, apenas o terão, certamente, das suas condições de vida, comparadas com o que ouvem que sabem existir para além da sua fronteira terrestre e marítima.

As condições económicas e sociais destes grupos profissionais no período do Estado Novo, confrontadas com a situação das classes trabalhadoras nos países da Europa, no protectorado francês de Marrocos e no território britânico ultramarino de Gibraltar, terão sido a causa fundamental desta emigração, que punha a resolução do problema da sobrevivência acima de qualquer outra questão.

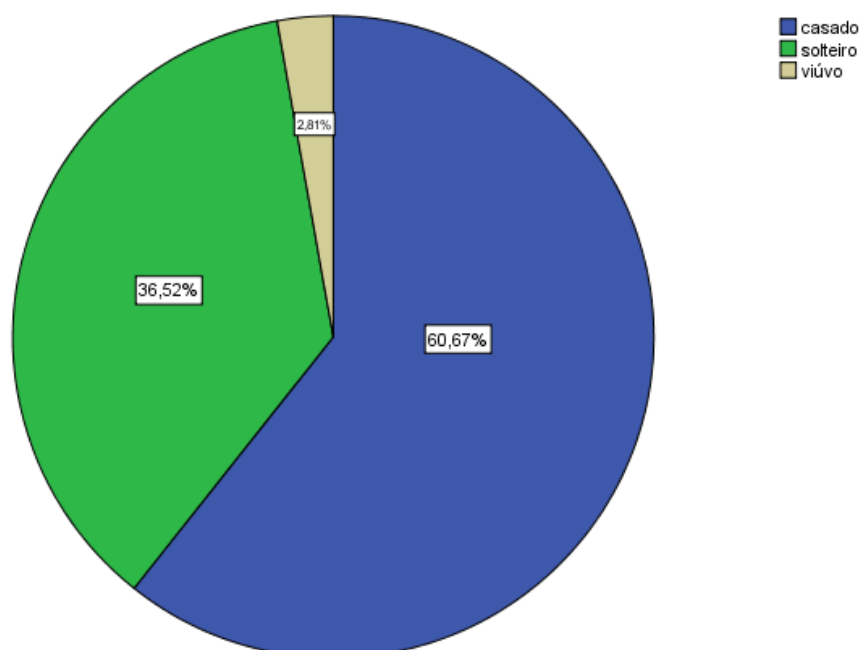
2.3.2. Estado Civil

O estado civil dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina é um elemento significativo para a compreensão do fenómeno, como se poderá verificar seguidamente.

No gráfico nº 13 observa-se que a maioria dos implicados na emigração clandestina é casada, correspondendo a cerca de 60,67% do total. O número de solteiros corresponde a 36,52% e o dos viúvos apenas a 2,81%.

Gráfico n° 13

Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974

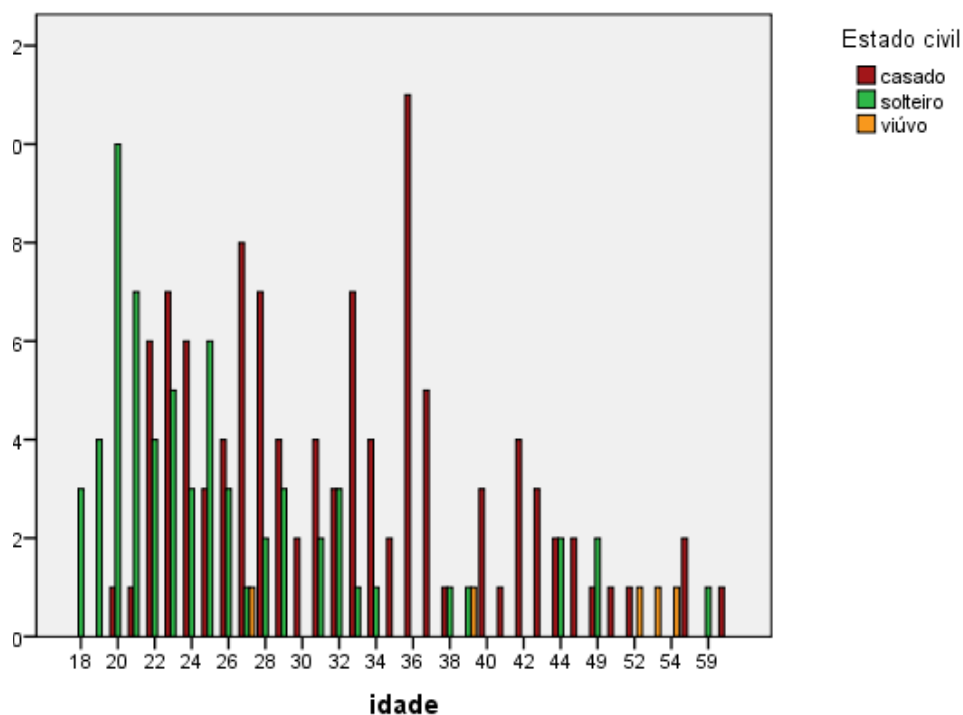


Como se pode verificar no gráfico n°14, os homens envolvidos nesta problemática casam-se cedo, predominando os casados entre os emigrantes. Enquanto os homens solteiros predominam no fluxo migratório até à idade de 21 anos, a partir dos 22 anos predominam os casados. Entre os poucos viúvos implicados, há um com a idade de 27 anos, outro com 39 anos, tendo os restantes idades compreendidas entre os 50 e os 55 anos.

Estes dados sugerem que a pressão das dificuldades económicas que tende a aumentar com as responsabilidades familiares é certamente um dos factores relevantes da motivação para a emigração clandestina.

Gráfico nº 14

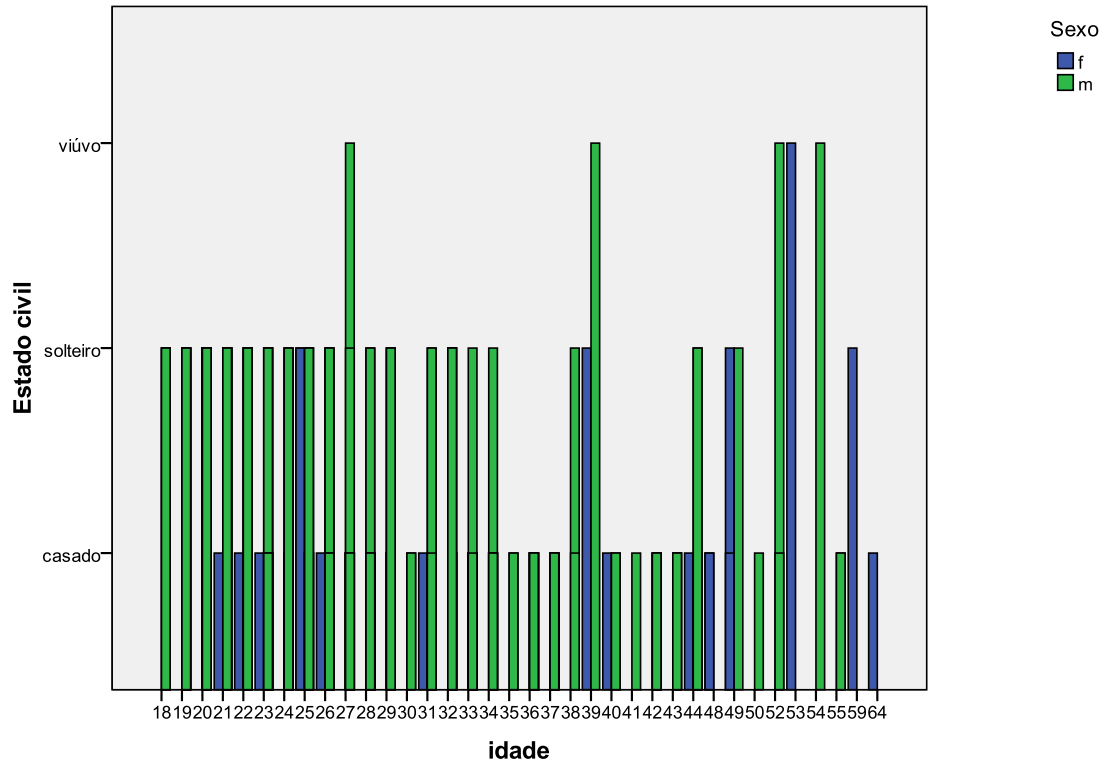
Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina, segundo as idades, entre 1933 e 1974



No sotavento do Algarve, o perfil do indivíduo implicado na emigração clandestina é o de alguém que primeiro constitui família e que tem uma actividade profissional relacionada com o cultivo das terras ou com actividades piscatórias, ou com pequenas «indústrias» artesanais ou ligadas à construção civil, ou ainda aos serviços, mas que é forçado pelas dificuldades de sobrevivência ou pela falta de trabalho a procurar o indispensável sustento em outras paragens.

Gráfico nº 15

Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina, segundo as idades e o sexo, entre 1933 e 1974



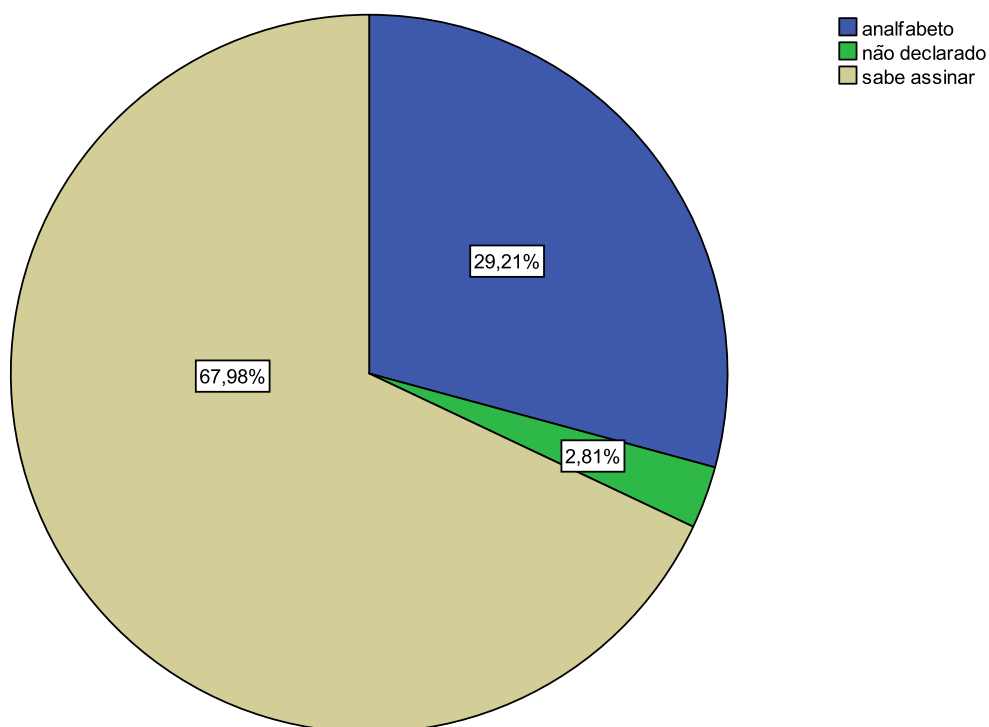
No gráfico nº 15, podemos observar todas as idades dos envolvidos na emigração clandestina, segundo o sexo. O homem solteiro começa a emigrar a partir dos 18 anos, enquanto a mulher solteira só se envolve na emigração clandestina a partir dos 25 anos. As mulheres com idades mais avançadas, quer as casadas quer as solteiras mantêm-se activas nesta problemática da emigração clandestina. Uma outra diferença de género observável no mesmo gráfico é que há mais viúvos do que viúvas envolvidos neste movimento.

2.3.3. Habilitações literárias

No que concerne às habilitações, poderei dizer que os indivíduos considerados mesmo analfabetos pelas entidades judiciais correspondem a 29,21% do total, sendo que 67,98% dos indivíduos sabem escrever o nome podendo alguns saber ler e escrever. Isto não significa que os envolvidos na emigração clandestina do Sotavento algarvio sejam na sua maioria gente com instrução, porque não basta saber assinar o nome para ser considerado como tal.

Gráfico n° 16

Habilitações dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974

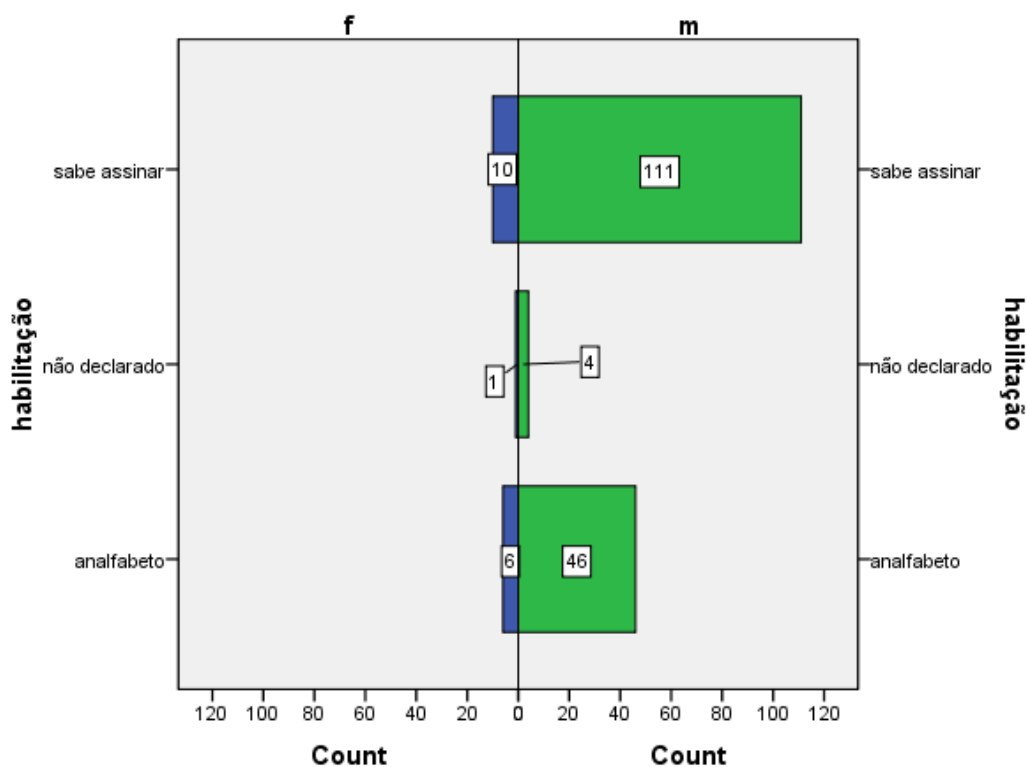


Com efeito, uma das características sociais mais relevantes é o baixo nível de instrução da maior parte da população, embora os dados apontem

para uma redução do analfabetismo em Portugal, entre 1940 e 1960, na ordem aproximada dos 20%, uma vez que passaram dos 49% para os 30,3%⁸².

Gráfico nº17

Habilitações por sexo dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974



Em relação ao gráfico nº 17 podemos observar que no universo constituído por mulheres, a maioria sabe assinar, tal como no conjunto dos homens. Dos 9,55% de mulheres envolvidas na emigração clandestina, 5,6% sabem assinar, enquanto 3,4% são analfabetas. Num total de 90,45% dos homens que se dedicam à emigração clandestina, 62,2% sabem assinar e 25,8% são analfabetos. Comparativamente, há uma percentagem mais elevada

⁸² Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974), História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Estampa, Lisboa, 1994, p. 24.

de mulheres analfabetas (35,3%), do que homens iletrados (29,3%), na mesma situação.

2.4. Papéis sociais na emigração clandestina

Os protagonistas da emigração clandestina envolveram-se nesta actividade por necessidade, mas contrariando muitas vezes as autoridades dos países para onde queriam emigrar, as quais com frequência punham obstáculos à entrada de estrangeiros que aí procuravam trabalho. Dá-se também o caso de ser o país de origem que dificulta a saída, que não legaliza a emigração, não atribuindo os passaportes individuais aos emigrantes. É o caso dos portugueses no período da governação de Salazar, que por esse motivo, mas também por falta de dinheiro para conseguir os documentos que eram de vária ordem e tirados muitas vezes a muitos quilómetros da residência dos interessados, levavam-nos a aceder ao «angariador» ou «passador», cujo trabalho saía mais barato, mas que nem sempre cumpria com o contrato.

A análise do fenómeno demográfico que é a emigração revela em grande parte a realidade da vida portuguesa, nos seus vários aspectos sociais, económicos e políticos. «Os dados estatísticos existentes não merecem uma confiança total e são altamente deficientes, mas servirão de indicador»⁸³. Deste modo, a existência de uma emigração clandestina prova as dificuldades que os

⁸³ Maria Helena Carvalho dos Santos, *op. cit.* p. 9.

emigrantes tinham para obter e conseguir os meios legais. Os passaportes, as cartas de chamada, vacinas e atestados médicos eram difíceis de se obter. Era um processo demasiado burocrático, carregado dum peso político. O «angariador» ou «passador» ou mesmo o «engajador» tratava o processo de uma forma mais simplificada, sendo os seus «clientes» analfabetos ou pessoas que apenas sabiam algumas letras. Sendo residentes em aldeias isoladas ou mesmo nos centros urbanos, tinham que se deslocar a Lisboa, onde se processavam parte das diligências necessárias, o que desencorajava o processo legal e fazia com que se preferisse a clandestinidade que as partes respeitavam e naturalmente que podia ser encarado por famílias inteiras ou pessoas isoladas como tendo as mesmas garantias que uma legalização demorada de documentos.

Os dados obtidos pela análise do conjunto de processos-crime por emigração clandestina a partir do centro e do sotavento do Algarve reflectem uma realidade que caracteriza a sociedade algarvia no geral e que é resultante de um conjunto de situações que envolvem não só o meio geomorfológico do lugar, como também as questões de ordem político-social e económica do regime de então.

A emigração clandestina a partir do Algarve, fenómeno sobre o qual se debruça este trabalho, é substantivada pela existência de um conjunto de actores que a relevam nesta análise. São eles não só os emigrantes

clandestinos, como também os aliciadores ou os angariadores e os engajadores ou os transportadores.

Desde há muito que estes actores e seus diferentes papéis existem. A confirmá-lo estão numerosos testemunhos referentes a épocas distintas que atestam a extensão e actualidade deste fenómeno. Primeiro para o Brasil e para outros países do continente norte-americano e mais tarde para a Europa, este movimento tem-se desenrolado sempre apoiado por inúmeras redes de engajadores que, por esta forma, prometem minimizar as dificuldades impostas pela emigração ilegal, cerceada por uma máquina jurídica e policial. A diversificada rede de «engajamento» bloqueava em grande medida a aplicação da legislação, tanto nos seus aspectos repressivos, como nos seus propósitos de protecção do emigrante. Em relação aos finais do século XIX, Oliveira Martins dá-nos um dos primeiros testemunhos sobre este movimento, referindo-se aos «emigrantes homiziados que embarcavam na ria de Vigo ou ao longo da costa da Galiza, de noite, escondidamente, como se fossem criminosos»⁸⁴. Até ao último quartel do século XX, a fronteira era incessantemente transposta ilegalmente, não só por emigrantes clandestinos, como por contrabandistas, que procuravam meios de subsistência e negócios para além dos que eram aceites pelo estado, que não podia intervir ou não queria actuar para impor as normas legais em vigor.

⁸⁴ Jorge Carvalho Arroiteia, *op. cit.*, p.108.

Os vários condicionalismos favoreceram a diferenciação dos papéis dos agentes directos da corrente migratória. Os engajadores tinham como principal função a obtenção da documentação falsa, que era uma das operações comerciais de que vivia o seu negócio. Para exemplificar apresentamos o caso de uma mulher residente em S. Brás de Alportel que foi acusada de aliciamento à emigração clandestina para França nos anos 60:

«Para os devidos efeitos que forem de justiça, faço apresentar a V. Excia a nacional, ..., casada, doméstica, nascida em 1922, na freguesia e concelho de São Brás de Alportel, ..., residente na Rua..., nesta cidade, a qual, foi nesta data, ..., detida na sua residência por suspeita de se dedicar ao aliciamento ilícito de emigrantes clandestinos para França. Perguntado desde quando se dedica ao aliciamento de emigrantes clandestinos para França, quais os seus colaboradores e indivíduos por si aliciados, bem como a quantia que cobrava a cada individuo, respondeu: - que nunca teve qualquer actividade como aliciadora de emigrantes clandestinos para França. Que em data que não recorda mas sabe ter sido em Fevereiro do ano em curso, foi procurada por uma mulher chamada... que reside... em Faro, e lhe perguntou se sabia de alguém que levasse homens para França, porque tinha um primo que estava interessado em ir para aquele país. A respondente a princípio informou imediatamente a... que não conhecia ninguém. Mas esta voltou a insistir dizendo: - “ a senhora que anda constantemente a caminho de Espanha, veja lá se conhece alguém que o leve”. A respondente num dos dias que foi a Ayamonte, dado que o seu mister era negociar artigos entre Portugal e Espanha, encontrou um rapaz de nome António José de Castro, o qual sabia por ter ouvido dizer que se dedicava a levar homens para França e falou-lhe se

queria levar uns homens para aquele país. Este informou logo a respondente que levava onze mil escudos por cada um e que logo passaria por casa da respondente para combinarem melhor. Assim sucedeu tendo informado que era necessário além do dinheiro os bilhetes de identidade e duas fotografias, devendo a respondente pedir mil escudos de sinal a cada um. Que em face disso foi a casa da ... informa-la de que era preciso. Mais tarde esta apareceu a entregar quatro mil escudos e quatro bilhetes de identidade, na companhia do tal primo de quem não se sabe o nome. Dias depois o ... voltou à casa da respondente e disse-lhe que mandasse avisar os homens para seguirem no dia seguinte. Então foi ter com a ... a informá-la do recado que tinha recebido. Sabe que a ... seguiu de automotora tendo a respondente emprestado vinte escudos para o bilhete. Que no dia seguinte estavam todos, os quatro em casa da ... e mais um que chegou à última hora, indivíduos que nunca viu nem sabe os nomes, que entregaram todos dez mil escudos à excepção do último que entregou onze mil. Que depois de receber o dinheiro e de ter feito a entrega dele ao ..., mandou-os ir a Vila Real de Santo António, para este os levar ao seu destino. Que nunca mais teve contacto com os homens e ficou bastante surpreendida quando no dia seguinte... os viu embarcar junto com a respondente na camioneta que vai para Sevilha.

Perguntado no sentido de dizer se em Espanha comprou os bilhetes para Sevilha aos emigrantes respondeu: - Que não comprou bilhetes nenhuns como já fez referência, foi uma casualidade tê-los encontrado em Ayamonte, pois que estava convencida de que já tinham seguido para França. Perguntado no sentido de dizer quanto recebia de ... por cada indivíduo aliciado, respondeu: - Que não recebeu qualquer importância pois que fez isto apenas

para ser agradável à ... e nada mais porque se lhe tivessem feito oferta de dinheiro tão pouco se teria metido em tal sarilho. E mais não respondeu...»⁸⁵

Esta «engajadora» acaba por ser detida e levada a julgamento pelo crime de aliciamento à emigração clandestina, neste caso para França, pagando o valor de 4976\$00, respeitante à prisão e custas judiciais.

O envolvimento de vários actores com papéis diferenciados, para além do papel cliente, na emigração clandestina está documentado em vários processos-crime. A troco de muito dinheiro, que o pobre cliente arranjava nas suas míseras economias ou através de um familiar ou amigo, os engajadores ou aliciadores tratavam de passaportes, que nunca chegavam a aparecer, sacando o dinheiro a quem queria emigrar.

Vejamos o seguinte caso relativo a factos ocorridos em Faro, no início dos anos 60:

«Informo V^a. Ex.^a. de que chegou conhecimento a este posto que [f...] que parece reside em Lisboa, vivendo sua mãe na avenida ..., rés-do-chão, direito, Cova da Piedade, recebeu de 3 operários de Faro nove mil escudos e igual importância de 3 outros indivíduos de Boliqueime – Loulé com a promessa de conduzi-los para a Alemanha. Ignora-se por agora nomes dos lesados. Consta que este indivíduo mantém relações com... Vão iniciar-se diligências para declarações lesadas – chefe do posto...

...Aos cinco dias do mês de Janeiro de 1962, nesta cidade de Faro e Posto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, onde se encontra o chefe de brigada... e o agente servindo de escrivão, ambos daquela polícia,

⁸⁵ ADF, Processo de Querela nº 366 de 1966 da Comarca de Faro.

compareceu ..., casado, comerciante, nascido em 1933, natural de Rabat, Marrocos, filho de ... e residente nesta cidade de Faro. Declarou que em data que não se recorda, mas que calcula ter sido há uns oito meses, um indivíduo que apenas sabe chamar-se Palma e que trabalha na retosaria e camisaria ..., desta cidade, abordou o declarante dizendo-lhe que se quisesse ir para o estrangeiro, que tinha um primo que lhe tratava disso. O declarante, como estivesse interessado em melhorar a sua situação financeira, aceitou o oferecimento e, passados dias, no bar ..., desta cidade, apresentou-lhe um indivíduo que disse ser primo, de quem não se recorda o nome, mas sabe ser forte e de estatura média, de bigode e cabelo liso, que se fazia transportar num automóvel... e ainda um outro que lhe pareceu ser o motorista do automóvel. Após prolongada conversa e de uma série de promessas, o primo do ... pediu ao declarante cinco mil escudos em dinheiro, o B.I. e quatro fotografias, para assim poder começar a tratar do passaporte, dizendo sempre ser tudo legal. O contrato estabelecido foi pôr o declarante em Madrid e, nessa cidade entrava em contacto com um indivíduo que o transportaria a França. Que, em Madrid, teria que pagar mais cinco mil escudos, isto é, dez mil escudos para ser posto em França. Os dias passaram e o declarante nunca mais viu esse indivíduo. Só após um mês aproximadamente o tornou a ver e perguntou-lhe qual era a situação, tendo recebido como resposta que esperasse mais uns dias porque os documentos estavam a vir. Como nunca mais tivesse notícias, resolveu ir estar com... a fim de saber do primo que o havia lesado em cinco mil escudos. Que o... lhe respondeu que não sabia o que era feito dele e que nem interessava. Como o declarante o tivesse ameaçado que se queixava à polícia, o ...respondeu que não fizesse tal coisa e que não o metesse em trabalhos. Comprometeu-se a ir a Lisboa avistar-se com o primo e resolver o assunto mas, até à presente data, ainda nada foi resolvido. Sendo convidado a

esclarecer se conhece outros indivíduos que tenham sido aliciados pelo ... para o mesmo fim e que importâncias entregaram e a quem declarou: - Que não conhece nenhum indivíduo que tivesse sido aliciado pelo Palma mas sabe que um outro de nome ... e trabalha no Sindicato dos ..., tratou de diversos assuntos relacionados com o aliciamento de indivíduos, ao que parece também por conta do primo do..., desconhece quanto entregaram em dinheiro e a quem mas sabe que os lesados são à volta de dezassete. – e mais não declarou»⁸⁶.

O principal mentor acusado neste processo foi levado à prisão, cumprindo 1140 dias.

Ainda dentro desta temática, temos a salientar a presença de indivíduos que a troco de dinheiro transportavam de barco grupos de outros, quer para Espanha, quer para Gibraltar, quer para Marrocos. Normalmente actuavam de forma organizada, isto é: um indivíduo era o dono de um barco de pesca que tinha a sua tripulação, sendo esta utilizada nos momentos em que havia menos pescado para o acompanhar no «negócio», a troco de parte do dinheiro obtido. Situações desta natureza eram levadas ao conhecimento da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado por denúncia de outros muito próximos que queriam entrar na mesma operação ou que se sentiam prejudicados na relação com os denunciados. Vejamos o seguinte exemplo relativo a factos ocorridos em Olhão, nos anos 30:

«Ela é cunhada de ... e pelo facto daquele não ter ajudado o marido no negócio acabou por fazer estas declarações...»

⁸⁶ ADF, Processo de Querela nº 201 de 1964 da Comarca de Faro.

«...Para os fins convenientes faço apresentar a V. Ex.^a..., por haverem transportado clandestinamente a bordo de uma lancha vários indivíduos que se destinavam a Marrocos.

Auto de Declarações

Em 30 de Agosto de 1934 em Vila Real de Santo António e Secção Internacional da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se achava o chefe do Posto, ..., comigo ... da mesma polícia, servindo de escrivão, compareceu ..., de 56 anos, marítimo, solteiro, natural de Olhão.

Interrogado, declarou que teve conhecimento que nos fins do mês de Julho, deu-se um embarque no Posto de Olhão de 27 emigrantes clandestinos. Que os referidos emigrantes foram transportados numa canoa cujo proprietário é um individuo de nome ..., também conhecido por.... Que este levou os emigrantes até ao caíque..., cujo proprietário é um tal..., o qual os aguardava no alto mar.

Que tem conhecimento que este barco levou os emigrantes até Rabat. Que o ... em vez de ir ao mar com a sua tripulação foi fazer este serviço antes da faina, dando a estes depois dez escudos a cada um para ficarem calados. Para além de ter entrado este individuo no negócio, entraram outros, mencionados neste processo, ganhando cada um quinhentos e quarenta escudos, tendo o primeiro ganho o dobro. Que um irmão dele lhe disse o valor recebido, depois dos dois irmãos entrarem em conflito.»⁸⁷

Em julgado, o dono do barco foi acusado do crime punido pelo artº 4131º nº 1 do Decreto nº 5624, tendo que pagar ao tribunal a importância de 11086\$64.

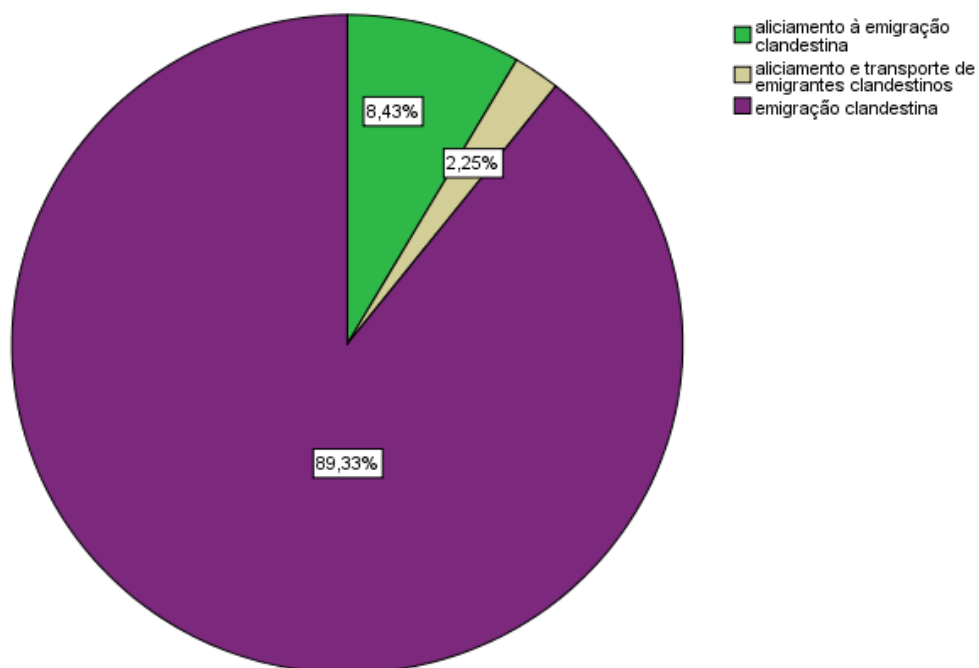
Aliciamento e transporte podem ser cometidos pelas mesmas pessoas, mas também há processos em que os acusados de aliciamento não coincidem

⁸⁷ ADF, Processo de Polícia Correccional nº 573 de 1934 da Comarca de Olhão.

com os acusados de transporte. Com efeito, era mais frequente a acusação por aliciamento do que a dupla acusação por aliciamento e transporte, como se verá seguidamente.

Gráfico n° 18

Tipo de crime relacionado com a emigração clandestina entre 1933 e 1974



No conjunto dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina, 8,43% estavam implicados no aliciamento, representando as mulheres 5,62% e os homens 3,93%, como se pode observar no gráfico nº18.

Quadro nº 8

Número total de indivíduos implicados nos processos relativos à emigração clandestina entre 1933 e 1974

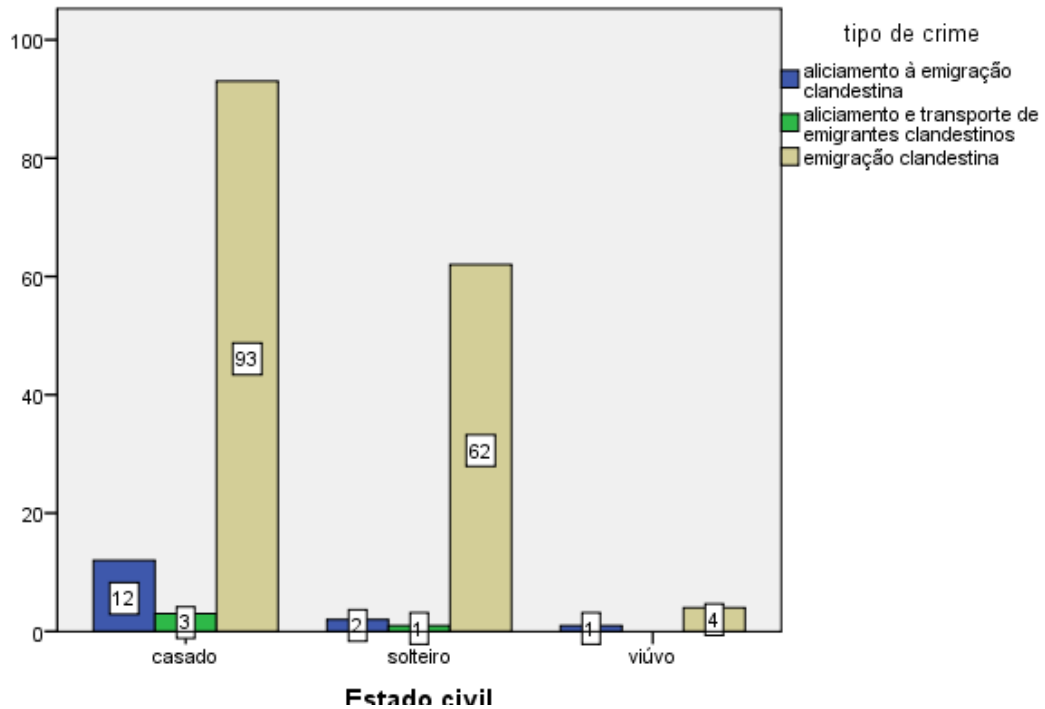
| Tipo de crime | Frequência | Percentagem | Frequência | | Percentagem | |
|---|------------|-------------|------------|-----|-------------|-------|
| | | | F | M | F | M |
| aliciamento à emigração clandestina | 17 | 9,55 | 10 | 7 | 5,62 | 3,93 |
| aliciamento e transporte de emigrantes clandestinos | 4 | 2,25 | 0 | 4 | 0 | 2,25 |
| emigração clandestina | 157 | 88,20 | 7 | 150 | 3,93 | 84,27 |
| Total | 178 | 100,0 | 17 | 161 | 9,55 | 90,45 |

Os que se dedicavam ao aliciamento e transporte de emigrantes clandestinos representavam apenas 2,25% do grupo dos homens. Os restantes 88,20% eram os indivíduos que emigravam clandestinamente, sendo 3,93% mulheres e 84,27% homens.

A maioria dos envolvidos no aliciamento à emigração clandestina era de pessoas casadas, assim como a maioria dos que optavam pela emigração clandestina. Os que aliciavam e transportavam emigrantes clandestinos eram igualmente na sua maioria casados, como se pode ver no gráfico nº19.

Gráfico n.º 19

Estado civil dos envolvidos na emigração clandestina, segundo o tipo de crime, entre 1933 e 1974



Sobre as habilitações dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina e arguidos nos processos-crime, poderei salientar que os angariadores ou aliciadores à emigração clandestina eram na sua maioria pessoas que sabiam ler e escrever, pois deveriam tratar de arranjar passaportes para fins turísticos, preenchendo os impressos respectivos. Vejamos, como exemplo, o seguinte processo relativo a factos ocorridos em Faro nos anos 60:

«Na verdade indiciam os autos, o seguinte:

A partir do ano de 1962 todas as arguidas tiveram directa ou indirectamente interferência na obtenção de passaportes ordinários destinados a indivíduos nacionais portugueses e que a coberto dos mais diversos protestos e designadamente o da finalidade turística, se destinavam, com efeito, a facilitar a sua emigração para o estrangeiro.

E as referidas arguidas sabiam que os candidatos ao passaporte eram pessoas de fracos recursos para realizarem visitas ao estrangeiro.

A actividade das referidas arguidas sempre se desenvolveu na área da comarca de Faro e em especial nesta cidade, e para que se lograsse a obtenção dos passaportes em causa intervieram dos mais diversos modos, quer elaborando e redigindo os requerimentos a pedi-los, quer movendo

influências junto de pessoas com relevo social para que eles se concedessem sem especial rigorismo e doutras vezes ainda apresentando os candidatos umas às outras a fim de que as que estivessem em melhores condições de o fazer, e elucidassem ou agissem no sentido mais eficiente.

Deste modo, diversos indivíduos, nacionais conseguiram abandonar o país para o estrangeiro, e daqui saindo porém sob a capa de turistas...»⁸⁸

Quadro nº 9

Habilitações dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina, 1933-1974

Sexo, habilitação, tipo de crime

| Tipo de crime | | | Habilitação | | | Total |
|---|------|-------|-------------|---------------|--------------|-------|
| | | | Analfabeto | Não declarado | Sabe assinar | |
| Aliciamento à emigração clandestina | Sexo | f | 1 | 0 | 9 | 10 |
| | | m | 0 | 1 | 4 | 5 |
| | | Total | 1 | 1 | 13 | 15 |
| Aliciamento e transporte de emigrantes clandestinos | Sexo | m | 4 | | | 4 |
| | | Total | 4 | | | 4 |
| Emigração clandestina | Sexo | f | 5 | 1 | 1 | 7 |
| | | m | 42 | 3 | 107 | 152 |
| | | Total | 47 | 4 | 108 | 159 |

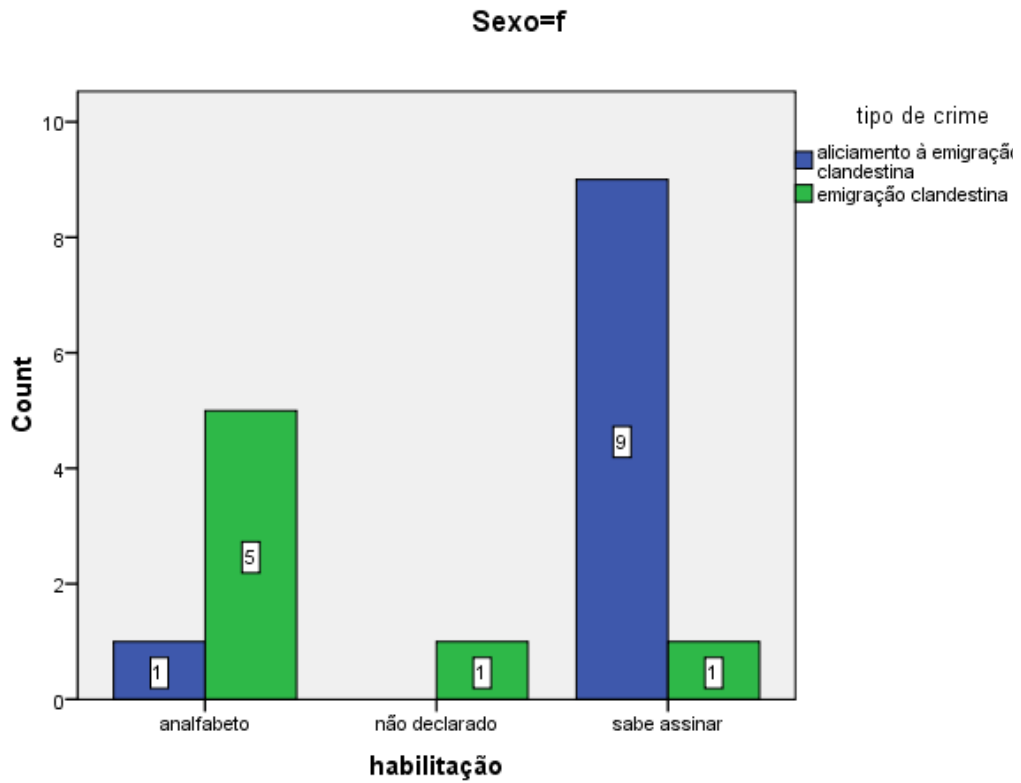
A maioria dos angariadores ou aliciadores era de mulheres que, para além de saber ler e escrever como comprovam os autos, o que é demonstrado no texto referenciado acima, tinham uma certa influência junto de pessoas com «relevo social». Todos os engajadores que faziam simultaneamente o transporte eram analfabetos, sendo isso compreensível se considerarmos que a função de transporte sobrelevava a do aliciamento, não carecendo de tratar de documentação.

A maioria das mulheres que emigravam clandestinamente era analfabeta ao invés que acontecia com as aliciadoras, como se pode verificar no Quadro nº 9 e no gráfico nº 20.

⁸⁸ ADF, Processo de Polícia Correccional nº562 de 1967 da Comarca de Faro.

Gráfico n° 20

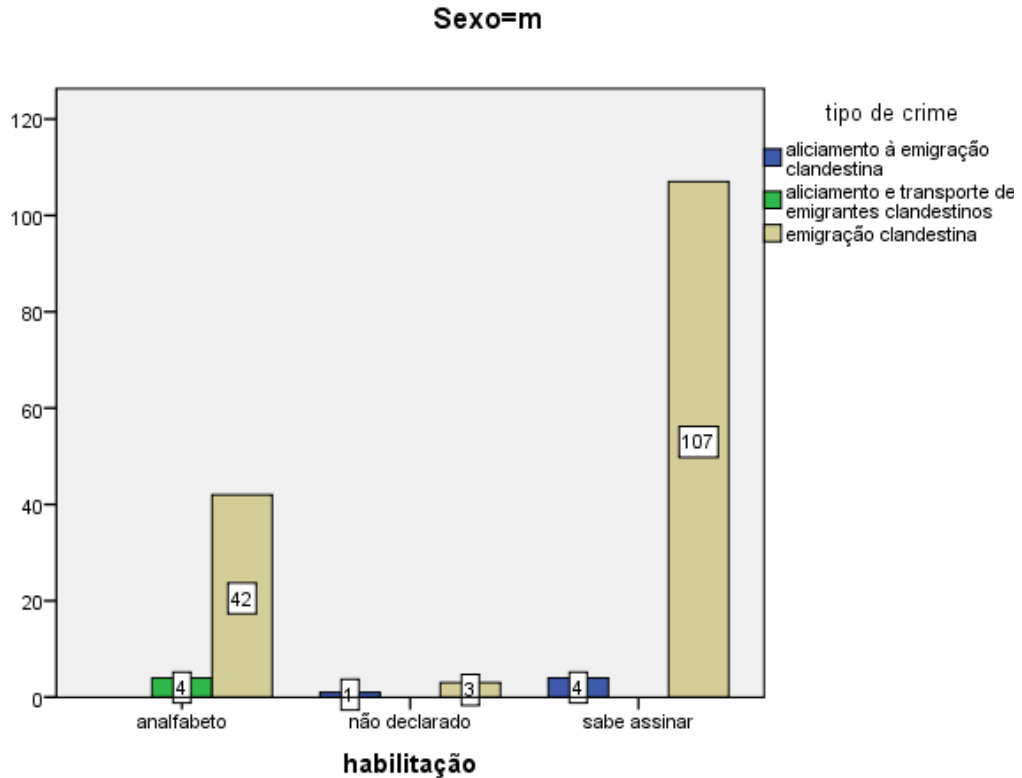
Habilitações dos indivíduos do sexo feminino, segundo o tipo de crime cometido, entre 1933 e 1974



No que diz respeito aos homens que emigravam clandestinamente, eram na sua maioria pessoas que sabiam assinar o seu nome. Embora na época que estamos a tratar houvesse uma grande percentagem de indivíduos que não faziam a instrução primária, não poderei justificar que estes indivíduos possuíssem essa instrução, facto que não é referido nos processos analisados.

Gráfico n.º 21

Habilitações dos indivíduos do sexo masculino, segundo o tipo de crime cometido, entre 1933 e 1974



A maioria dos engajadores ou aliciadores sabia assinar o seu nome, mas quando o aliciamento estava associado ao transporte surgiam apenas os analfabetos. Ao contrário das mulheres emigrantes clandestinas, verifica-se o número mais elevado de emigrantes clandestinos do sexo masculino que sabe assinar.

Os homens envolvidos na emigração clandestina, presentes nos processos-crime que servem de suporte a este trabalho não são arguidos por fugirem ao serviço militar, como aconteceu com muitos portugueses e algarvios de então, principalmente na década de sessenta, quando muitos de jovens recusaram a mobilização para as guerras de África, antes pelo contrário, chegam a deixar o país para onde emigraram para vir «servir a pátria», como no caso que se apresenta a seguir:

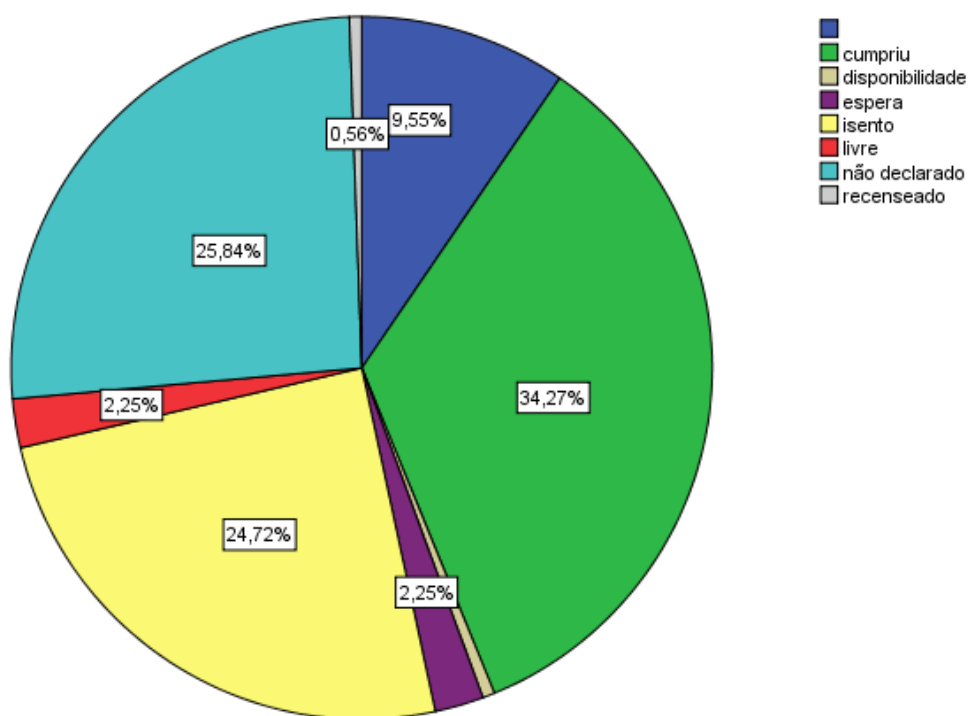
«Que após chegar a Espanha documentou-se no consulado de Portugal em Ayamonte, indo domiciliar-se na Isla Cristina, cidade onde permaneceu até regressar a Portugal. Que em virtude do seu marido ter sido

convocado para se apresentar no Regimento de Infantaria nº 4, em Tavira, até ao dia 16 de Outubro do corrente ano, resolveram regressar a Portugal, declarando-lhes o cônsul não lhes ser possível passar o passaporte para regressar livremente a Portugal. Por este motivo regressaram clandestinamente utilizando um barco de pesca espanhol, ...»⁸⁹

As circunstâncias descritas apontam para que a motivação para a emigração fosse de ordem económica e para que encarassem emigração como uma situação temporária.

Gráfico nº 22

O serviço militar dos envolvidos na emigração clandestina entre 1933 e 1974



Muitos destes emigrantes, quando detentores da instrução primária, tentavam a sua sorte procurando o ganha-pão através do serviço militar, ou a partir dele nas forças militarizadas.

No gráfico nº 22 observa-se que a maior parte dos que declaravam a sua situação relativamente ao serviço militar é dos que o tinham cumprido antes de emigrarem. Todavia, há uma percentagem muito significativa, cerca

65 AJCT, Processo de Polícia Correccional nº61 de 1938, da Comarca de Tavira.

de 24,72%, de emigrantes clandestinos que tinham ficado isentos do serviço militar, o que se relaciona com a pouca necessidade de um exército grande antes de 1960. De qualquer modo, os dados revelam que a situação militar de uma percentagem significativa de emigrantes clandestinos não foi possível apurar nos processos consultados.

3. Circunstâncias e Motivações da Emigração

Ligado ao fenómeno da emigração no geral e ao da emigração clandestina em particular, está o mito do retorno, que se articula com o mito da fortuna ou do enriquecimento rápido e que resulta numa sociedade extremamente hierarquizada, caracterizada por uma reduzida mobilidade social, na qual a expatriação surge como instrumento de promoção social. Esta saída do país é encarada inicialmente como temporária e possibilitando uma acumulação de capital que permitirá a alteração do anterior estatuto social do emigrante.

O mito da fortuna rapidamente amealhada, que tinha raízes distantes no passado colonial, nas fortunas dos mineiros, das plantações do açúcar e de outros produtos coloniais, era preservado cuidadosamente pelo emigrante. O português partia para enriquecer e o seu fracasso era atribuído por ele próprio e pelos seus conterrâneos à sua própria incapacidade e não a uma modificação do estatuto social do português no Brasil, na França ou na Alemanha, ou noutro país qualquer. Era uma questão de mentalidade. Quando havia fracasso, os emigrantes portugueses preferiam não regressar, ficando para sempre no lugar de destino.

No caso dos emigrantes clandestinos a que se refere este trabalho e que considero uma amostra importante no contexto da emigração algarvia, poderei salientar que a maioria emigra por dificuldades económicas, no entanto o seu mito de retorno não se enquadra nos fundamentos dos emigrantes que foram

para o Brasil, ou para a Alemanha, ou França. Eles regressavam porque não encontravam aquilo que procuravam nos locais de destino, ou porque vinham «matar saudades da família», ou ainda porque eram repatriados, ou apanhados em fuga, ou em situações de ilegalidade. Vejamos um caso concreto relativo a um emigrante de Olhão, nos anos 30, cujo regresso foi involuntário:

«Auto de Perguntas - Aos 30 dias do mês de Novembro de 1939, nesta vila de V.R.S.A. e Posto da Secção Internacional da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se encontrava presente o respectivo chefe, ..., comigo ..., agente praticante da mesma polícia, servindo de escrivão do seu cargo aqui compareceu o arguido..., filho de..., de 23 anos, Perguntado acerca da matéria dos autos respondeu: que como lhe faltasse trabalho em Olhão e sabendo que em Espanha tinha mais facilidade em se colocar resolveu emigrar clandestinamente para aquele país. Que no dia 28 de Agosto de 1938, andando a apanhar marisco na Ponta de Olhão, vendo que próximo se encontrava uma canoa espanhola, pediu que o levassem para Espanha. Assim, que cerca das 11 horas da noite do referido dia embarcou na referida canoa e seguiu clandestinamente para Espanha, desembarcando na Ilha Cristina. Que desta localidade seguiu para Huelva após a sua chegada em procura de trabalho e ali foi ao Consulado de Portugal documentar-se, conservando-se cerca de 3 meses a trabalhar numa marinha de sal. Que devido ao facto de se ter acabado aquele trabalho, o respondente foi a Sevilha empregando-se aqui nas plantações de arroz, regressando ao fim de um mês à Ilha Cristina, onde residia. Que no dia 17 do corrente ao estar no mar com 4 companheiros e já de regresso a Espanha foram apesados pela canhoneira ... por se encontrarem em águas territoriais portuguesas com marisco pescado naquela localidade, sendo conduzidos para Faro. Que no dia 28 de Novembro de 1939, depois de

cumpridas as formalidades marítimas foi entregue pelo Departamento Marítimo do Sul ao Comando da polícia de Segurança Pública de Faro, que por sua vez o entregou a esta Polícia...»⁹⁰

Vejamos outra situação, na qual o protagonista é um pescador do concelho de Tavira que emigrou clandestinamente para Marrocos na companhia de outros tavirenses:

«Para os fins que forem de justiça, faço apresentar a V. Ex.^a. o nacional..., filho de ..., nascido na freguesia de Santa Maria do concelho de Tavira a 20 de Janeiro de 1905, casado, pescador e residente na... daquela cidade, o qual hoje pelas 12 horas foi por mim detido neste posto quando regressava de Espanha, por haver emigrado clandestinamente e indocumentado para Marrocos. Vila Real de Santo António, 12 de Setembro de 1948. Auto de Perguntas:

Aos doze dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e quarenta e oito, nesta vila de Vila Real de Santo António e Posto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, onde se encontrava presente o respectivo Chefe do Posto, ..., comigo, ..., agente da mesma Polícia servindo de escrivão, compareceu o detido, nacional..., filho de ..., de quarenta e três anos de idade, casado, pescador, natural da freguesia de Santa Maria do Castelo, concelho e Comarca de Tavira e residente na..., daquela cidade, a fim de ser interrogado.

E sendo-lhe perguntado no sentido de esclarecer esta Polícia quais os motivos que o levaram a emigrar clandestinamente para Marrocos, respondeu:
- Que em dia e mês que não recorda, do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, embarcara clandestinamente e indocumentado, a bordo duma lancha à vela, em companhia dos nacionais... um seu genro... e o proprietário da

⁹⁰ ADF, Processo de Polícia Correccional nº 176 de 1940 da Comarca de Olhão.

lança..., todos de Tavira, tendo largado de ao pé da fábrica Tavirense, concelho e Comarca de Tavira, com destino a Marrocos, a fim de arranjar trabalho. Que depois de quatro dias de viagem atingira a zona francesa de Marrocos e que procurara um seu amigo português de apelido ..., de Portimão, que ao apresentara à Polícia onde pagou uns trezentos francos de multa e se muniu da respectiva Carta de Identidade, que o habilitou a permanecer naquele Protectorado. Porém, como de momento também ali tivesse dificuldade de trabalho e ainda porque não podia enviar dinheiro para Portugal, que resolvera regressar ao País. Perguntado também se, quando da sua ilegal saída de Portugal lhe foi exigido qualquer pagamento, a troco de passagem ou de promessa de trabalho, respondeu: - Que nada lhe fora exigido ou prometido tanto a si como aos demais e que somente o proprietário da lanca lhe pedira para o acompanhar, animando-o de que em Marrocos era o Brasil e que se ganhava lá muito dinheiro. Perguntado ainda se os seus companheiros de viagem já regressaram a Portugal ou se ainda continuavam em Marrocos, respondeu: - Que já regressaram os três primeiros, continuando lá os dois últimos... E mais não respondeu...»⁹¹

O trecho acima transcrito é muito claro sobre o percurso, os meios e os objectivos da emigração clandestina dos algarvios no pós-guerra. Por fim, apresenta-se o caso de um casal de emigrantes clandestinos em que a mulher é muito clara relativamente às motivações tanto de saída do país como do regresso no período de antes da Segunda Guerra Mundial:

«Para os fins que forem julgados convenientes, faço apresentar a V. Ex.^a a nacional..., filha de..., casada, de 21 anos, doméstica, natural e residente em Tavira, que hoje pelas 07 horas foi entregue neste posto pelo

⁹¹ AJCT, Processo de Polícia Correccional nº 370 de 1948 da Comarca de Tavira.

comandante da secção da Guarda Fiscal em virtude de ter desembarcado em Portugal por porto não habilitado e ter emigrado clandestinamente. VRSA, 11 de Outubro de 1938. Auto de Perguntas:

Aos 12 dias do mês de Outubro de 1938, nesta vila de VRSA e Posto da Secção Internacional da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se encontrava o chefe do posto..., comigo..., agente da mesma polícia, servindo de escrivão, compareceu ..., de 21 anos, doméstica, casada, natural da Capelinha, concelho de Tavira.

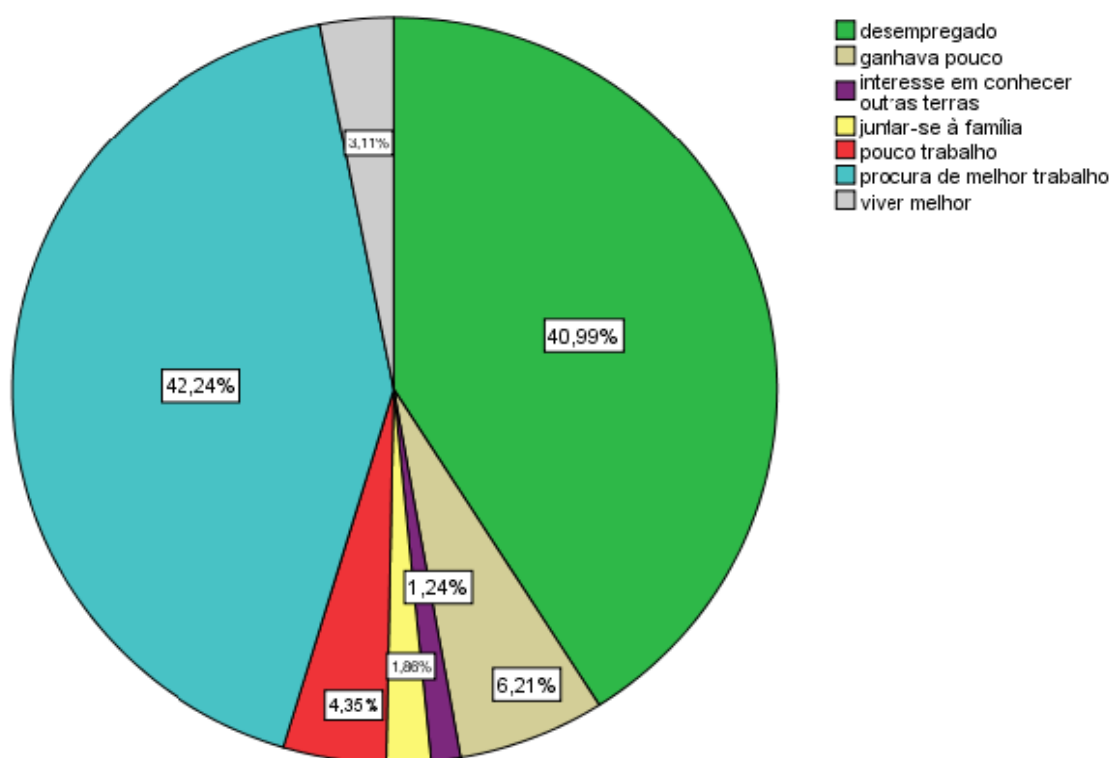
Interrogada à matéria dos autos, respondeu: que no dia 26 de Junho de 1938, emigrou clandestinamente para Espanha, pelo sítio das Cabanas, concelho de Tavira. Que emigrou clandestinamente em companhia do seu marido... em virtude de na sua terra passarem grandes privações e o seu marido não ter trabalho há bastante tempo.

Que após chegar a Espanha documentou-se no consulado de Portugal em Ayamonte, indo domiciliar-se na Isla Cristina, cidade onde permaneceu até regressar a Portugal. Que em virtude do seu marido ter sido convocado para se apresentar no Regimento de Infantaria nº 4, em Tavira, até ao dia 16 de Outubro do corrente ano, resolveram regressar a Portugal, declarando-lhes o cônsul não lhes ser possível passar o passaporte para regressar livremente a Portugal. Por este motivo regressaram clandestinamente utilizando um barco de pesca espanhol, que os deixou em “ três paus” Vila Real de Santo António, sendo aí presos pela Guarda-fiscal, que os fez seguir até ao Posto da PIDE...»⁹²

⁹² AJCT, Processo de Polícia Correccional nº 176 de 1940 da Comarca de Tavira.

Apesar emigrados clandestinamente, os algarvios que se fixavam na Andaluzia continuavam a manter contacto com a sua residência de origem, fazendo opções de vida em função de convocatórias oficiais do estado português.

Gráfico n° 23
Motivos da emigração clandestina entre 1933 e 1974



De um modo geral, os motivos que estão na base da emigração clandestina são os mesmos que justificam a emigração considerada legalizada. Ambas inserem-se no quadro da grande mobilização da população causada essencialmente pela procura da melhoria de condições de vida e do emprego, sendo esse movimento decisivo tanto como factor de progresso, como na estabilidade das sociedades. As causas podem ser variáveis, mas revelam sempre esperança de uma vida nova noutras terras.

As condições económicas, sociais e políticas em que se vivia em Portugal, no período do Estado Novo, comparadas com a situação das classes trabalhadoras nos países da Europa, principalmente no pós-guerra, mesmo no protectorado francês de Marrocos e em Gibraltar, território britânico ultramarino, são sem dúvida a causa da emigração portuguesa que procura nesses locais trabalho e regalias sociais, que acabam por trazer consigo uma alteração de mentalidade e de condições de vida. Temos que considerar que causas e consequências estão estreitamente ligadas, já que é um processo dinâmico, em que as consequências não geram as causas, motivam sim os indivíduos e os levam para uma situação de emigrante. Este povo que emigra é pobre, desprotegido e subdesenvolvido, mas opta pela negação da falta de trabalho, da miséria e dos salários de fome. Num país, como Portugal, que não pode oferecer à sua população um mínimo de condições de vida, uma parte dessa população procura uma oportunidade de sobrevivência no estrangeiro e, se o Estado se opõe à escassez de mão-de-obra daí resultante, não com um melhoramento da situação socioeconómica, mas com restrições legais à emigração, esta toma a forma de emigração clandestina.

As circunstâncias em que o emigrante clandestino deixa Portugal e, em particular o sotavento do Algarve, são por demais conhecidas: submetido a pressões, a maior parte das vezes com chantagens dos aliciadores e dos transportadores, perseguido e por vezes alvejado na fronteira; no país de destino fica de tal modo na dependência dos patrões que tem que aceitar os

serviços mais duros; como clandestino ou ilegal, ainda sofre maior discriminação por parte das autoridades do que os outros imigrantes. Como exemplo, vejamos o caso de um emigrante clandestino que de Olhão saiu à procura de trabalho em Quenitra, Marrocos, em 1937:

«Consulado Geral de Portugal em Rabat

O cônsul geral de Portugal em Rabat faz saber que desta cidade e a bordo do palhabote ... faz viagem para Portugal o português ... que clandestinamente entrou em território do Protectorado Francês de Marrocos onde não pode permanecer, em conformidade com a legislação em vigor. Em 30 de Dezembro de 1937.

Auto de Perguntas

Aos 15 dias do mês de Janeiro de 1938, nesta vila de Vila Real de Santo António e Posto de Secção Internacional na Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se achava presente o chefe do Posto, ..., comigo..., agente da mesma polícia servindo de escrivão do seu cargo aqui compareceu o nacional..., filho de..., solteiro, de 29 anos, marítimo, natural e residente em Olhão. Perguntado se cumpriu o serviço militar e se já foi preso. Disse que foi livre do serviço militar e que nunca fora preso ou julgado. Interrogado acerca da matéria dos autos, disse, que acerca de 5 meses embarcou clandestinamente a bordo de uma lancha pertencente ao nacional..., de Olhão, na companhia de mais 5 emigrantes clandestinos, todos engajados pelo ..., e na companhia dum outro tripulante conhecido por..., também de Olhão. Que o embarque se fez na ilha do Farol, em Olhão, com destino à cidade Quenitrá, em Marrocos francês; que reconhece o crime cometido e se o fez foi na intenção de procurar trabalho e assim minorar a sua situação desesperada e que lá tinha um irmão que o podia ajudar. Foi pedir ajuda ao consulado e como este não o fizesse pediu-lhe

para o repatriar. Que não deu qualquer dinheiro, pois o combinado seria de lhe dar quando trabalhasse no lugar de destino...»⁹³

Como se comprova os meses de Verão eram os mais favoráveis às viagens de barco com destino a Marrocos, mas nem sempre os projetos dos emigrantes clandestinos tinham possibilidade de serem concretizados. Ainda outro documento comprovativo do que era ser emigrante clandestino e das circunstâncias e adversidades que era preciso vencer para que o sonho se realizasse:

«Para os fins que forem de justiça faço apresentar a V. Exa. o nacional... casado, marítimo, de 37 anos de idade, filho de ..., natural de Vila Real de Santo António, onde reside..., que hoje pelas 20 horas me foi entregue pela Câmara Municipal de Tavira onde se encontrava detido por tentativa de emigração clandestina. Vila Real de Santo António, 8 de Agosto de 1945.

Auto de Perguntas

Aos nove dias do mês de Agosto de mil novecentos e quarenta e cinco, nesta Vila Real de Santo António e Posto da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, onde se encontrava presente o respectivo Chefe de Posto, ..., comigo..., agente da mesma polícia servindo de escrivão, compareceu o nacional ..., casado, marítimo, de trinta e sete anos de idade, filho de..., natural de Vila Real de Santo António onde reside.

Perguntado acerca da participação que antecede, respondeu: que encontrando-se desempregado e sem recursos para a manutenção da sua mulher e um filho, foi para Tavira em procura de trabalho onde o arranjou. Num armazém onde ele dormia e comia, pertencente ao nacional..., ouviu dizer a

⁹³ ADF, Processo de Polícia Correccional nº 36 de 1938 da Comarca de Olhão.

este que, clandestinamente, ia sair um barco para Marrocos transportando mais de vinte pessoas, entre as quais duas do sexo feminino. Na esperança de em Marrocos arranjar mais facilmente meios para a sua subsistência e de sua família, pediu ao ... para também o deixar ir. Este deu-lhe essa possibilidade no caso de um seu empregado de nome ..., que já estava a bordo, não querer ir. E assim no dia seis do corrente pelas onze horas embarcou no sítio denominado Quatro Águas, da freguesia de Santa Maria do concelho de Tavira, numa canoa que o conduziu ao barco que ao sair com destino a Marrocos e que se encontrava ancorado ao largo. Na mesma canoa seguiram também outros... Ao chegarem ao dito barco o ... pediu para levarem o tal ex-furriel miliciano e regressou a terra, insistindo com os tripulantes para o levarem também. Estes não cederam e negaram-se terminantemente a deixá-lo ir, visto não ter quinhentos escudos para lhes dar..., pelo que teve de regressar a terra.

Perguntado se já alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi condenado quando, em que pena e se a cumpriu, respondeu negativamente. Perguntado sobre a sua situação respondeu: que cumpriu com os seus deveres militares no Regimento de Infantaria número quatro, em Tavira, no ano de mil novecentos e vinte e oito. E mais não disse.»⁹⁴

Se para alguns a viagem para o futuro não chegava a concretizar-se, para muitos emigrantes clandestinos o regresso ao país de origem também comportava riscos que só alguns resolviam enfrentar. Nestas condições, é de admitir que a maior parte dos emigrantes tudo faria para evitar ter de regressar, assumindo assim uma emigração definitiva.

⁹⁴ AJCT, Processo de Polícia Correccional nº 29 de 1945 da Comarca de Tavira.

A análise dos processos - crime dos indivíduos implicados na emigração clandestina que fizemos permite reforçar a ideia de que a motivação e as circunstâncias desta estavam intimamente ligadas à questão da subsistência e à disponibilidade de meios para a demanda de ambientes socioeconómicos mais amigáveis do que aquele que o país ou a região de origem ofereciam. O Algarve, inscrito no complexo histórico-geográfico do Golfo de Cadiz, oferecia oportunidades exploradas desde há muitos séculos, que nos momentos de maior aperto do Estado Novo, os homens e mulheres dos estratos populares da sociedade aí residentes não deixavam de aproveitar na tentativa de construir um futuro livre da pobreza e da falta de horizontes de esperança de uma vida melhor.

Conclusão

Entre 1933 e 1974, os envolvidos na emigração clandestina do Algarve Oriental e Central procuraram como principais destinos Marrocos, Espanha (Sudoeste da Andaluzia) e Gibraltar, as três regiões privilegiadas na circulação de pessoas e mercadorias. Embora limitada a uma parcela do país e aos casos que caíram nas malhas da polícia e dos tribunais, o *corpus* documental que analisámos é revelador do sentido que tomou o fluxo migratório no extremo sul do país, enquanto outras regiões sentiam os apelos do outro lado do Atlântico nas primeiras décadas do século XX e da Europa a partir de meados do mesmo século.

Será que a atracção deste pólo triangular está associada ao secular contrabando e à possibilidade de comercialização de produções locais, ou apenas às questões logísticas com maiores possibilidades de lhes fornecer bem-estar e condições de trabalho? Para responder a esta questão é de considerar que a abertura comercial sempre marcou as principais actividades económicas no Algarve. O comércio, a agricultura e a pesca animaram o golfo de Cádiz, ao qual o Algarve continuou estreitamente ligado mesma na época contemporânea, como referiram Orlando Ribeiro, Romero Magalhães e Carminda Cavaco. O contrabando que se fazia nos séculos XVIII e XIX toma novas tonalidades durante o século XX, mas continua uma prática aceite socialmente. Como foi reconhecido, a Península era um mercado apetecível

para a Grã-Bretanha que utilizava Gibraltar como praça por onde passavam as mercadorias que eram introduzidas na Andaluzia clandestinamente. Os algarvios foram um dos intervenientes no transporte de produtos de contrabando daí provenientes e de Marrocos. Em muitos casos, esse transporte chegava mesmo a misturar contrabando com mercadorias de exportação registadas na alfândega.

Os dados que temos pela análise de um conjunto de processos-crime de indivíduos envolvidos na emigração clandestina do centro e sotavento do Algarve reflectem uma realidade que caracteriza a sociedade algarvia no geral e que é resultante de um conjunto de situações que envolvem não só o meio geomorfológico do lugar, como também as circunstâncias de ordem político-social e económicas criadas pelo regime de então. Vivia-se num estado que se regia pela autarcia e pela estreiteza nas relações externas até ao fim da Segunda Guerra Mundial, provocando um atraso que condicionou a sociedade portuguesa desta época, fomentando o aparecimento de agentes diretos da corrente migratória, para além dos próprios potenciais emigrantes clandestinos. Neste contexto, os engajadores tinham a sua tarefa facilitada de aliciar e transportar emigrantes clandestinamente, enquanto os angariadores, que eram principalmente mulheres, aliciavam à emigração clandestina.

Os algarvios, sobre os quais este trabalho se debruça, correspondem a uma ínfima parte dos que partiram e dos que aliciaram a partir clandestinamente, o que é óbvio considerando que os próprios ao serem

questionados nos autos, referem sempre ou quase sempre a existência de outros emigrantes, que partiram antes deles e muitas vezes em grande número, utilizando os mesmos meios marítimos, fluviais ou terrestres. É importante saber que a maioria dos envolvidos nesta problemática era de indivíduos que pertenciam ao sector primário, destacando-se os marítimos como grupo preponderante. As mulheres sobressaem do conjunto não pela quantidade, mas pelo facto de se envolverem no aliciamento à emigração clandestina, pois que dos 8,43% implicados no aliciamento, 5,62% são mulheres e só 3,93% são homens, as quais para além de saberem ler e escrever como comprovam os autos, tinham uma certa influência junto de pessoas com relevo social.

Ainda poderei salientar que os indivíduos implicados neste fluxo migratório tinham idades que oscilavam entre os 18 e os 64 anos, sendo a maioria constituída por casados, correspondendo estes a cerca de 60,67% do total. O número de solteiros corresponde a 36,52% e o dos viúvos a 2,81%. Os homens envolvidos nesta dinâmica casavam-se cedo mas poucos eram os que emigravam com a família, pelo menos quando deixavam a região algarvia pela primeira vez. O homem solteiro começava a emigrar por volta dos 18 anos, enquanto a mulher solteira só se envolvia na emigração clandestina a partir dos 25 anos. São as mulheres com idades mais avançadas, quer as casadas quer as solteiras, que se mantêm activas nesta problemática da emigração clandestina. Há mais viúvos do que viúvas ligadas a este movimento. Estes

dados sugerem que a pressão das dificuldades económicas que tende a aumentar com as responsabilidades familiares é certamente um dos fatores relevantes para compreender as características de género, idade, estado civil e profissão de origem dos emigrantes clandestinos algarvios.

No que concerne às habilitações dos indivíduos arguidos nos processos por emigração clandestina, poderei dizer que cerca de trinta por cento do total eram considerados analfabetos pelas entidades judiciais, sendo a maior parte (67,98%) composta por indivíduos que sabiam escrever o nome, podendo mesmo alguns saber ler e escrever. Isto não significa que os envolvidos na emigração clandestina do sotavento algarvio fossem na sua maioria gente com instrução, porque não basta saber assinar o nome para ser considerado como tal. Todavia, numa população ainda largamente iletrada não deixa de ser significativa a presença maioritária dos alfabetizados que reuniam melhores condições para se adaptarem aos desafios que encontravam nos países de destino do que os seus concidadãos completamente analfabetos.

Sobre a relação entre a origem socioprofissional dos emigrantes ilegais e as escolhas no que respeita aos países de destino, verifica-se que Marrocos era claramente preferido pelos que se dedicavam às actividades industriais e artesanais, bem como à pesca, ao passo que os que na região algarvia trabalhavam na agricultura optavam de uma forma mais equilibrada entre Marrocos e Espanha, quando se decidiam pela emigração ilegal.

Na generalidade, muitos dos indivíduos envolvidos na emigração clandestina provenientes dos concelhos do centro e do sotavento do Algarve procuravam no lugar de destino uma ocupação no sector de actividade em que detinham mais competências.

Mais do que uma estimativa dos valores globais ou da caracterização exaustiva dos fluxos emigratórios a partir do Algarve, o que procurei dar a conhecer foi a dimensão humana do fenómeno e da sua relação com as condições de vida da região.

Alguns estudiosos desta problemática consideraram, que «a emigração portuguesa foi quase sempre ambígua e aparentemente contraditória. A persistente tradição repressiva da corrente emigratória foi acompanhada dum tolerância real de que a emigração clandestina é um índice»⁹⁵. Tendo por base o mesmo tipo de fontes que analisei neste trabalho, poderei, no futuro, testar esta afirmação por meio de um estudo do modo como foram processados judicialmente os arguidos envolvidos nas diversas funções relacionadas com a emigração clandestina.

Importa pois dar continuidade à investigação sobre esta problemática que em certos momentos assumiu a forma de um verdadeiro êxodo e que implica diversas dimensões culturais que ainda não são suficientemente conhecidas.

⁹⁵ Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração 1850 – 1930*, A Regra do Jogo Edições, Lisboa, 1981, p. 8.

Por fim, para além do repto que acabo de lançar, desejo manifestar a minha esperança de que surjam outros trabalhos mais detalhados sobre este tema como, por exemplo, o estudo da relação dos portugueses emigrantes com as comunidades onde se inseriram.

Fontes

- **Escritas**

Arquivo Distrital de Faro (ADF)

Processo de Polícia Correccional da Comarca de Olhão

Processo nº 42/1933
Processo nº 573/1934
Processo nº 1621/1934
Processo nº 895/1935
Processo nº 36/1938
Processo nº 610/1938
Processo nº 727/1938
Processo nº 72/1940
Processo nº 176/1940
Processo nº 271/1941
Processo nº 1970/1941
Processo nº 756/1944
Processo nº 212/1945
Processo nº 68/1948
Processo nº 106/1948
Processo nº 28/1950
Processo nº 722/1952
Processo nº 28339/1952
Processo nº 24/1953
Processo nº 26/1953
Processo nº 118/1953
Processo nº 569/1963
Processo nº 447/1967

Processos de Querela e de Polícia Correccional da Comarca de Faro

Processo nº 22/1949
Processo nº 201/1964
Processo nº 361/1966
Processo nº 317/1967
Processo nº 562/1967

Arquivo Judicial da Comarca de Tavira (AJCT)

Processos de Polícia Correccional da Comarca de Tavira

Processo nº 61/1938
Processo nº 62/1938
Processo nº 98/1938
Processo nº 1433/1944

Processo nº 29/1945
Processo nº 1560/ 1945
Processo nº 370/1948
Processo nº 275/1949
Processo nº 51/ 1952
Processo nº 58/1952
Processo nº 502/ 1952
Processo nº 70/1953
Processo nº 120/1953
Processo nº 865/1954
Processo nº 141/1962

- **Orais**

Entrevistas informais a Mariana Gonçalves (Cacela), Isidro e Lúcia Leiria (Tavira) e Arminda Pires (Tavira).

Bibliografia

ALMEIDA, J.C. Ferreira de, «Dados sobre a emigração portuguesa em 1963-65: alguns comentários», Separata de *Análise Social*, vol. IV, nº13, 1º. Trimestre, Lisboa, 1966.

ALMEIDA, Carlos C., «Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação», *Análise Social*, 2ª série, números 42-43, vol. XI, 1975 – 2º e 3º, pp. 203 – 212.

ALMEIDA, Carlos C., «Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar», *Análise Social*, 2ª série, números 49, vol. X, 1973 – 4º, pp. 777 – 789.

ANICA, Arnaldo «Obstruções e facilidades das autoridades portuguesas nas saídas sazonais dos trabalhadores algarvios para as terras raianas andaluzas, entre 1850 e 1940», comunicação apresentada nas *XIII Jornadas de História da cidade de Ayamonte – Espanha*, em 19/11/2008, versão original do autor.

ANICA, Aurízia, *A Transformação da Violência no Século XIX. O Caso da Comarca de Tavira*, Edições Colibri, Lisboa, 2001.

ANIDO, Nayade e FREIRE, Rubens, «A existência de Ciclos Emigratórios na Emigração Portuguesa», *Análise Social*, vol. XII (45), 1976-1º, pp. 179-186.

ANTUNES, M.L. Marinho, «Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários», *Análise Social*, nº30-31, 1970.

ANTUNES, M.L. Marinho, *A emigração portuguesa desde 1950: dados e comentários*, Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Economia, Lisboa, 1973.

ARROTEIRA, Jorge Carvalho, *A Emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1983.

ARROTEIRA, Jorge Carvalho, *A Emigração portuguesa: características e perspectivas recentes*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1986.

ARRUDA, José Jobson de Andrade, «A Expansão Europeia Oitocentista: Emigração e Colonização», *População e Sociedade*, nº14/15, Parte 1, Edições Afrontamento, Porto, 2007.

BAGANHA, Maria I. B., «Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração», *Análise Social*, Vol. XXVI (112 – 113), 1991 (3º e 4º), pp. 736 – 737.

BAGANHA, Maria I. B., «Emigração», *Dicionário de História do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Vol. I, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 294-297.

BAGANHA, Maria I. B., «From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime», *e-JPH*, Vol. 1, number 1, Summer, 2003.

BARBOSA, José, *Visto e Ouvido... Em Olhão...Reflexões*, Câmara Municipal de Olhão, Olhão, 1993.

BARRETO, António (organização), *Situação Social em Portugal 1960-1999, Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, vol. II, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2000.

BATALHA, Luís, *Marrocos: retrato de um país*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1995.

BENSAMOUN, Yvette Katan, *Le Maghreb – De l'empire ottoman à la fin de la colonization française*, Belin, Paris, 2007.

BETTENCOURT, José de Sousa, *O fenómeno da emigração portuguesa*, Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1961.

BONNET, Charles, *Memórias sobre o Reino do Algarve – Descrição Geográfica e Geológica*, Delegação Regional da Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1990.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, 1ª edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983.

CAMPINAS, A. Vicente, *Fronteiriços*, Vila Real de Santo António: Câmara Municipal, 2012.

CARAMELO, Sérgio, *União Europeia, Fronteira e Território*, Campo de Letras Editores, Porto, 2007.

CASTRO, Armando, *História Económica de Portugal*, vol. III, Editorial Caminho, Lisboa, 1978.

CASTRO, Joaquim de & MARQUES, Abel, *Emigração & Contrabando*, Centro Desportivo e Cultural de São Paio, Melgaço, 2003.

CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental – As Vilas, o Campo, o Mar*, 2 vols, GPRA, Faro, 1976.

CAVACO, Carminda, *Fronteira Portugal - Espanha e Individualidade Territorial, Finisterra*, XXXIL, 63, 1997, pp. 159-166.

CEPEDA, Francisco José Terroso, *Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural*, Instituto Politécnico, Bragança, 1995.

CHATTOU, Zoubir, *Migrations marocaines en Europe – Le paradoxe des itinéraires*, L'Harmattan, Paris, 1998.

COSTA, Renato, *A emigração clandestina de algarvios para Gibraltar e sudoeste da Andaluzia 1834 – 1910*, Estar, Lisboa, 2002.

DAOUD, Zakya, *Maroc – Les Années de Plomb 1958-1988, Chroniques D'une Résistance, Mémoire de la Méditerranée*, Éditions Manucius, Houilles, 2007.

DUARTE, Maria João Raminhos e PIRES, Paulo Jorge, *O Testamento Político de João Rosa Beatriz*, Edições Colibri, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, Lisboa, 2003.

FARIA, Manoel Severim de, *Notícias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria*, 2ª edição, Lisboa occidental, off. de António Isidoro da Fonseca, 1740.

FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, 2ª edição, Instituto Camões, Lisboa, 2002.

FERREIRA, Eduardo Sousa, *Origens e Formas da Emigração - O Impacto da Emigração sobre o Desenvolvimento*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976.

FRANCO, António de Sousa, *A Emigração para a Europa no Conjunto da Emigração Portuguesa*, Mundo em Movimento, Lisboa, 1974.

FRANCO, António de Sousa, *A Emigração Portuguesa no Último Decénio*, Assembleia de Guimarães, Guimarães, 1972.

FUERTES, Juan Velarde, «Desencuentros y Encuentro de las Economías Portuguesa y Española», *Revista Asturiana de Economía*, ERA, nº 25, 2002.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, Lisboa, 1971.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Sciences Humaines et la Mutation du Monde*, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

GODINHO, Paula, *O Leito e as Margens – estratégias familiares de renovação e situações limiares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, Edições Colibri, Lisboa, 2006.

GOLDEY, Patrícia, «Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica», *Análise Social*, vol. XVIII (71), 1982-2º, pp. 533-553.

GUICHARD, François, *Pôr a Fronteira aqui, no meio - O Contrabando e outras histórias*, CENPA/FLUP. Porto, 2001.

GRUNER, Ruger, *Du Maroc Traditionnel au Maroc Modern – Le controle civil au Maroc 1912 – 1956*, Nouvelles Editions Latines, Paris, 1984.

JACKSON, John A., *Migrações*, Escher, Lisboa, 1991.

LARRAZÁBAL, Ramón Salas, *El protectorado de España en Marrocos*, Mapfre 1492 XIX, Madrid, 1992.

LEEDS, Elizabeth, «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3º,4º,5º, pp. 1045-1081.

LIMA, Joaquim A. Pires de, *A emigração portuguesa em França*, Estampa, Lisboa, 1974.

LOPES, David, *A Expansão em Marrocos*, Editora Teorema, Lisboa, 1989.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero, *Para o Estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970.

MATEUS, Abel, *Economia Portuguesa - Crescimento no contexto internacional (1910-1998)*, Editorial Verbo, Lisboa, s.d.

MARQUES, António H. de Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal: A Questão Cerealífera Durante a Idade Média*, Cosmos, Lisboa, 1968.

MARTINS, Álvaro Gonçalves e CENTENO, Luís Gomes (coordenadores), *As Potencialidades da Região do Algarve*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1999.

MARTINS, J. P. Oliveira, *Política e História*, Guimarães & C.^a, Lisboa, 1957.

MOREIRA, Adriano, «Emigração Portuguesa», Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vol. VII, nº 3, Lisboa, 1999.

NAZARETH, J. Manuel, «O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa», *Análise Social*, vol. XII, 1976 – 2º, pp. 313 – 362.

NUNES, Adélia *et all*, *Territórios e Culturas Ibéricas II*, Campo de Letras Editores, Porto, 2007.

NUNES, Ana Bela & BRITO, José Maria Brandão, «Política Económica, Industrialização e Crescimento», *Nova História de Portugal*, Vol. XII, coordenação de Fernando Rosas, Editorial Presença, Lisboa, 1992, pp. 306-35.

PASCOAL, José Eduardo, *O Douro Internacional: a permeabilidade de uma fronteira natural (1900-1986)*, Porto, 2000.

PATRIARCA, M.F., *A Questão Social no Salazarismo*, 2 vols, INCM, Lisboa.

PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração 1850 – 1930*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1981.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Diversidade e Assimetria: Portugal nos séculos XIX e XX*, ICS, Lisboa, 2001.

PEREIRA, Victor, «Emigração e Desenvolvimento da Previdência Social em Portugal», *Análise Social*, Vol. XLIV, (192), 2009, pp. 471-510.

RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, 4ª edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2010.

RAMOS, Luís A. de Oliveira; GUICHARD, François; SILVA, Francisco Ribeiro da; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; PIWNIK, Marie Hélène, *O Contrabando e outras histórias*, Edição da Faculdade de Letras – Universidade do Porto – CENPA/FLUP, Porto, 2001.

REGO, António da Silva, «Rumos da Emigração Portuguesa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina», Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vol. IV, nº 2, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1966.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1998.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal Mediterrâneo – O Algarve no Contexto Português*, 2º Seminário, Universidade do Algarve, Núcleo de Estudos da Emigração, Faro, 1983.

RODRIGUES, Ana Maria & TOURI, Abdelaziz, *Marrocos – Portugal Portas do Mediterrâneo, no âmbito da V Cimeira Luso – Marroquina*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Tanger, 1999.

RODRIGUES, Joaquim M.V., «Produção capitalista e organização do trabalho», *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, coordenação de Maria da Graça Marques, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 393- 412.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926/1972*, Fragmento, Lisboa, 1987.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Estampa, Lisboa, 1994, Vol. VII.

ROSAS, Fernando e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I e II, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, *Emigração uma constante da vida portuguesa*, Edição FAOJ – Divisão de Estudos e Planeamento, Lugo – Damaia, 1978.

SANTOS, Vanda, *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa, ACIME, 2004.

SERRÃO, Joel, «Conspecto histórico da emigração portuguesa», *Análise Social*, vol. VIII, 1970, pp. 597-617.

SERRÃO, Joel, «Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo», *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985- 3º.4º-5º, pp. 995-1004.

SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa – Sondagens Históricas*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, *Fenómeno da Emigração em Portugal*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1992.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, *A Emigração*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 1986.

WELPLY, Michael & ADAM, Jean-Pierre, *A História dos Homens – O Mediterrâneo*, Lello & Irmão, Porto, 1989.